

## Relatório e Contas do Exercício de 2021


**EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**

**Relatório de Gestão e Contas**

**do**

**Exercício de 2021**

Março de 2022

**CORPOS SOCIAIS DA EDM**

(Mandato 2019-2021)

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais

Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

**Conselho de Administração**

Presidente – Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus

Vogal – Zélia do Rosário do Vale Estevão

Vogal – Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

**Fiscal Único**

Efetivo: CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA, representada por Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828,

Suplente: Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC nº 1265

**Contribuinte** n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

**Capital social:** € 30.000.000,00

**Sede:** Rua Sampaio Pina, 1-3º Dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



## Índice

	Pág.
<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>12</b>
<b>2. ENVOLVENTE EXTERNA.....</b>	<b>18</b>
2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL.....	18
2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA .....	19
2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL .....	21
<b>3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE .....</b>	<b>28</b>
<b>4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>37</b>
4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS .....	37
4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL .....	48
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC) .....	70
<b>5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
5.1. SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL .....	83
5.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....	84
5.3. CAPITAL HUMANO.....	85
5.4. NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO .....	85
5.5. ECO.AP2030 .....	87
<b>6. STOCK DE URÂNIO .....</b>	<b>89</b>
<b>7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS.....</b>	<b>92</b>
<b>8. PARTICIPADA EDMI – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS .....</b>	<b>94</b>
<b>9. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>95</b>
<b>10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....</b>	<b>96</b>
<b>11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>99</b>
11.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO” .....	99
11.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO” .....	108
11.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO” .....	108
11.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)” .....	108
11.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020” .....	109
11.6. “6-REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS (APÊNDICE 1)” .....	110
11.7. “7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO” .....	115
11.8. “8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP” .....	116
11.9. “9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014” .....	116
11.10. “10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO” .....	116
11.11. “11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€” .....	116

11.12. "12-ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS" .....	117
11.13. "13-MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS" .....	117
11.14. "14-CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA" .....	120
11.15. "15-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO" .....	120
11.16. "16-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS" .....	121
11.17. "17-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE" .....	121
11.18. "18-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA" .....	122
11.19. "19-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTf" .....	122
11.20. "20-APÊNDICES" .....	123
12. PERSPETIVAS FUTURAS .....	130
13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	137
14. AGRADECIMENTOS .....	138
15. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	139
16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	145

## Índice Remissivo

	Pág.
<b>1. MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>12</b>
<b>2. ENVOLVENTE EXTERNA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1. CONJUNTURA MACROECONÓMICA INTERNACIONAL.....</b>	<b>18</b>
<b>2.2. A ECONOMIA PORTUGUESA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3. ENVOLVENTE SECTORIAL .....</b>	<b>21</b>
METALS AND MINERALS .....	22
METAIS PRECIOSOS.....	23
INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA.....	24
EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES .....	25
<b>3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE .....</b>	<b>28</b>
<b>4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1. NO DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS .....</b>	<b>37</b>
<b>4.1.1. Prospeção e Pesquisa .....</b>	<b>37</b>
Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa.....	37
Argozelo .....	39
Escádia Grande.....	40
Rosário .....	41
<b>4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira.....</b>	<b>42</b>
Lagoa Salgada.....	42
Gavião .....	43
Semblana .....	45
<b>4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos .....</b>	<b>46</b>
Investigação e Desenvolvimento .....	46
Roteiro de Minas.....	46
<b>4.2. NO DOMÍNIO AMBIENTAL .....</b>	<b>48</b>
<b>4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras .....</b>	<b>48</b>
Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2 .....	53
Antiga Área Mineira de Mortórios .....	54
Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar .....	56
Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo.....	57
Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos .....	58
Antigas Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros .....	60
<b>4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção.....</b>	<b>62</b>
Atuações de Segurança .....	63
Intervenção não cofinanciada.....	63
Subsídências na antiga área mineira de Jales .....	63

4.2.3. Trabalhos de Monitorização .....	66
4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias.....	67
4.3. PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC) .....	70
4.3.1. Enquadramento .....	70
4.3.2. Sinalização na Envolvente das Pedreiras em Situação Crítica .....	74
4.3.3. Colocação de sinalética e vedação nas Pedreiras e realização de Estudos e/ou Projetos .....	78
4.3.4. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental .....	81
<b>5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO .....</b>	<b>83</b>
5.1. SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL .....	83
5.2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO .....	84
5.3. CAPITAL HUMANO .....	85
5.4. NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO .....	85
Certificação de Uso de Solos.....	85
Avaliação de Radão nos Edifícios .....	85
Projeto Solar Fotovoltaico.....	86
Projetos Agro-Silvo-Ambientais .....	87
5.5. ECO.AP2030 .....	87
<b>6. STOCK DE URÂNIO .....</b>	<b>89</b>
<b>7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS.....</b>	<b>92</b>
<b>8. PARTICIPADA EDM I – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS .....</b>	<b>94</b>
<b>9. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>95</b>
<b>10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA .....</b>	<b>96</b>
<b>11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS .....</b>	<b>99</b>
11.1. “1-OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO” .....	99
11.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2021.....	103
11.1.2. Princípios Financeiros de Referência.....	104
11.1.3. Investimento.....	107
11.1.4. Quadro de Pessoal .....	107
11.1.5. Nível de Endividamento .....	108
11.2. “2-GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO” .....	108
11.3. “3-LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO” .....	108
11.4. “4-EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)” .....	108
11.5. “5-DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020” .....	109
11.6. “6-REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS (APÊNDICE 1)” .....	110
11.6.1. Órgãos Sociais .....	110
Mesa da Assembleia Geral.....	111
Conselho de Administração .....	111
Fiscal Único/ROC.....	114

11.6.2. Auditor Externo.....	115
11.6.3. Restantes Trabalhadores .....	115
<b>11.7. "7-APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO" .....</b>	<b>115</b>
<b>11.8. "8-APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP" .....</b>	<b>116</b>
<b>11.9. "9-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES NOS TERMOS DO Nº 2 DA RCM Nº 18/2014" .....</b>	<b>116</b>
<b>11.10. "10-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO" .....</b>	<b>116</b>
<b>11.11. "11-CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5M€" .....</b>	<b>116</b>
<b>11.12. "12-ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS" .....</b>	<b>117</b>
<b>11.13. "13-MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS" .....</b>	<b>117</b>
<b>11.14. "14-CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA" .....</b>	<b>120</b>
<b>11.15. "15-PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO" .....</b>	<b>120</b>
<b>11.16. "16-DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS" .....</b>	<b>121</b>
<b>11.17. "17-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE" .....</b>	<b>121</b>
<b>11.18. "18-ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA" .....</b>	<b>122</b>
<b>11.19. "19-DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTF" .....</b>	<b>122</b>
<b>11.20. "20-APÊNDICES" .....</b>	<b>123</b>
<b>11.20.1. Apêndice 1 .....</b>	<b>123</b>
"1-Mesa da Assembleia Geral" .....	123
"2-Conselho de Administração" .....	124
"3-Fiscalização" .....	127
"4-Auditor Externo" .....	128
<b>11.20.2. Apêndice 2 .....</b>	<b>128</b>
<b>12. PERSPETIVAS FUTURAS.....</b>	<b>130</b>
Posicionamento Estratégico.....	130
Estratégia e Objetivos Específicos.....	132
Projeções Economico-Financeiras.....	134
<b>13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>137</b>
<b>14. AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>138</b>
<b>15. MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>139</b>
Balço.....	140
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	141
Demonstração de Resultados por Funções.....	142
Demonstração de Fluxos de Caixa .....	143
Demonstração das Alterações ao Capital Próprio.....	144
<b>16. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>145</b>
"1. Identificação" .....	145
"2. Referencial Contabilístico" .....	145



"3. Principais Políticas Contabilísticas"	146
"4. Fluxos de Caixa"	150
"5. Partes Relacionadas"	150
"6. Ativos Fixos Tangíveis"	151
"7. Ativos Intangíveis / Em Curso"	152
"8. Outros Investimentos Financeiros"	152
"9. Créditos a Receber" - não corrente	152
"10. Ativos por Impostos Diferidos"	153
"11. Inventários - Mercadorias"	153
"12. Clientes"	154
"13. Estado e Outros Entes Públicos"	154
"14. Outros Créditos a Receber" - corrente	155
"15. Diferimentos"	155
"16. Caixa e Depósitos Bancários"	155
"17. Capital Subscrito"	155
"18. Outros Instrumentos de Capital Próprio"	156
"19. Reserva Legal"	156
"20. Outras Reservas"	156
"21. Resultados Transitados"	156
"22. Ajustamentos em Ativos Financeiros"	157
"23. Excedente de Revalorização"	157
"24. Provisões"	157
"25. Outras Dívidas a Pagar"	158
"26. Fornecedores"	158
"27. Vendas e Prestação de Serviços"	158
"28. Trabalhos para a Própria Entidade"	159
"29. Fornecimentos e Serviços Externos"	159
"30. Gastos com Pessoal"	159
"31. Imparidades"	160
"32. Outros Rendimentos e Ganhos"	160
"33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas"	161
"34. Outros Gastos"	161
"35. Gastos de Depreciação e Amortização"	161
"36. Juros e Outros Rendimentos Similares"	162
"37. Imposto sobre o Rendimento"	162
"38. Compromissos"	162
"39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal"	163
"40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental"	163
"41. Acontecimentos após a data de balanço"	164
"42. Impactos da pandemia COVID-19 em 2020 e 2021a data de balanço"	165



## ANEXOS

- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**
- **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**
- **RELATÓRIO DE AUDITORIA**
- **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2021.

## 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2021 continuou indelévelmente marcado pela pandemia *COVID-19* o que condicionou significativamente a atividade económica a nível mundial, colocando restrições nos diversos sectores de atividade, em que a área de atuação da EDM também não foi exceção. Pese embora o difícil contexto, marcado pela incerteza, assistimos, ainda assim, a uma recuperação económica geradora de otimismo e confiança para o futuro, reveladora também da nossa enorme capacidade de resiliência e da capacidade inovadora e enérgica para enfrentar as dificuldades.

O final do ano ficou ainda assinalado pela alteração legislativa para o setor mineiro, com a promulgação pelo Senhor Presidente da República, no dia 31 de Dezembro, do Decreto-Lei n.º 30/2021, a Lei das Minas, na sua redação atual.

Desta alteração resultaram modificações que configuram uma nova realidade no acesso aos recursos minerais em Portugal. Temos, também, uma nova perspetiva de toda a cadeia de valor nacional no âmbito dos depósitos minerais como bens do domínio público, destacando-se a maior proximidade às comunidades locais e ao trabalho em parceria com todos os intervenientes do sistema.

O momento é de transição, como podemos verificar pelo crescente aumento dos preços das matérias-primas e pelos alertas, recomendações e orientações estratégicas da União Europeia. Apesar de tudo, a economia estava a crescer assente em enormes avanços e desafios competitivos e tecnológicos, impulsionados por uma agenda ambientalmente sustentável e necessária, onde a energia verde e os recursos minerais são fundamentais para o desígnio nacional do crescimento mais capacitado e competitivo. No entanto, a atual incerteza criada pela sombra de uma eventual 3ª Guerra Mundial, advinda pela invasão à Ucrânia, tem feito disparar a inflação e os preços da energia, para valores próximos dos limites das economias mais expostas e dependentes do exterior, como é a portuguesa, a acumular ao contínuo défice de matérias-primas e à sua consequente valorização.

Em 2021, o Conselho de Administração teve uma alteração na sua composição.

Em julho, por força da aposentação, o Dr. Rui Rodrigues cessou funções na presidência, sendo substituído, no mês de novembro, pelo Dr. Gonçalo Rocha.

Ao Dr. Rui Rodrigues, apresentamos o nosso merecido e justo reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido ao longo dos vários anos na empresa.

No que respeita aos grandes domínios de atuação da empresa destacam-se as seguintes atividades:

– No âmbito dos **RECURSOS MINEIROS**:

- deu-se continuidade ao único projeto autónomo de prospeção e pesquisa da empresa - Argozelo, cujo contrato foi celebrado em 8 de outubro de 2019, terminando o contrato no dia 8 de março de 2022;
- deu-se por terminado o projeto de prospeção e pesquisa em parceria com a ESANMET, na área do Rosário, localizado na Faixa Piritosa Ibérica, apesar da tentativa de extensão do prazo, não concedida;
- procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria com a REDCORP, no que respeita à área da Lagoa Salgada, que conduziu a que em 23 de abril de 2019 tenha sido pedida a concessão da exploração, tendo sido assinado o contrato de exploração no dia 28 de outubro de 2021;
- prosseguiu-se o acompanhamento do projeto do Gavião, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a continuação da campanha de sondagens adicionais, na ótica da contínua avaliação do jazigo. Ao longo do ano, estudou-se a proposta de transmissão de concessão dos direitos de exploração do jazigo, que exerceu o direito de preferência e que se encontra em fase de decisão da tutela setorial e acionista;
- procedeu-se à alienação dos 15% detidos pela EDM no projeto da Área B da Semblana, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR, tendo-se concretizado a proposta de aquisição pela SOMINCOR, no final do ano em apreço;
- e procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar futuramente, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA (ouro) e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA (cobre e zinco).

– No âmbito da **REMEDIÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**:

- Acelerou-se a execução e conclusão das candidaturas aprovadas pelo POSEUR;
- Concluiu-se a Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final, tendo sido realizada a sessão comemorativa a 24 de maio de 2021, com a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, do Secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba e da Presidente do Comissão Diretiva do POSEUR, Helena Azevedo;





- Concluiu-se a FASE 2 do projeto de “São Domingos” que, associado à FASE 1 já concluída, permitirá a recuperação do sistema de canais das duas margens do vale da área mineira de S. Domingos;
  - Concluiu-se o projeto da “Quinta do Bispo - FASE 1” com a construção de uma ETAM;
  - Concluiu-se a Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios;
  - Concluiu-se parte da empreitada de remediação de “Ribeira do Boco e Canto do Lagar, faltando a área mineira do Picoto;
  - Iniciou-se a “Fase Complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina na Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale D’Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo;
  - Aprovou-se em overbooking o 4º Aviso do POSEUR que contempla a candidatura designada por Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros;
  - Desenvolveram-se diversas AÇÕES DE SEGURANÇA para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações;
  - Concluíram-se estudos geotécnicos, implementou-se o plano de acompanhamento e monitorização e realizou-se a obra para a resolução da subsidência mais crítica na antiga área mineira de Jales, repondo as condições de utilização e circulação em segurança do logradouro e troço da estrada municipal;
  - Manteve-se o acompanhamento das ações do ROTEIRO DE MINAS desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e Parceiros;
- No âmbito do **PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)** aprovado pela RCM nº 50/2019:
- Procedeu-se ao acompanhamento das identificações e notificações realizadas pela DGEG, com visitas às várias pedreiras em incumprimento, tentando chegar a acordo com os proprietários, no sentido de cumprirem supervenientemente as medidas impostas;
  - A dificuldade reconhecida pela DGEG, em identificar os proprietários de algumas pedreiras em situação crítica, nomeadamente, as localizadas na região Norte do País, levou à necessidade de elaborar “Levantamentos Cadastrais” em 3 pedreiras

para identificação das matrizes prediais e respetivos proprietários dos prédios nos quais se situam;

- Foram realizadas reuniões *in loco*, entre a EDM e a DGEG, bem como com os proprietários de algumas pedreiras e entidades locais (câmaras municipais, juntas de freguesia e CCDR's), com vista ao esclarecimento de medidas impostas pela DGEG no âmbito do PIPSC e das intervenções propostas pela EDM, bem como avaliar a forma mais ágil de as colocar em prática, com a colaboração profícua das entidades locais. Nas áreas das pedreiras em incumprimento que foi possível chegar a acordo, procedeu-se ao cumprimento das medidas impostas pela DGEG e desenvolveram-se os procedimentos relacionados com as vertentes de:
  - sinalética de perigo no interior das pedreiras e colocação da respetiva vedação nos termos do n.º 8 da RCM n.º 50/2019, nomeadamente a vedação e sinalética da pedreira n.º 20457, denominada “Senhora de Todo o Mundo”, localizada no concelho de Caldas da Rainha e pertencente ao Distrito de Leiria, cujo início foi em dezembro de 2020;
  - e de preparação para a realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, também nos termos do n.º 8 da RCM n.º 50/2019.
- Promoveram-se contatos constantes com a DGEG e sempre que possível com os exploradores ou os proprietários das pedreiras em incumprimento, cujo universo se revelou dinâmico variando de 14 pedreiras para 12, a 31 de dezembro de 2021. A dificuldade em obter as informações previstas na RCM sobre a tipologia concreta das ações a executar implicou a necessidade de implementação de um modelo alternativo que obrigou à elaboração de “levantamentos topográficos” e “Relatórios de Diagnóstico” em substituição das “memórias descritivas” previstas na RCM. Os constrangimentos relacionados com as autorizações de acesso aos terrenos condicionaram a implementação das ações e trabalhos em particular das vedações que apenas foi possível concretizar em 2 pedreiras;
- A 31 de dezembro de 2021, foi publicada a RCM n.º 201/2021, estendendo o prazo de implementação do PIPSC por mais um ano, introduzindo uma nova ferramenta legal, de forma a permitir a intervenção da EDM em terrenos particulares.

- No **âmbito da SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA**, desenvolveram-se as ações prévias para identificação de novas áreas de negócio que contribuam para a maximização das competências detidas pela empresa e proporcionem novas origens de rendimentos, bem como à implementação do ECO.AP 2030, iniciando-se o estabelecimento de objetivos, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões).

As atividades desenvolvidas integravam o Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO\_2021), que foi aprovado pelo acionista por Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 18 de outubro de 2021.

Importa, ainda, referenciar

- que a atividade desenvolvida em 2021 concretiza as “*Orientações Estratégicas e Específicas*” propostas para o mandato que mereceram aprovação do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, cujos contratos de gestão aguardam a respetiva assinatura;
- que os objetivos e as ações em curso, designadamente no que se refere aos anos de 2022 a 2025, estão dependentes de condicionantes externas à gestão da EDM, bem descritas na proposta de PAO\_2021 e no Plano Estratégico da EDM, relacionadas com a **natureza dos investimentos**, com a **disponibilidade de dotações dos Fundos Estruturais** (POSEUR ou PORTUGAL 2030), principal instrumento de financiamento superiormente definido e com as **verbas nacionais consignadas** para a contrapartida nacional e despesas não elegíveis nomeadamente pela afetação dos encargos de exploração.

Apesar da extensão da situação pandémica em 2021, com um prolongamento dos impactos socioeconómicos que daí advêm, a concretização das ações no ano do presente relatório, permitiu ainda um desenvolvimento mais acelerado da valorização dos recursos mineiros, nomeadamente das áreas da Semblana e do Gavião, bem como o estudo de novas áreas e trabalhar no futuro próximo e uma atuação sustentável na remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, a fim de proporcionar ao acionista a concretização das orientações definidas para a empresa.

Finalmente um agradecimento ao acionista, em particular ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia e ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro,



pelo apoio concedido, aos trabalhadores da empresa pela dedicação demonstrada na realização das suas tarefas e às entidades com quem foi possível manter uma cooperação institucional durante o ano, nomeadamente à DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia, ao LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, ao ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e demais entidades regionais e locais.

O Presidente do Conselho de Administração



## 2. ENVOLVENTE EXTERNA

### 2.1. Conjuntura macroeconómica internacional

A pandemia *COVID-19* continuou a condicionar a atividade económica a nível mundial, no ano de 2021, pela necessidade de adoção de medidas de contenção da crise sanitária, nomeadamente a implementação de períodos de isolamento e confinamento, bem como restrições no transporte de bens e pessoas, que restringiram a atividade de diversos setores e afetaram a confiança dos agentes económicos. Ainda assim, face ao facto de ter sido largamente implementada uma vacinação global contra este coronavírus, o PIB e o Comércio mundiais começaram a apresentar valores de crescimento no 2º semestre de 2020 e em 2021, resultante da retoma da atividade económica. Após uma queda de 9,4% do PIB mundial no primeiro semestre de 2020, face ao final de 2019, a atividade económica apresentou sinais de uma tímida recuperação no final de 2020, apresentando um valor de crescimento negativo de 3,95% (2020), ou seja, uma queda de 5,89%, abaixo do impacto inicial. Em 2021 a recuperação continuou, bem mais significativa, calculando o Banco Mundial um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial de 5,5% (ainda assim revisto em baixa face aos 5,7% no relatório semestral de junho de 2021), sendo as estimativas para 2022 e 2023 de 4,1% e 3,2%, respetivamente.

Para a Zona Euro, o Banco Mundial registou que o PIB se cifrou no valor de 5,2%, em 2021 e estima 4,2% e 2,1%, para 2022 e 2023, respetivamente (o que compara com 4,2%, 4,4% e 2,4% para os mesmos períodos na estimativa de junho).

A taxa de crescimento dos Estados Unidos para 2021 foi revista em baixa passando de 6,8% no relatório de junho para 5,6% e a do Japão foi revista em alta, de 2,9% previsto em junho, para 1,7%.

Foram revistas em baixa as estimativas para os mercados em desenvolvimento, cuja projeção de crescimento para 2021 é de 6,3% (quando em junho passado se previa uma expansão de 6,1%).

O Banco Mundial reviu em baixa a previsão para 2021 para a China de 8,5% para 8,0%, manteve a previsão para a Índia em 8,3%, e para reviu em alta a previsão para o Brasil de 4,5% em junho para 4,9%.

Finalmente, o Banco Mundial calculou que o Comércio Mundial cresceu 9,5% em 2021, e estima que cresça 5,8% em 2022 e 4,7% em 2023.

Assim, à data, as perspetivas económicas para 2022 e 2023 indiciam uma retoma das taxas de crescimento da economia mundial, com ritmos diferentes consoante as regiões.



Não menos importante, atualmente, é relevar a taxa de inflação mundial que apresentou já um ligeiro acréscimo em 2021, com 4,35%, face aos anos anteriores de 3,18% e 3,47%, em 2020 e 2019, respetivamente.

Este indicador apresenta-se importante para as economias dos “*países emergentes e em desenvolvimento*”, até agora relativamente dinâmicas, graças sobretudo aos incrementos na procura interna, com crescimentos previstos para 2022 de 4,2%, mas que com a taxa de inflação podem provocar desequilíbrios e desigualdades acentuadas para com as “*economias avançadas*”.

Desta forma, mantêm-se elevados riscos e imprecisões nas previsões económicas mundiais, já por si difíceis num contexto de crise pandémica e energética, agora agravada pela invasão da Rússia sobre a Ucrânia. Em relação às medidas de contenção relacionadas com a COVID-19 e que têm vindo a contrair as economias tem vindo assumir-se um aproximar da estabilização global, tornando-se, segundo os especialistas, uma doença endémica, o que se assume que as medidas de contenção serão aliviadas de forma gradual e posteriormente totalmente liberadas, podendo assim voltar a criar confiança nos agentes económicos. De qualquer das formas, persistem os riscos ligados às perturbações nos mercados financeiros (associadas ao elevado nível das dívidas soberanas de um grande número de países, agravadas pela pandemia COVID-19), às elevadas taxas de desemprego, à baixa do consumo, à fraca confiança dos agentes económicos, à volatilidade do comportamento dos preços de algumas matérias-primas e do petróleo a nível global e aos impactos económicos de uma eventual 3ª Guerra Mundial.

Por fim, as economias da zona euro e da União Europeia (UE) tiveram em 2021 um crescimento anual de 5,2%, segundo o Eurostat, depois de terem contraído 6,8% e 6,4%, respetivamente, em 2020. Apesar do contexto de incerteza, as ferramentas de apoio financeiro aprovadas e contratualizadas com os Estados-membro, através dos Mecanismos de Recuperação e Resiliência, através do *Next Generation EU*, o Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*), o novo quadro financeiro plurianual e mesmo a autorização de auxílios estatais para apoiar as empresas, permitem criar um conforto essencial para uma sólida retoma desta economia.

## 2.2. A economia portuguesa

A *economia Portuguesa* registou, em 2021, um crescimento do PIB de 4,9% em volume, o mais elevado desde 1990, após a diminuição histórica de 8,4% em 2020, na sequência dos



efeitos marcadamente adversos da pandemia Covid-19 na atividade económica. Uma boa recuperação, face ainda aos + 2,2% registados em 2019 e + 2,8% em 2018.

O facto de Portugal ter sido um dos países do mundo com a maior taxa de vacinação completa (superior a 85% da população) criou a confiança necessária para uma maior resiliência e uma rápida retoma.

Assim, para a recuperação rápida da economia contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento, em paralelo com a elevada taxa de vacinação contra a doença COVID-19, como dito anteriormente, e os programas de estímulo económico, tanto a nível nacional quanto europeu.

Estas medidas de apoio à manutenção das empresas e do emprego tomadas no âmbito da fase de emergência, em particular as dirigidas à cobertura dos custos fixos das empresas, permitiram que o mercado de trabalho tivesse um comportamento bastante mais favorável do que o anteriormente antecipado. De acordo com os últimos dados do INE, no segundo trimestre de 2021 o nível de emprego atingiu máximos desde 2009, um resultado que mostra a resiliência do tecido empresarial português e que coloca Portugal numa posição mais favorável para a recuperação económica.

Assim, em 2021, a economia portuguesa caracterizou-se pela forte recuperação da atividade económica, a partir do segundo trimestre do ano, após observar em 2020 a quebra da atividade (-8,4%) mais acentuada desde 1995, seguida de uma quebra de -5,7% no primeiro trimestre do ano, decorrente das várias vagas da pandemia de COVID-19.

Apesar da quebra registada no primeiro trimestre do ano, a economia portuguesa registou uma evolução positiva no primeiro semestre de 2021, com o PIB real a crescer, em termos homólogos, 4,3% (-10,3% no primeiro semestre de 2020).

Os indicadores disponíveis para o terceiro trimestre, especialmente os relativos à evolução do consumo privado, indiciam uma aceleração da recuperação da atividade económica. Com efeito, em agosto, tanto o indicador de clima económico quanto o indicador de confiança aumentaram.

De acordo com as projeções apresentadas para o biénio 2021-22, prevê-se que o país cresça acima de 10% (4,9% registados em 2021 e 5,5% em 2022), tendo sido estimado atingir já no início de 2022 o nível de PIB que tinha no período pré-pandémico, isto antes de se verificarem os impactos económicos verificados na sequência da invasão na Ucrânia.

Previa-se, assim, que já a partir de 2022, o país retomasse o trajeto de convergência real com a média europeia que se verificou entre 2016-2019 e que a taxa de desemprego em 2022 descesse para 6,5%, atingindo o valor mais baixo desde 2003.

A taxa de inflação média em 2021 ficou em 1,3%, sendo que na segunda metade do ano, os preços ficaram sempre acima da média, o que mostra a escalada dos últimos meses.

O consumo privado cresce 5% em 2021 e 4,8% em 2022, desacelerando para 1,8% em 2024, isto após a quebra 7,1% em 2020. Esta evolução é sustentada pelo crescimento do rendimento disponível real, por condições financeiras favoráveis e pela acumulação de riqueza ao longo da crise. A taxa de poupança reduz-se em 2021-22, após ter atingido 12,8% em 2020.

### INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em (%)										
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (*)
Consumo Privado	-5,5	-1,2	2,3	2,3	2,6	2,1	2,6	2,4	-7,1	5,0	4,8
Consumo Público	-3,3	-2,0	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,6	0,7	0,4	4,8	0,4
Investimento	-16,5	-5,1	2,3	5,8	2,5	11,5	6,2	5,4	-2,7	4,4	5,2
Exportações bens e serviços	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	8,4	3,1	3,5	-18,6	19,8	12,9
Importação de bens e serviços	-6,3	4,7	7,8	8,5	5,0	8,1	5,0	4,7	-12,1	21,0	9,1
<b>Produto Interno Bruto (PIB)</b>	<b>-4,0</b>	<b>-1,1</b>	<b>0,9</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>3,5</b>	<b>2,8</b>	<b>2,2</b>	<b>-8,4</b>	<b>4,9</b>	<b>5,5</b>
<b>Inflação</b>	<b>+2,8</b>	<b>+0,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>+0,4</b>	<b>+0,6</b>	<b>+1,4</b>	<b>+1,0</b>	<b>+0,3</b>	<b>0,0</b>	<b>+1,3</b>	<b>+1,8</b>

(\*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

## 2.3. Envoltente sectorial

As flutuações nos preços das *commodities* em 2021 (subida de mais de 48%) destacam alguns dos desafios na transição energética e de uma economia carbono zero. As cidades desempenham um papel fundamental, uma vez que representam cerca de dois terços da procura de energia e das emissões de gases com efeito de estufa. Deste modo a urbanização está associada ao aumento da demanda por *commodities*, em especial as cidades de alta densidade, reforçando a necessidade de um planeamento urbano estratégico, tornando o uso mais eficiente da energia e consequente redução das emissões dos gases de efeito de estufa.

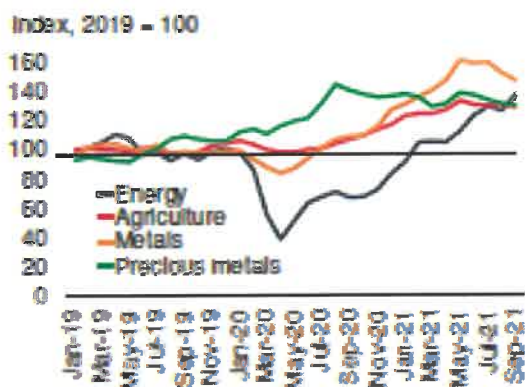
Os preços das “*commodities*” energéticas subiram 16% no 3º trimestre de 2021 continuando com a sua trajetória ascendente desde o início do ano.

Os preços das “*commodities*” não energéticas permaneceram inalterados no terceiro trimestre de 2021 como grupo, no entanto houve variação significativa entre as “*commodities*”.

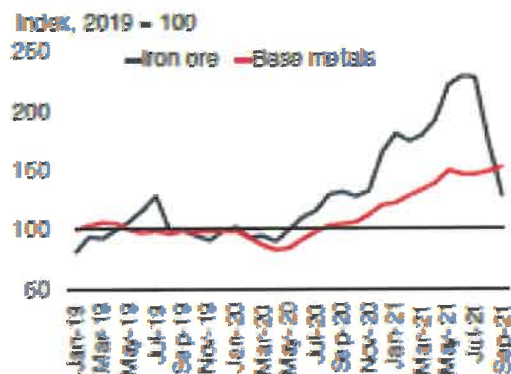
O índice de preços dos *metais e minerais* caiu 1%, verificando-se quedas acentuadas no minério de ferro e moderadas em cobre, enquanto outros metais básicos registaram ganhos moderados. Estas variações devem-se à redução da produção do aço na China (queda do ferro) e ao aumento da demanda dos metais básicos, impulsionados pela recuperação económica global, no entanto a produção foi prejudicada por cortes de energia.

Os preços dos *metais preciosos* caíram 3% no terceiro trimestre de 2021 devido ao aumento de rendimentos do tesouro dos EUA a 10 anos. Em específico, a queda do preço da platina deveu-se a interrupções da produção de automóveis em todo o mundo que reduziram a demanda por conversores catalíticos.

**A. Commodity price indexes, monthly**



**C. Iron ore and base metal prices**



## METALS AND MINERALS

O Índice de Preços de Metais e Minerais do Banco Mundial manteve-se estável no terceiro trimestre de 2021 (q/q), mas permaneceu 46% acima do ano anterior.

A maioria dos preços dos metais continuou a aumentar, de forma a suprir o corte do fornecimento dos mesmos e de energia, assim como contrabalançar as políticas chinesas de redução do consumo energético no processamento de metais.

Por outro lado, o preço do minério de ferro caiu quase 60% durante o trimestre devido aos cortes na produção de aço na China e ao aumento das exportações de minério da Austrália e do Brasil.

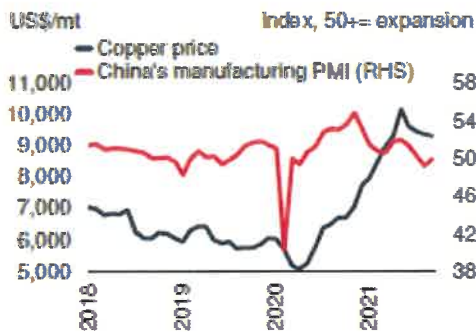


Estima-se que os preços dos metais aumentem cerca de 48% em 2021, e diminuam 5% em 2022, previsão que os últimos dados já deste ano apontam para que seja largamente ultrapassada em relação às perspectivas de abril.

Estas previsões estão sujeitas a vários riscos como o maior fornecimento relacionado com interrupções energéticas, a que se podem adicionar bloqueios adicionais devido ao Covid-19 e políticas ambientais restritivas.

Em sentido descendente, a deterioração do setor imobiliário chinês poderia limitar a demanda por alguns metais. Com o decorrer do tempo, a transição energética global, afastando-se cada vez mais dos combustíveis fósseis, espera-se uma procura acentuada da maioria dos metais, particularmente para alumínio, cobre, níquel e estanho.

**A. Copper price and global manufacturing PMI**



**B. Metals demand growth**



Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2021)  
Note: Last observation is September 2021

*Índice de evolução anual da cotação dos Metals and Minerals*

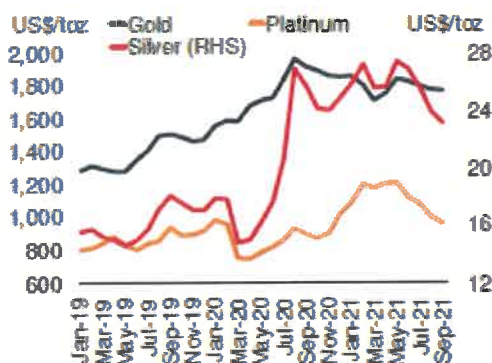
## METAIS PRECIOSOS

O Índice de Preços de Metais Preciosos do Banco Mundial caiu 3% no terceiro trimestre de 2021 (q/q), refletindo um decréscimo no investimento, resultado do aumento das taxas de juro reais e do crescimento do dólar americano, bem como uma menor demanda dos metais. Enquanto o preço do ouro teve quedas modestas, os preços da prata e da platina sofreram perdas maiores, no entanto mantiveram-se em níveis consideravelmente mais altos comparando com o ano de 2020.



Antecipa-se uma subida de 5% em 2021, seguida de uma redução de cerca de 3% em 2022. Estas previsões estão sujeitas a vários riscos como sejam ameaças de novas variantes do vírus COVID-19, amplificadas por tensões geopolíticas e inflação mais persistente do que o previsto.

**A. Precious metals prices**



**B. Gold prices and interest rates**



Source: world Bank (Commodity Markets outlook-Out 2021)  
 Note: Last observation is September 2021

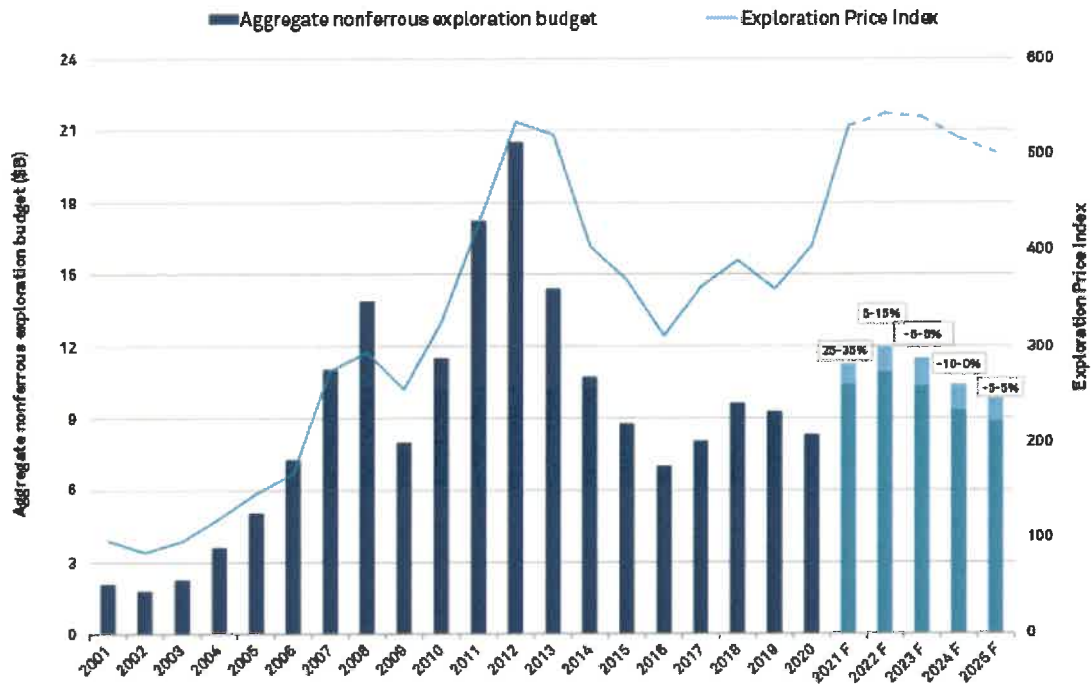
*Índice de evolução dos metais preciosos*

## INVESTIMENTO EM PROSPEÇÃO E PESQUISA

Os dados recentemente publicados pela “S&P Global Market Intelligence” relativos a orçamentos de Prospeção e Pesquisa (P&P) mostram um incremento dos mesmos entre 25% e 35% em 2021. Segundo a mesma publicação os orçamentos de prospeção e pesquisa são geralmente influenciados pelos preços dos metais, envolvendo com um ano de atraso. As quedas dos preços dos metais induzidas pela pandemia do primeiro trimestre de 2020, foram seguidas por fortes recuperações, sendo que o ouro, e o cobre atingiram recordes nos vários trimestres seguintes.

Perspetivando 2022, espera-se outro incremento nos orçamentos de P&P, contudo não tão evidente como em 2021, apesar do ligeiro decréscimo dos preços da maioria dos metais. De 2023 a 2025, espera-se um equilíbrio maior no crescimento dos orçamentos, um pouco à medida da recuperação económica pós-pandemia, que retornará a um ritmo mais moderado.

## Exploration budgets 2001-20 and forecast budgets 2021-25



Data as of June 18, 2021.

F = forecast

□ = percentage increase/decrease year over year

The Exploration Price Index is calculated using the metals prices in the second half of the previous year and measures the relative change of precious and base metals prices, weighted by the percentage of overall exploration spending for each metal as a proxy of the relative importance of each to the industry at a given time.

Source: S&P Global Market Intelligence

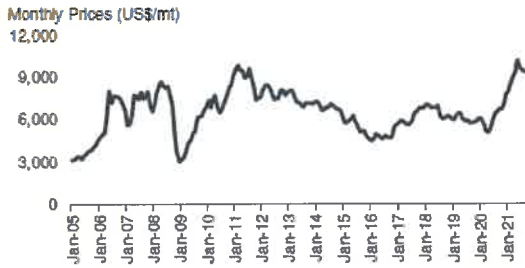
Por outro lado, com a transição energética global e eletrificação do setor dos transportes, aliado a uma mudança de paradigma geral em direção à sustentabilidade, espera-se um crescendo da demanda de metais constituintes das baterias, como cobre, níquel e cobalto, que promoverá um crescimento certo dos orçamentos para prospeção e pesquisa.

## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

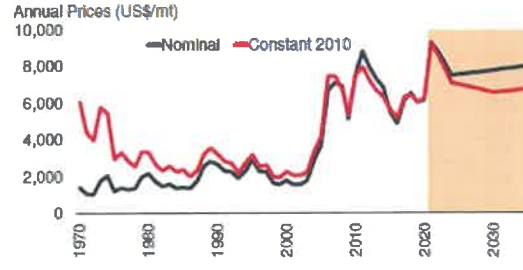
Apresentam-se, de seguida, as cotações nos últimos anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

- Metais de transição: cobre, zinco e ferro;
- Metal representativo: estanho
- Metais preciosos: ouro e prata.

## Copper

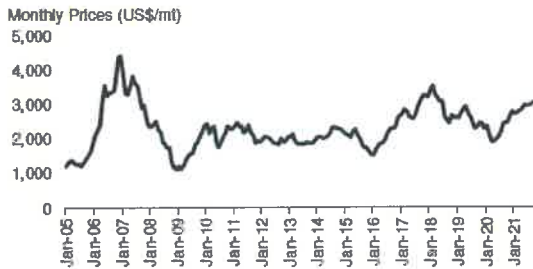


Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.

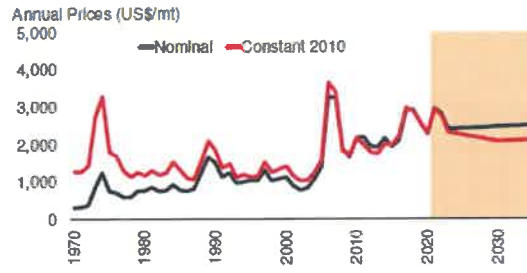


Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

## Zinc

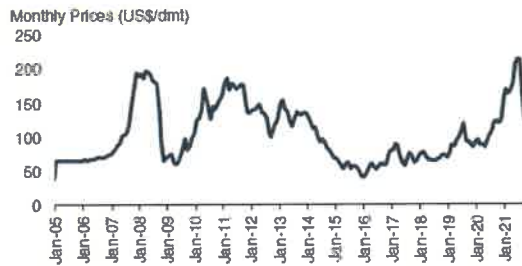


Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.

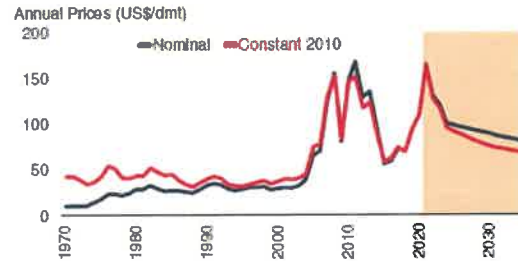


Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

## Iron Ore

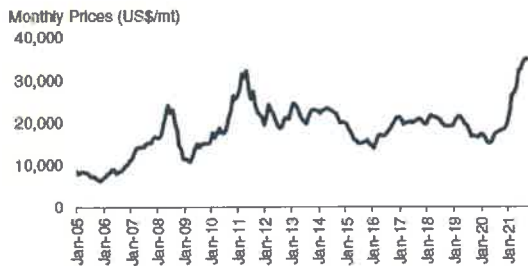


Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.

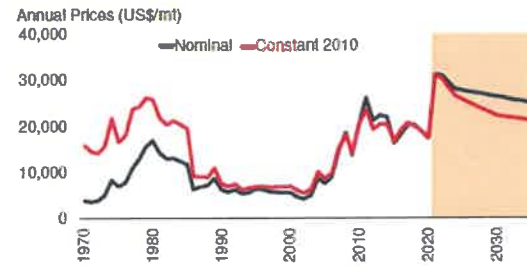


Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

## Tin



Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.

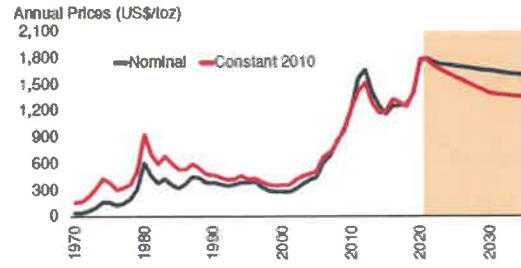


Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

## Gold



Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.

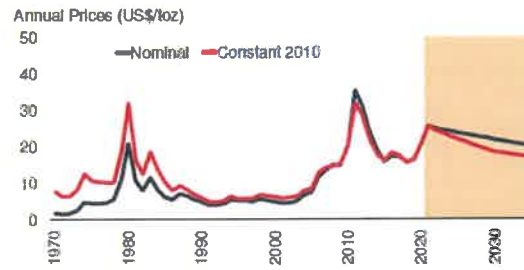


Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

## Silver



Source: See World Bank Commodities Price Data.  
Note: Last observation is September 2021.



Source: World Bank.  
Note: 2021-35 are forecasts.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

### 3. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O presente relatório é apresentado pelo Conselho de Administração da EDM em funções, integrando o Presidente eleito em 19 de novembro de 2021 através de deliberação social unânime por escrito, que substituiu o anterior Presidente saído a 9 de julho por limite de idade, e dois Vogais, uma eleita na sessão da assembleia geral de 10 de maio de 2019 e o outro vogal através de deliberação social unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020.

Tendo a EDM completado 55 anos de **atividade no setor mineiro em 2021** (com a consequente internalização de competências associadas), é natural que tenha estado (e esteve) envolvida em projetos em todas as fases referidas no quadro “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EDM”, com destaque para a fase de exploração da mina de Neves Corvo da SOMINCOR (mina de classe mundial), na qual participou desde a fase de prospeção e pesquisa, que conduziu à descoberta da mina em 1977 até à fase de exploração que se iniciou em 1989, ou seja, 12 anos depois, o que constitui o “horizonte” normal de arranque da produção no setor mineiro que convém ter sempre presente. 2021, ficará igualmente marcado pela relação de cooperação estratégica e parceria com esta empresa exploradora, pelo facto de ter sido possível chegar a acordo numa negociação que vinha a acontecer desde 2015, concretizando a alienação de 15% do projeto Área B, permitindo o investimento necessário para exploração e o prolongamento da vida útil da mina de Neves Corvo, cumprindo assim a função e o propósito da EDM, como empresa do setor empresarial do estado.

Nos últimos 21 anos a EDM desenvolveu **trabalhos de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas** realizados como concessionária do Estado, em exclusivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho. A ação da EDM neste domínio, enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, e pelo contrato de concessão, tem por base a identificação inicial no território continental de 199 antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas. O contrato de concessão celebrado em 5 de setembro de 2001 por um período de 10 anos viria, em 22 de dezembro de 2011, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2011, a ser renovado por um período de 4 anos, e pela RCM n.º 81/2015, novamente renovado por 7 anos até 15 de dezembro de 2022, e cuja minuta da renovação foi aprovada pela RCM n.º 26/2017.

Tendo em consideração o enquadramento antes referido as orientações apresentadas na “Proposta do Contrato de Gestão para o mandato 2019-2021”, traduzem o seguinte

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page, overlapping the EDM logo and the page number. The signature is stylized and appears to be a personal name.

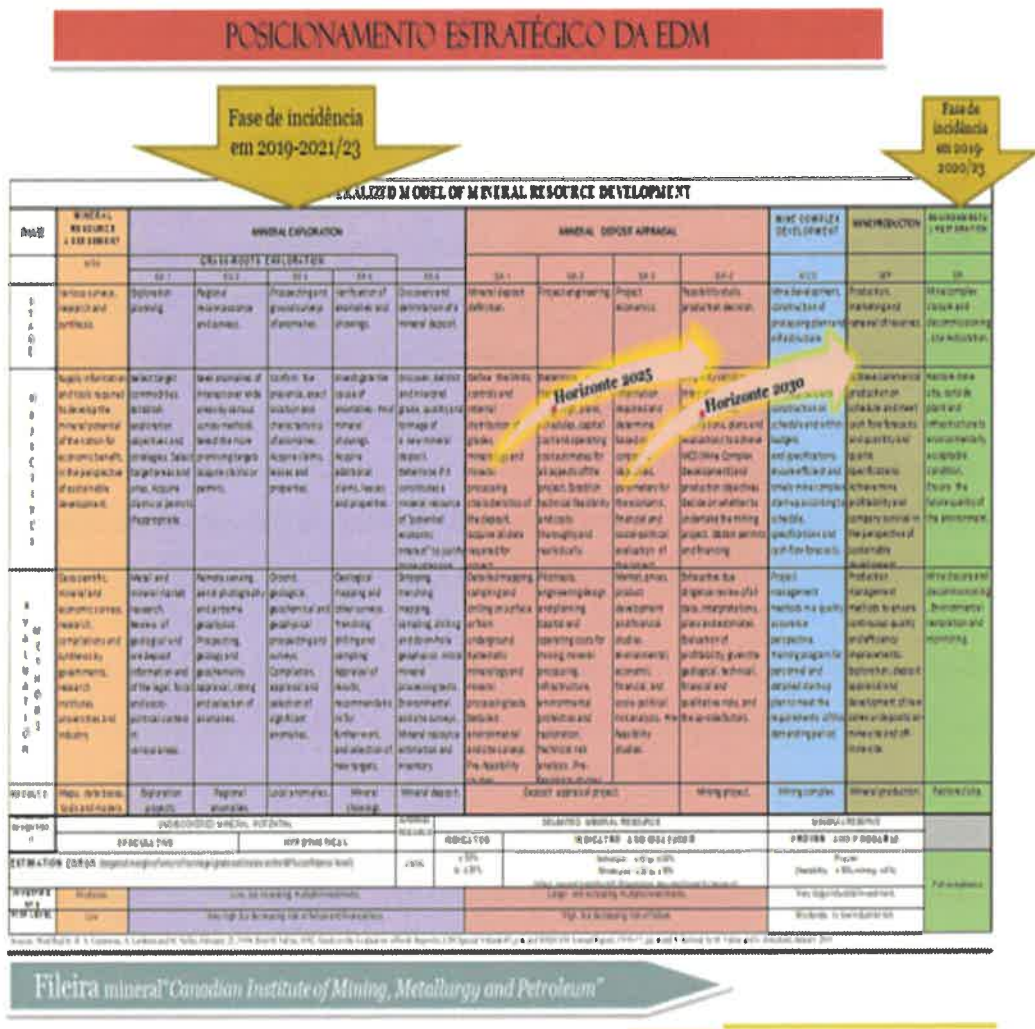


“POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da EDM:

a) No que respeita ao domínio dos **Recursos Mineiros**:

assegurar a presença em todas as fases da “**FILEIRA do ciclo de desenvolvimento dos recursos mineiros**”, privilegiando no período 2019-2021, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental ( fase final dos projetos mineiros)

na perspetiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção.



b) No que respeita ao domínio da **Remediação Ambiental**:

assegurar a realização dos projetos de reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, maximizando, tanto quanto possível, o aproveitamento dos fundos estruturais do PORTUGAL 2020 e PORTUGAL 2030

na perspectiva de no “**HORIZONTE 2022/23**” ter concluído a eliminação dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde e segurança públicas e a reabilitação da envolvente paisagística das principais 199 áreas identificadas.



*ETAM Quinta do Bispo, Mangualde*

c) No que respeita à **Modernização e Sustentabilidade** da empresa:

Diversificar áreas de negócio aproveitando as competências da empresa nos domínios da prospeção e pesquisa de recursos mineiros e da reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras na perspectiva de a médio e longo prazo garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa, ao mesmo tempo que se estabelecem metas de redução de consumo e emissões, nomeadamente de energia e outros parâmetros;



*Solar Park Beerwalde, Ronneburg, 2012 (Antiga mina de urânio)*

*A*



Das **atividades operacionais desenvolvidas**, descritas em termos detalhados no capítulo 4 deste RELATÓRIO E CONTAS, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

- No âmbito dos **RECURSOS MINEIROS**:
  - deu-se continuidade ao único projeto autónomo de prospeção e pesquisa da empresa - Argozelo, cujo contrato foi celebrado em 8 de outubro de 2019, terminando o contrato no dia 8 de março de 2022;
  - deu-se por terminado o projeto de prospeção e pesquisa em parceria com a ESANMET, na área do Rosário, localizado na Faixa Piritosa Ibérica, apesar da tentativa de extensão do prazo, não concedida;
  - procedeu-se ao acompanhamento dos projetos de prospeção e pesquisa em parceria com a REDCORP, no que respeita à área da Lagoa Salgada, que conduziu a que em 23 de abril de 2019 tenha sido pedida a concessão da exploração, tendo sido assinado o contrato de exploração no dia 28 de outubro de 2021;
  - prosseguiu-se o acompanhamento do projeto do Gavião, em parceria com a ALMINA, assegurando-se a continuação da campanha de sondagens adicionais, na ótica da contínua avaliação do jazigo. Ao longo do ano, estudou-se a proposta de transmissão de concessão dos direitos de exploração do jazigo, que exerceu o direito de preferência e que se encontra em fase de decisão da tutela setorial e acionista;
  - procedeu-se à alienação dos 15% detidos pela EDM no projeto da Área B da Semblana, no quadro do Acordo de Parceria com a SOMINCOR, tendo-se concretizado a proposta de aquisição pela SOMINCOR, no final do ano em apreço;
  - e procedeu-se à avaliação preliminar das oportunidades de novos pedidos de prospeção e pesquisa a apresentar futuramente, designadamente relacionadas com a área de JALES E GRALHEIRA (ouro) e com a FAIXA PIRITOSA IBÉRICA (cobre e zinco).
  
- Relativamente ao domínio da **RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS**, e na sequência da concretização da segunda renovação, por mais sete anos, do contrato de concessão, em exclusivo, para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015, de 10 de setembro, e da Resolução do Conselho

de Ministros n.º 26/2017, de 12 de janeiro, que reafirma o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, tendo sido dada, em 2021, continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos.

Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, sete estão concluídas ou em fase de conclusão, designadamente:

- Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2,
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1,
- Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios,

estando em curso as seguintes candidaturas:

- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar,
- Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo),
- Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros, na sequência da publicação do 4º AVISO convite do POSEUR, concretizado no final de setembro.

Desenvolveram-se diversas **AÇÕES DE SEGURANÇA** para eliminação ou minimização de riscos para a segurança e saúde públicas, quer em antigas áreas mineiras quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações.

Desenvolveu-se o **PLANO DE AÇÃO** relativamente aos estudos e monitorização do comportamento dos solos e subsidências na antiga área mineira de **JALES**, e definiu-se a solução geotécnica mais adequada para o projeto de execução que culminou na empreitada de consolidação de solos levada a cabo nos locais mais críticos e ativos, nomeadamente troço da Estrada Municipal e logradouro particular, que atualmente já se encontra em condições de segurança utilizável e circulável. Ressalva-se que esta intervenção só foi possível com a celebração, em 2021, do Protocolo com o Fundo Ambiental que garantiu o financiamento dos custos inerentes. Mantem-se o Plano de Monitorização em curso.

Preserva-se o acompanhamento e dinamização das ações do **ROTEIRO DE MINAS** desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia e Parceiros, retomados de forma presencial.

No âmbito do **PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)** aprovado pela RCM nº 50/2019:

- Procedeu-se ao acompanhamento das identificações e notificações realizadas pela DGEG, com visitas às várias pedreiras em incumprimento, tentando chegar a acordo com os proprietários, no sentido de cumprirem supervenientemente as medidas impostas;
- A dificuldade reconhecida pela DGEG, em identificar os proprietários de algumas pedreiras em situação crítica, nomeadamente, as localizadas na região Norte do País, levou à necessidade de elaborar “Levantamentos Cadastrais” em 3 pedreiras para identificação das matrizes prediais e respetivos proprietários dos prédios nos quais se situam;
- Foram realizadas reuniões *in loco*, entre a EDM e a DGEG, bem como com os proprietários de algumas pedreiras e entidades locais (câmaras municipais, juntas de freguesia e CCDR’s), com vista ao esclarecimento de medidas impostas pela DGEG no âmbito do PIPSC e das intervenções propostas pela EDM, bem como avaliar a forma mais ágil de as colocar em prática, com a colaboração profícua das entidades locais. Nas áreas das pedreiras em incumprimento que foi possível chegar a acordo, procedeu-se ao cumprimento das medidas impostas pela DGEG e desenvolveram-se os procedimentos relacionados com as vertentes de:
  - sinalética de perigo no interior das pedreiras e colocação da respetiva vedação nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019, nomeadamente a vedação e sinalética

da pedreira nº 20457, denominada “Senhora de Todo o Mundo”, localizada no concelho de Caldas da Rainha e pertencente ao Distrito de Leiria, cujo início foi em dezembro de 2020;

- e de preparação para a realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, também nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019.
- Promoveram-se contatos constantes com a DGEG e sempre que possível com os exploradores ou os proprietários das pedreiras em incumprimento, cujo universo se revelou dinâmico variando de 14 pedreiras para 12, a 31 de dezembro de 2021. A dificuldade em obter as informações previstas na RCM sobre a tipologia concreta das ações a executar implicou a necessidade de implementação de um modelo alternativo que obrigou á elaboração de “levantamentos topográficos” e “Relatórios de Diagnóstico” em substituição das “memórias descritivas” previstas na RCM. Os constrangimentos relacionados com as autorizações de acesso aos terrenos condicionaram a implementação das ações e trabalhos em particular das vedações que apenas foi possível concretizar em 2 pedreiras;
- A 31 de dezembro de 2021, foi publicada a RCM n.º 201/2021, estendendo o prazo de implementação do PIPSC por mais um ano, introduzindo uma nova ferramenta legal, de forma a permitir a intervenção da EDM em terrenos particulares, que se transcreve:

“10 - Perante o incumprimento, por parte dos exploradores das pedreiras ou dos proprietários dos respetivos terrenos, das medidas previstas nos números anteriores, é reconhecida a urgência inadiável e o manifesto e imperioso interesse público e nacional no acesso aos imóveis onde as pedreiras identificadas no Plano de Intervenção se localizam para efeitos da intervenção da EDM, S. A., nos termos previstos no n.º 8, mediante o recurso aos técnicos da DGEG com funções de fiscalização, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei 130/2014, de 29 de agosto, na sua redação atual.”

Relativamente às ações de **MODERNIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE** da empresa visando a aplicação das modernas técnicas de gestão, sublinham-se os seguintes aspetos principais:

- o reforço das ações de arquivo documental com suporte eletrónico;
- o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos

- e a avaliação do radão nos edifícios;
- que proporcionem novas origens de rendimentos como projetos agro-silvo-ambientais e instalação de projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras já recuperadas;
- e a implementação do ECO.AP 2030, iniciando-se o estabelecimento de objetivos, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões).

No que se refere ao **cumprimento das orientações legais** apresenta-se no capítulo 7 deste relatório uma descrição desenvolvida de acordo com os parâmetros pré-definidos pelo acionista. Destaca-se:

- que, apesar de ainda não ter sido formalizada a celebração dos “Contratos de Gestão” para o mandato que agora finda, que os membros do Conselho de Administração já assinaram e remeteram à DGTF e que inclui metas e indicadores de desempenho ainda não totalmente estabilizados, tendo inclusivamente sido pedida a revisão dos indicadores, o Conselho de Administração, à semelhança de 2020, monitorizou os objetivos/metras incluídos na proposta de “Contratos de Gestão” que foram alcançados como se comprova no quadro apresentado no capítulo 7.1;
- que a EDM assegurou o cumprimento das orientações setoriais da tutela, como se confirma pelas ações desenvolvidas descritas no capítulo 4;
- e que a EDM deu cumprimento aos deveres de informação previstos nas orientações aplicáveis através de reportes sistemáticos à Direção Geral do Tesouro e Finanças, como igualmente se descreve no capítulo 7.

Ainda no que respeita à **atividade operacional**, comparando com o “PAO\_2021” aprovado por deliberação social unânime por escrito de 18 de outubro de 2021, após obtenção do despacho nº 484/2021, de 4 de junho do senhor Secretário de Estado do Tesouro e do despacho de 12 de julho de 2021 do senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia, na sequência do aditamento ao relatório de análise da UTAM nº260/2020, de 3 de novembro, destaca-se o seguinte:

- que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental em consequência de acumulação de alguns trabalhos especializados e



manutenções de equipamentos que se deslocaram de 2020 para 2021 em consequência da pandemia, bem como das limpezas florestais obrigatórias e acréscimo de custos de energia;

- que os *Gastos com Pessoal* se situaram em linha com o previsto no orçamento aprovado, uma vez que não foram efetuadas novas admissões nem quaisquer valorizações salariais, embora tenham sido pagas as remunerações vencidas e vincendas relativas às pessoas que saíram em 2021;
- e que os *Resultados Líquidos* positivos ascenderam a €1.056.534,89, significativamente superiores ao previsto no “*PAO\_2021*” em consequência da alienação dos direitos no projeto da Semblana.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

## 4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 4.1. No domínio dos recursos mineiros

A atividade da EDM no domínio dos recursos mineiros durante 2021 foi marcada pelo desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa nas áreas contratadas, visando valorizar os sectores em que foi identificado potencial mineiro.

A não publicação de concursos públicos para atribuição de áreas para prospeção e pesquisa, que era previsível serem lançados, impediu a execução dos seguintes projetos, a dinamizar em consórcio, previstos no Plano de Atividades e Orçamento para 2021:

- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de BARRIGÃO, nos concelhos de Almodôvar, Mértola, Alcoutim e Loulé;
- Projeto de prospeção e pesquisa para a área denominada de JALES/GRALHEIRA, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Não foi igualmente concretizado o pedido de prospeção e pesquisa para a áreas Douro Superior (Fonte Santa), previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, dado que a área pretendida encontra-se parcialmente associada ao Parque Natural do Douro Internacional, classificado pelo ICNF como área protegida.

Para além do projeto autónomo (Argozelo II) a atividade da EDM incidiu com mais intensidade no desenvolvimento do projeto em CONSÓRCIO com a ESANMET Portugal (do Rosário), assim como nas parcerias com a Almina (Gavião), com a Somincor (Semblana) e no Consórcio da REDCORP/Ascendant Resources (Lagoa Salgada).

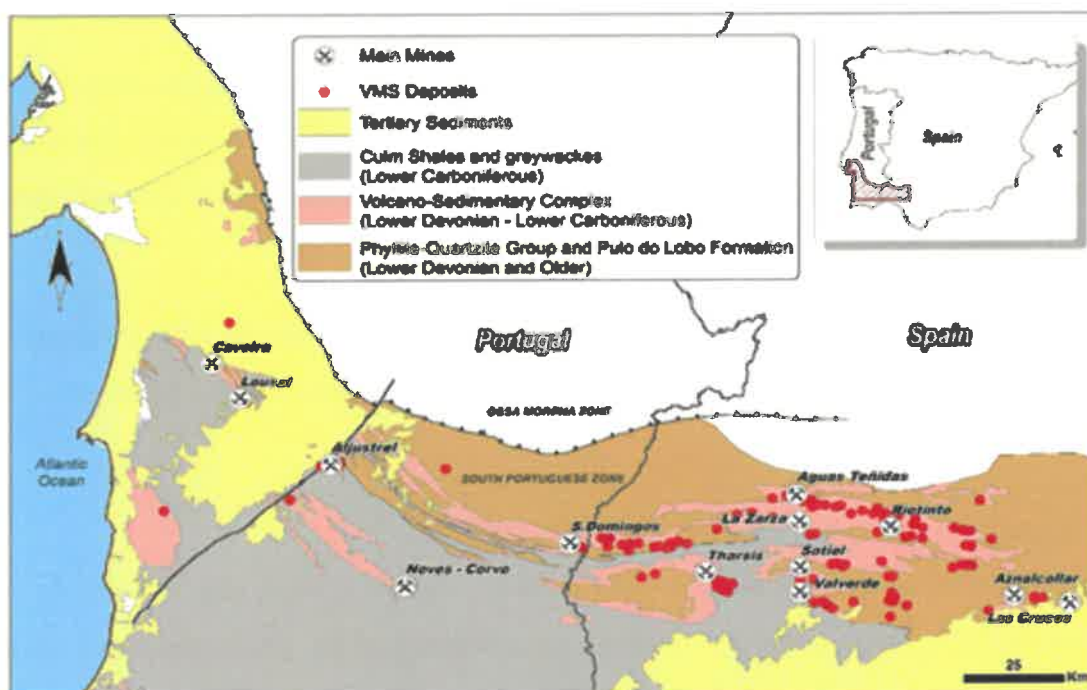
#### 4.1.1. Prospeção e Pesquisa

##### Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa

Portugal, contrariamente à perceção comum, é um país com uma longa tradição mineira e com uma variedade bastante abrangente de recursos geológicos e mais especificamente recursos minerais. Esta longa tradição, que remonta à ocupação romana, foi desenvolvida em diversas fases, sendo que a última, porventura mais marcante, ocorreu a partir do início da II Guerra Mundial e terminou com a queda generalizada das cotações das matérias-primas ao longo da década de 80 do século XX.

Com o aumento generalizado do preço das matérias-primas ocorrido no início do século XXI, deu-se uma reativação da atividade em muitas zonas entretanto “esquecidas” pela maioria dos investidores mundiais. Naturalmente que a evolução da atividade de prospeção e pesquisa (“EXPLORATION”) tende a acompanhar os ciclos de evolução dos preços.

Uma dessas zonas de aumento da procura foi precisamente a Faixa Piritosa Ibérica (FPI), que subitamente foi um chamariz para um elevado número de empresas.



*Localização da atividade mineira na Faixa Piritosa Ibérica*

Este aumento de procura registou-se também na parte espanhola da Faixa Piritosa Ibérica em que se verifica grande dinamismo, quer na prospeção e pesquisa, quer na exploração de sulfuretos maciços, como por exemplo a que levou à descoberta em 2013 do jazigo de La Magdalena (> 50 Mt com 2.04% de Cu, 2.19% de Zn, 34 g/t de Ag em recursos), a cerca de 8 km para este da Mina de Aguas Teñidas, detida pela MATSA, subsidiária do grupo Sandfire e o projeto de Rio Tinto, operado pela Atalaya Mining desde 2016 na zona da antiga mina (> 193Mt com 0.45% de Cu), que representam os desenvolvimentos mais recentes. Assinala-se ainda o desenvolvimento de outros grandes projetos em fase mais precoce, nomeadamente Sotiel, Los Frailes e Masa Valverde, todos situados na Faixa Piritosa Ibérica.

A análise dos investimentos em prospeção e pesquisa por matérias primas não ferrosas a nível mundial, em que no ano de 2020 o cobre (com 21%) aparece como 2º destino dos investimentos e o zinco (com 5%) em 3º, vem reforçar o interesse da FPI enquanto local de



atração de investimento face às potencialidades reconhecidas dessa Faixa nesses minérios.

Neste enquadramento foram prosseguidas em 2021 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa concentradas na lista de matérias primas críticas para a União Europeia, e se traduz na disponibilidade de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e atração do investimento internacional.

### Argozelo

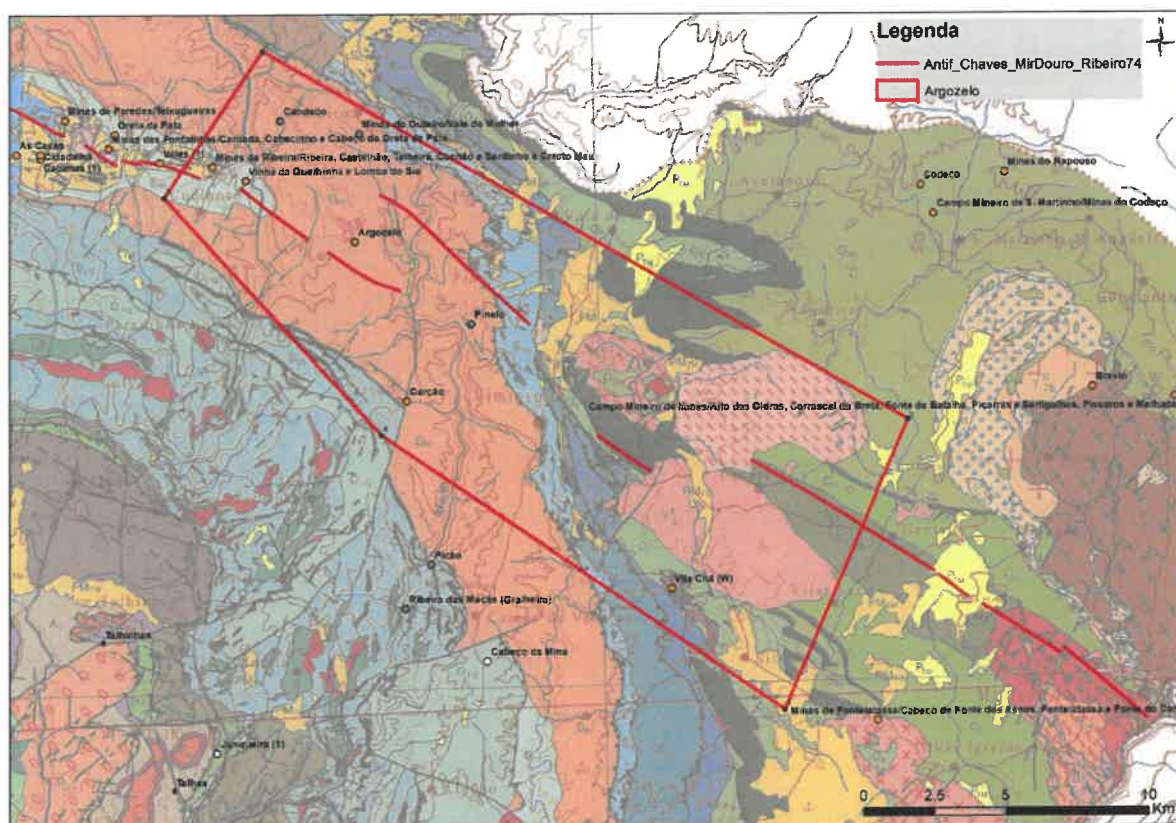
Em 2017 a EDM fez um pedido à DGEG para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de estanho, tungsténio, ouro, prata, antimónio, cobre, zinco, chumbo e outros metais associados para uma área denominada **Argozelo II**, situada nos concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro.

O contrato relativo ao novo pedido foi assinado dia 8 de outubro de 2019 e estende-se por um período de dois anos, com três anos de prorrogação opcional, que pode ser solicitada anualmente.

O investimento efetuado em 2021 foi de €34.399,21.

A situação criada pela pandemia por Covid-19, durante grande parte do ano de 2020 e durante 2021, levou a que os trabalhos e consequentemente os investimentos planeados fossem fortemente influenciados, no entanto foram realizados os seguintes trabalhos:

- Contínua integração de dados e interpretação geológica com recurso a software específico (Gis/Geosoft);
- Foi efetuado um reconhecimento geológico de ocorrências novas existentes na área Argozelo II, tendo em vista a identificação e seleção de novos alvos a serem investigados através de sondagens carotadas;
- A amostragem efetuada das sondagens históricas, no 1º ano de contrato, para análise geoquímica multielementar, teve em conta a escolha de pacotes analíticos adequados no número de elementos de interesse e seus limites de deteção para estas tipologias de depósitos, assim como a preparação física e a digestão química prévia das amostras em laboratório certificado;
- Em 2021, foi elaborada nova amostragem e preparada para análise laboratorial, tendo sido estendido o prazo de entrega do relatório final para 8 de março de 2022, dados os constrangimentos provocados pelos impactos da pandemia Covid-19, no final do ano de 2021.



*Localização das ocorrências mineiras no sector central do anticlinal Chaves – Miranda do Douro.*

## Escádia Grande

O contrato MN/PP/009/14 celebrado com a DGEG a 23 de setembro de 2014 atribuiu os direitos de prospeção e pesquisa de minerais de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco, estanho, antimónio e volfrâmio para uma área denominada **Escádia Grande** terminou a 23 de setembro de 2019, mantendo-se a necessidade de aprofundar os resultados obtidos através de um novo pedido de atribuição da área referente ao projeto que possibilite a respetiva avaliação de preferência em parceria, o que até à data não se concretizou, pelo que este ativo foi desreconhecido.

Ainda assim, durante o ano de 2021 foram estabelecidos contactos no sentido de se encontrar um parceiro para voltar a este projeto no futuro. Destes contactos surgiram interessados na área, sendo que o processo se encontra ainda em fase de avaliação.

As despesas associadas a este projeto, no montante de €15.240,24, em 2021, prendem-se essencialmente com a preparação de amostras e o aluguer de armazém em Góis, que alberga as sondagens realizadas no período de 2017-2018.

## Rosário

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA assinou a 23 de novembro de 2016, com o Estado Português, um contrato para obtenção dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata, ouro e minerais associados, da área do Rosário. O contrato tem um período inicial de três anos, sendo passível de duas prorrogações anuais. Em junho de 2019 a EDM assinou com a empresa ESANMET Portugal, Lda uma parceria para a prospeção e pesquisa da área do Rosário. Esta área revela-se de elevado potencial para descoberta de novas mineralizações de sulfuretos maciços na Faixa Piritosa Ibérica. A empresa ESANMET Portugal, Lda detinha 65% da parceria enquanto a EDM detinha 35%.

Esta área situa-se no sector central de uma das províncias metalogenéticas mais importantes do mundo de depósitos de sulfuretos maciços ricos em metais base, que é a Faixa Piritosa Ibérica (FPI). A área de prospeção e pesquisa do Rosário situa-se no Baixo Alentejo, nos concelhos de Castro Verde, Ourique, Almodôvar e Aljustrel, distrito de Beja e tem uma orientação geral NW-SE, tendo no extremo SE a mina de Neves Corvo e no extremo NW a falha da Messejana. Conhecem-se nesta área inúmeras mineralizações de manganês como o Ferragudo que pela sua dimensão foram motivo de exploração no passado. Outras pequenas ocorrências minerais de bário, chumbo e cobre também estão identificadas na área. No limite NW da área situa-se a mineralização de sulfuretos maciços do Montinho que foi explorada na primeira metade do século XX.

Em novembro de 2020 terminou a primeira prorrogação do contrato de prospeção e pesquisa prevista para a área do Rosário e de acordo com o definido no ponto 2 da cláusula Quarta do contrato, o consórcio efetuou o pedido para a 2ª prorrogação anual que se estendeu até 22 de novembro de 2021, com uma redução da área em 50%.

Durante o ano de 2021 os trabalhos desenvolvidos na área do Rosário foram:

- Comparação geoquímica por XRF portátil das análises aos afloramentos de rochas félsicas com as amostras enviadas para laboratório;
- Conclusão da campanha de sondagens iniciada em 2020, com o término da 15ª sondagem de 1027 metros.



Devido à situação criada pela pandemia por Covid-19, a 2ª campanha de sondagens foi iniciada mais tarde do que inicialmente previsto, tendo todo o cronograma de trabalhos sido ajustado em função da paragem inevitável. Como resultado direto desta paragem “forçada”, não foi possível terminar a 2ª campanha de sondagens dentro do período correspondente à 1ª prorrogação do contrato (2020), e respetiva análise cuidada dos resultados obtidos, tendo sido terminada em 2021.

Os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 2021, foram realizados nos primeiros dois meses do ano, uma vez que o parceiro ESANMET Portugal comunicou à EDM que não estaria interessado em continuar com os investimentos previstos para a realização dos trabalhos de prospeção e pesquisa planeados para 2021. Assim acordou-se a extinção do consórcio com a ESAN para a área do Rosário, perspetivando-se uma extensão do prazo do contrato por 3 anos e uma transmissão dos direitos de prospeção e pesquisa para a EDM, o que acabou por não ser autorizado, terminando, após 5 anos de trabalhos, a 23 de novembro de 2021, o contrato de prospeção e pesquisa da área do Rosário, tendo a EDM deliberado desreconhecer os ativos, com o valor acumulado de €737.559,66 por contrapartida de resultados do exercício.

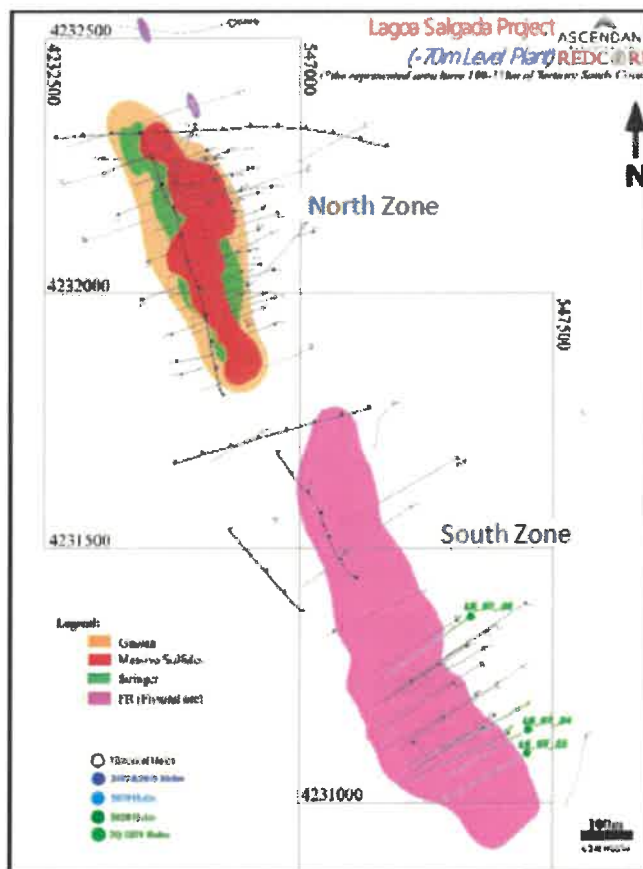
#### 4.1.2. Avaliação e Exploração Mineira

##### Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a REDCORP/Ascendant Resources em setembro de 2013 no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolve numa área com cerca de 133 km2 localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo.

Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve investimentos, mas apenas acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

Em 2021 prosseguiu-se com o consórcio numa lógica de acompanhamento dos trabalhos promovidos pela REDCORP/Ascendant Resources, que realizou campanhas de sondagens carotadas, geologia estrutural e ensaios metalúrgicos para os diferentes tipos de minério (sulfuretos maciços e stockwork).



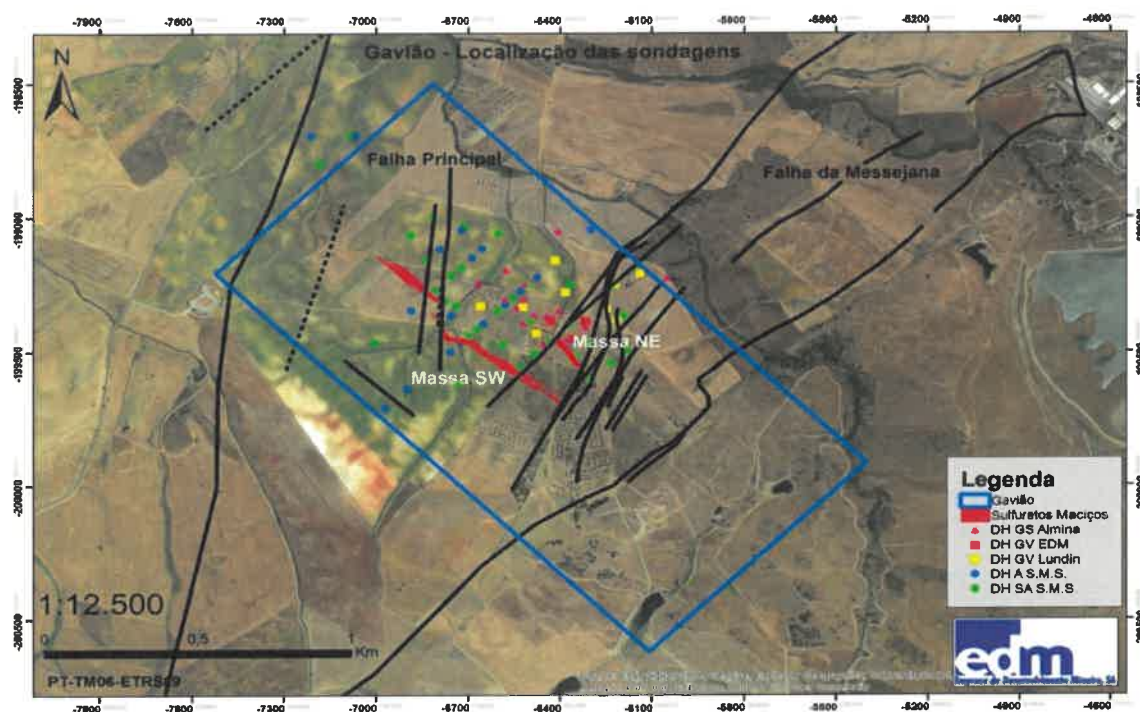
Mapa do depósito da Lagoa Salgada com localização das sondagens realizadas.

A 28 de outubro de 2021 foi assinado o contrato de concessão para exploração mineira da área da Lagoa Salgada entre a Redcorp e o estado português, em cerca de 13 ha, para um período de 20 anos, e que prevê que em 3 anos se comece a produzir concentrados de cobre, chumbo e zinco e minerais associados, estando a decorrer os trabalhos para os estudos de viabilidade e de impacto ambiental.

## Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida na totalidade pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de julho de 1992. Em 5 de julho de 2012 foi assinado um contrato de consórcio com a Almina – Minas do Alentejo, SA, com vista a desenvolver o projeto e determinar a viabilidade económica da exploração do jazigo do Gavião, partilhando assim, os riscos associados aos investimentos passados (EDM) e futuros (Almina).

*A*



*Localização de sondagens e massas mineralizadas do Gavião*

Na sequência de um estudo conceptual realizado pela Almina sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo em função do conhecimento existente, esta empresa submeteu à consideração da EDM, em 11 de dezembro de 2014, uma proposta para a aquisição da totalidade dos direitos sobre o jazigo do Gavião, a fim de levar a cabo a sua exploração.

Tendo em conta este enquadramento, durante 2021, os trabalhos de valorização do jazigo consistiram na realização de uma campanha de 2 sondagens com um total de 1.700 metros perfurados, amostragem e análise química da mineralização.

As sondagens foram projetadas para obter um conhecimento mais detalhado das características geomineiras da mineralização do Gavião e averiguação do prolongamento das massas quer lateralmente quer em profundidade, com vista o aumento do recurso e o apuramento da viabilidade económica da sua exploração.

Durante o ano de 2021 iniciaram-se negociações para alienação do projeto do GAVIÃO com a Almina, seguindo as regras previstas no consórcio, tendo sido exercido o direito de preferência, face à proposta formalizada pela Ascendant para aquisição dos direitos do contrato de concessão da exploração do depósito do Gavião.

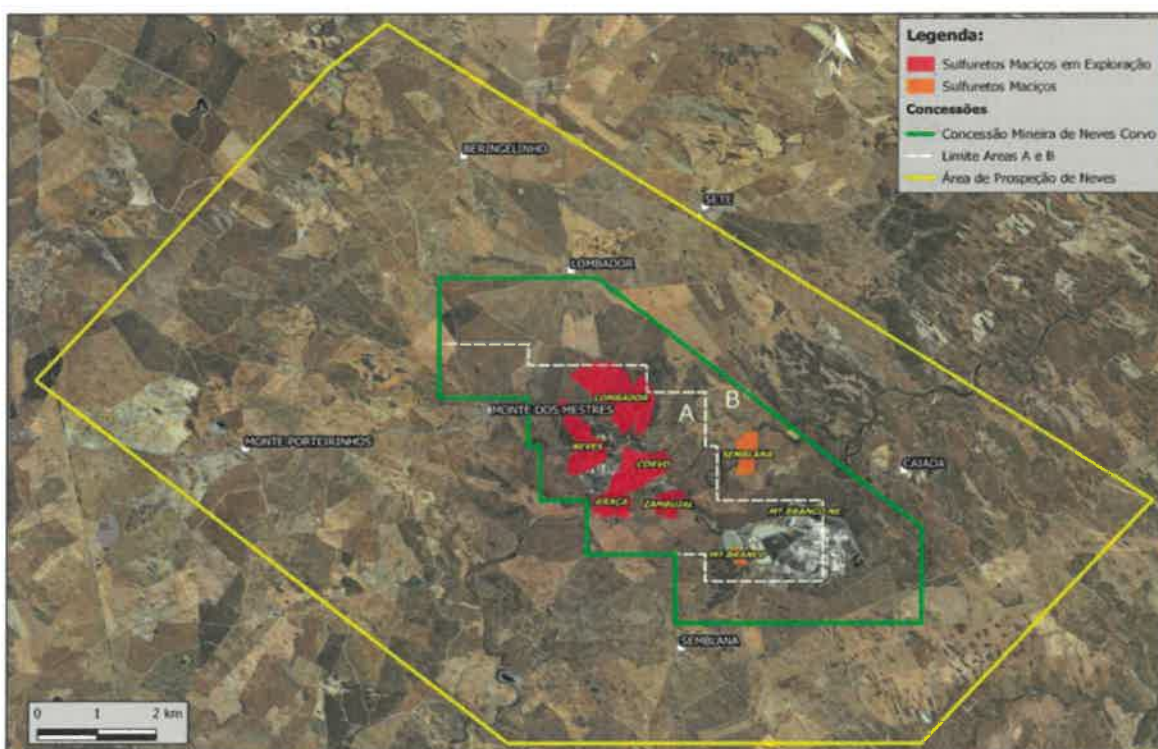
Com base nas várias formas de concretização do negócio, que melhor valorizem o depósito mineral, foi apresentado à tutela setorial e acionista o pedido de autorização para a transmissão, por alienação, dos referidos direitos de concessão para exploração.



## Semblana

Em 2005 foi estabelecido com a Somincor um “*Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais*”, válido por um período de 10 anos, o qual conferia à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor viesse a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana em contratos de prospeção fora do couto mineiro de Neves-Corvo. Os trabalhos desenvolvidos pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspetiva ser um forte ativo mineiro, relativamente ao qual a EDM exerceu em 1/7/2014 os direitos de participação em 15%.

A Somincor, na sequência de uma campanha de fundo e de superfície, com vista a investigar as extensões da mineralização conhecida no Zambujal, veio a intersetar um stockwork cuprífero, estendendo-se desde os limites a Este do modelo de blocos calculados para a massa do Zambujal até ao corpo da Semblana. Este tramo mineralizado corresponde a um segmento de pelo menos 500m adicionais em extensão, sendo que pelo menos metade (250m) se projetariam dentro da Área B, na qual a EDM possui direito de opção. Para além desta zona, confirma-se uma interseção na zona norte do Lombador que indica continuidade da zona mineralizada para a área B.



*Identificação da AREA B na qual a EDM detém 15% dos direitos*

Após a realização em 2019, pela Golder, de um estudo independente sobre o depósito da Semblana que complementasse o estudo efetuado pela Somincor anteriormente em 2014,



decorreram durante o ano de 2020 avaliações conjuntas tendo em vista a cedência pela EDM da participação de 15% no projeto Semblana. Em 2021 prosseguiram as negociações tendo sido alcançada uma estabilização das bases do negócio jurídico de aquisição dos direitos de 15% da EDM e definição de um cronograma dos vários eventos definidos para conclusão deste processo, que culminou na assinatura do contrato de cedência entre a EDM e a Somincor a 15 de dezembro de 2021, cedência constituída por um valor fixo de €3,78M + IVA e um valor contingente em função da diferença entre as Reservas Minerais Estimadas e o Inventário Mineral calculado, se superior a 10%, a partir de uma nova avaliação a realizar antes da decisão de exploração.

### 4.1.3. Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

#### Investigação e Desenvolvimento

Não se verificaram investimentos neste sector, uma vez que não se encontravam em curso projetos de I&D no decorrer de 2021.

#### Roteiro de Minas

No âmbito do “ROTEIRO DAS MINAS E LOCAIS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL”, e no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral – foi dada continuidade, em 2021, às atividades das principais áreas de atuação com os 42 Parceiros e Direção Geral de Energia e Energia, nomeadamente,

- Plataforma informática: Desenvolveram-se trabalhos de produção e gestão de conteúdos dos Parceiros na plataforma em que o website está disponível. No final do ano iniciou-se o processo de migração de dados e alojamento do website para a plataforma internet da DGEG;
- Partilha entre Parceiros: Deu-se continuidade ao trabalho de dinamização da colaboração entre Parceiros, nomeadamente na produção de eventos, troca de informação, materiais promocionais e de conteúdos expositivos.
- Encontro Anual de Parceiros: O 12º Encontro Anual de Parceiros realizou-se, em 2021, na Batalha tendo sido possível a sua realização de forma presencial;

- Guia “Serviços educativos e visitas escolares 2021-2022”: Em parceria com os Parceiros, foi produzida a versão e-book de um guia onde se apresentaram as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar dos diversos níveis de ensino. A sua divulgação junto dos estabelecimentos de ensino contou com o apoio da Direção Geral de Educação do Ministério da Educação.

Em 2021, foram investidos 31.712,07 euros.



*12º Encontro Anual de Parceiros, Mosteiro da Batalha*

## 4.2. No domínio ambiental

### 4.2.1. Trabalhos de Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

Em 2021, a atuação da EDM no domínio ambiental desenvolveu-se principalmente no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado Português e por via do qual exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

As bases do contrato de concessão e a sua atividade foram estabelecidas pelo decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do decreto-lei n.º 90/90, de 16 de março, e já desativadas até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente às quais foi reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho (DR, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através de RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro (DR, 1ª série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto de 2012, e, a segunda renovação, através da RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro (DR, 1ª série, n.º 184, de 21 de setembro de 2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro (DR, 1ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cuja adenda ao contrato foi assinada em 6 de junho de 2018.

Neste sentido, a concessão vigorará, pelo menos, até 15 de dezembro de 2022, ainda que esteja previsto que possa ser prorrogada se o interesse público assim o determinar.



Para apresentação à tutela, encontra-se em curso a manifestação de interesse e disponibilidade, por parte da EDM, para a continuidade da concessão no âmbito do Portugal 2030, tendo já sido a esta data, concretizado um levantamento de necessidades junto da CCDR-Norte e CCDR-Centro.

A atividade da concessão, em 2021, deu continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos.

Em 2021 foi ainda aprovada a candidatura designada por Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros, submetida no âmbito do 4º Aviso. Este Aviso-Convite destinado à EDM, decorre do aproveitamento por parte da EDM, de verba não executada por outros beneficiários do PO SEUR.

Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, sete estão concluídas ou em fase de conclusão, designadamente:

- Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área da Urgeiriça – Fase Final,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 1,
- Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2,
- Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1,
- Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios.

Em curso encontram-se as seguintes candidaturas:

- Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar,
- Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo),

- Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.

A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar 85% das despesas elegíveis, tem vindo a ser objeto de ajustamento, face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR, aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas concluídas e em curso, totalizando, no final de 2021, o montante aprovado de 36.823.016,90€, conforme discriminado no quadro seguinte.





Designação	Concelho	Custo Total do Investimento	Contributo do Fundo de Coesão
<b>1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-26</b>			
Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde	3 790 908,20 €	2 854 798,32 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 1	Mértola	3 924 469,41 €	3 027 066,40 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	Nelas	13 327 387,39 €	9 729 207,45 €
<b>Sub-Total (1º Aviso)</b>		<b>21 042 765,00 €</b>	<b>15 611 072,17 €</b>
<b>2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66</b>			
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	Mértola	3 616 744,41 €	2 851 371,25 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	Tábua	3 465 201,99 €	2 614 818,14 €
<b>Sub-Total (2º Aviso)</b>		<b>7 081 946,40 €</b>	<b>5 466 189,39 €</b>
<b>3º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2017-28</b>			
Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1	Mangualde	4 154 332,50 €	3 524 498,39 €
Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios	Mêda	4 748 720,69 €	3 242 043,56 €
Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar	Gouveia e Nelas	3 228 470,69 €	2 400 689,26 €
Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)	Nelas, Mangualde, Sabugal, Tábua, Pinhel e Gouveia	1 726 551,61 €	1 212 568,87 €
<b>Sub-Total (3º Aviso)</b>		<b>13 858 075,49 €</b>	<b>10 379 800,08 €</b>
<b>4º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2021-17</b>			
Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros	Trancoso	6 997 758,55 €	5 365 955,26 €
<b>Sub-Total (4º Aviso)</b>		<b>6 997 758,55 €</b>	<b>5 365 955,26 €</b>
<b>TOTAL</b>		<b>48 980 545,44 €</b>	<b>36 823 016,90 €</b>

*Projetos concluídos e em curso, no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR/Portugal 2020*

De salientar que, após conclusão dos processos de contratação pública das empreitadas das obras e as aquisições de serviços associados às candidaturas em curso, os valores apresentados no quadro anterior poderão sofrer ajustamentos.

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão em 2001 até ao final de 2021, foram aprovadas 60 candidaturas da EDM aos fundos estruturais, para investimento na reabilitação ambiental das antigas áreas



mineiras, 29 das quais obtiveram aprovação no QCA III (PRIME, POE e POA), 21 no QREN (POVT, MaisCentro e ON.2-O Novo Norte) e 10 no Portugal 2020 (PO SEUR).

Durante o período da concessão foram ainda concretizados com fundos próprios 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

No quadro seguinte, resume-se a situação em final de 2021, integrando as candidaturas aprovadas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR.

MINAS	INVENTARIADAS	ATUAÇÕES			
		Intervencionadas (2001-2021)		Por Intervencionar	
		Pós-Intervenção	Intervenção em curso	Pré-Intervenção	Com Constrangimentos
Radioativos	62	45	8	9	0
Polimetálicos	137	63	1	41	32
<b>TOTAL</b>	<b>199</b>	<b>108</b>	<b>9</b>	<b>50</b>	<b>32</b>
		<b>117</b>		<b>82</b>	

*Síntese das intervenções no final de 2021*

No que se refere às candidaturas aprovadas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, salienta-se o seguinte relativamente à sua execução:

- A recuperação ambiental das áreas mineiras dos radioativos da candidatura de “Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães” foi concluída em 2018, pelo valor total de 3,8 milhões de euros;
- A recuperação ambiental da área mineira dos polimetálicos da candidatura de “S. Domingos – Fase 1” foi concluída em 2020, pelo valor total de 3,9 milhões de euros;
- Até ao final de 2020, foi concluída a recuperação ambiental das áreas mineiras dos radioativos das candidaturas de “Urgeiriça - Fase Final”, pelo valor total de 13,6 milhões de euros e de “Mondego Sul”, pelo valor total de 3,5 milhões de euros;
- No final de 2021, encontravam-se concluídas as empreitadas das obras associadas às intervenções de recuperação ambiental nas áreas mineiras dos radioativos relacionadas com as candidaturas de “Quinta do Bispo – Fase 1”, “Mortórios”, “Fase Complementar de Descontaminação de Solos” e “Ribeira do Bôco e Canto do Lagar”;
- No domínio e na área mineira dos polimetálicos estava concluída a empreitada da obra relativa à candidatura “S. Domingos – Fase 2”.

Apresenta-se em seguida uma breve descrição dos projetos com obras de recuperação ambiental concluídas em 2021 e dos projetos de recuperação ambiental que ainda se encontram em curso.

## Antiga Área Mineira de São Domingos – Fase 2

Em 10 de fevereiro de 2021 foi assinado o auto de receção provisória da obra para a recuperação da margem esquerda do sistema de canais de recolha de águas de escorrência superficial da antiga área mineira de São Domingos, no concelho de Mértola, correspondente à Fase 2 de intervenção programada para esta área mineira, que de acordo com o seu Plano Diretor será executada em 6 fases.

Com a execução desta segunda fase ficou completa a intervenção de recuperação do duplo sistema de canais, da margem esquerda e da margem direita, e que consiste num passo fundamental na gestão e separação das águas limpas das duas margens do vale da antiga área mineira de São Domingos, passando a diminuir-se significativamente o caudal de percolação hídrica das escombreyras, e a poder gerir-se, separadamente, as águas ácidas geradas ao longo do vale interno do complexo mineiro.

Na área mineira de São Domingos verifica-se a existência de extensas áreas de solos naturais afetadas pela drenagem ácida de mina, com ausência de coberto vegetal. A recuperação desses solos foi uma das tarefas realizada no âmbito da empreitada através da aplicação de tecnossolos, formados pela adição de materiais ricos em matéria orgânica e outros aditivos que permitam melhorar a qualidade dos solos e a recuperação do coberto vegetal.

Em 2021, foram investidos 340.704,35 euros relativos à Fase 2.



*Aplicação de tecnossolos na recuperação ambiental de solos contaminados  
S. Domingos. Detalhes da hidrosementeira.*



*Recuperação do sistema de canais de recolha de água - margem esquerda – mina de São Domingos.*

## Antiga Área Mineira de Mortórios

Em 25 de outubro de 2021 foi assinado o auto de receção provisória da obra de remediação ambiental da área mineira de Mortórios, no concelho de Mêda.



Com a realização desta empreitada pretendeu-se assegurar os seguintes objetivos:

- a reposição da morfologia do local, através de modelação topográfica das escomboreiras de estéreis e de minério pobre;
- a obtenção de condições de segurança adequadas, dependentes de uma estabilidade geomecânica dos taludes, e da eliminação da corta a céu aberto;
- um melhor controlo dos processos erosivos e a integração paisagística da área intervencionada, com a redução substancial dos impactes visuais atualmente verificados;
- cumprimento dos requisitos hidroquímicos e radiológicos estabelecidos na legislação nacional e internacional, assegurando a remediação ambiental e radiológica desta antiga área mineira.

Em 24 de fevereiro de 2021 foi assinado o auto de receção provisória da obra relativa à construção de um sistema de tratamento de águas de mina na antiga área mineira de Mortórios. Esta empreitada de obra teve como objetivo o tratamento adequado das águas de mina acumuladas na antiga corta da exploração mineira de Mortórios, previamente ao seu encaminhamento para o meio hídrico.

Em 2021, foram investidos 2.992.041,22 euros.



*Fase final do esvaziamento e tratamento de água do céu aberto – mina de Mortórios*



*Vista aérea da área mineira de Mortórios após conclusão dos trabalhos de remediação ambiental.*

## Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar

Em 25 de outubro de 2021 foi assinado o auto de receção provisória parcial das obras de remediação ambiental das áreas mineiras de Ribeira do Bôco e Canto do Lagar. A remediação ambiental da área mineira de Picoto ainda não foi concluída, aguardando a EDM autorização por parte do ICNF e APA, para abate de sobreiros existentes nas escombrelas desta área mineira.

Nas antigas áreas mineiras de Picoto, Ribeira do Bôco e Canto do Lagar, não se verificou qualquer operação de lixiviação de minérios. Comparando os planos radiométricos efetuados na fase de prospeção a partir dos quais decorreu a identificação dos corpos mineralizados em profundidade, com os valores radiométricos obtidos sobre as escombrelas, verifica-se que, após acondicionamento dos minérios pobres existentes nos céus abertos, recobertos com materiais estéreis, a radiometria de superfície final será previsivelmente inferior aos valores iniciais, constituintes da anomalia natural.

Assim, os trabalhos de remediação ambiental nestas três áreas mineiras têm em conta os seguintes objetivos principais:

- eliminar os impactos provocados pela exploração mineira repondo à área as condições existentes antes da exploração;
- eliminar no curto/médio prazo a necessidade de vigilância e monitorização;

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a name starting with 'A'.

- evitar a retirada do local de materiais marginais e inframarginais e a consequente dispersão de radionuclídeos.

No que respeita à monitorização do meio hídrico nestas três áreas mineiras, tem sido dada continuidade ao plano de amostragem e controlo de parâmetros químicos e radiológicos em curso.

Em 2021 foram investidos 1.696.595,41 euros.



*Vista aérea da área mineira de Ribeira do Bôco após conclusão dos trabalhos de remediação ambiental.*

### Antiga Área Mineira de Quinta do Bispo

Em 10 de maio de 2021 foi assinado o auto de receção provisória da Fase 1 da obra de recuperação ambiental da antiga área mineira de Quinta do Bispo, no concelho de Mangualde, e que de acordo com o seu Plano Diretor será executado em 3 fases.

Nesta primeira fase de recuperação ambiental da área mineira da Quinta do Bispo, foi considerada prioritária a construção de uma estação de tratamento de águas de mina que permitirá assegurar o adequado tratamento da água acumulada na corta, de forma a permitir nas fases seguintes uma efetiva recuperação ambiental das escombrelas existentes e seu confinamento na corta, após esvaziamento, além de um conjunto de trabalhos complementares.

Em 2021 foram investidos 1.105.059,92 euros.





*Aspeto geral da Fase 1 da intervenção na área mineira de Quinta do Bispo.*

## Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos

Em 6 de dezembro de 2021 foi assinado o auto de receção parcial da empreitada de descontaminação de solos e sedimentos das áreas mineiras dos radioativos, localizadas nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra e envolventes próximas, designadamente na: Urgeiriça (Canas de Senhorim - Nelas), Quinta do Bispo, Cunha Baixa e Freixiosa (Mangualde), Bica e Vale D'Arca (Sabugal), Castelejo (Gouveia) e Vale de Abrutiga (Tábua).

Os trabalhos decorreram em zonas onde persistiam problemas após a conclusão das intervenções de recuperação ambiental. São exemplos destas zonas os sedimentos transportados e depositados ao longo das linhas de água a jusante do ponto de descarga de efluentes mineiros que atualmente se encontram tratados.

No ano de 2021 foi dada continuidade aos serviços de descontaminação de águas de mina nas referidas áreas mineiras dos radioativos, utilizando os sistemas de tratamento passivo e ativo aí construídos, de forma a assegurar a proteção das linhas de água, bem como o correto funcionamento dos equipamentos associados ao controlo dos processos e à monitorização em contínuo de parâmetros e/ou grandezas físico-químicas do efluente tratado e ar ambiente.

Os objetivos principais desta operação contemplaram:

- remoção de áreas contaminadas, com potenciais efeitos na qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
- aumento da biodiversidade e da qualidade visual e ecológica da paisagem;
- estabelecimento de um coberto vegetal compatível com as condições naturais existentes e com as características ecológicas das diferentes zonas de intervenção;
- recuperação de habitats e ecossistemas;
- descontaminação de águas de mina que atualmente ainda são geradas nas áreas mineiras dos radioativos após conclusão das intervenções de remediação ambiental, antes da sua descarga nas linhas de água de jusante, com vista à neutralização da acidez das águas e remoção de urânio, rádio, sulfatos, manganês e outros metais pesados que se apresentam em menores concentrações nas águas de mina.

Em 2021, foram investidos 742.820,63 euros.



*Limpeza das linhas de água - área mineira da Bica*



*Limpeza das linhas de água - área mineira de Vale d'Arca*

### **Antigas Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros**

Em 16 de novembro de 2021, na sequência da deliberação da Comissão Diretiva do PO SEUR, foi aprovada a candidatura para a recuperação ambiental nas áreas mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros, no concelho de Trancoso.

O concurso público, com publicidade internacional, para a realização da empreitada de remediação ambiental das seis antigas áreas mineiras encontra-se em curso, tendo o ato de abertura das propostas ocorrido em 16 de dezembro de 2021.

Os trabalhos de remediação ambiental nestas seis antigas áreas mineiras têm em conta os seguintes objetivos principais:

- evitar a contaminação de massas de água de boa qualidade;
- recolher e tratar adequadamente os efluentes e reabilitar as vertentes hidrológica e ambiental na envolvente mineira;

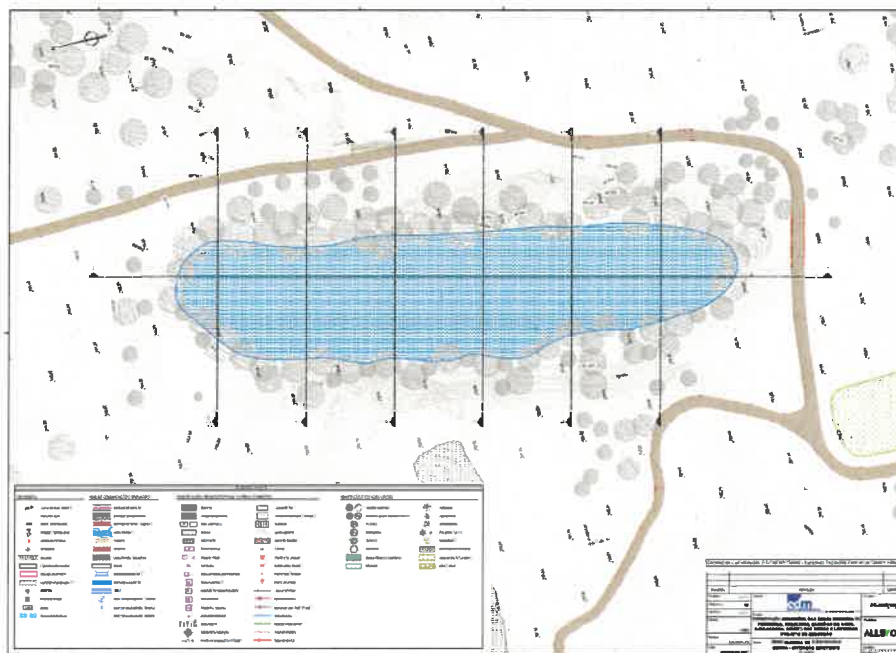


- evitar a contaminação de solos;
- elevar a capacidade de uso dos solos;
- confinar os depósitos de minério pobre e de outros resíduos;
- contribuir para o saneamento ambiental;
- garantir uma revegetação integrada no meio envolvente;
- minimizar os riscos e adotar de medidas de prevenção, designadamente vedar e sinalizar a área mineira;
- contribuir para a valorização ecológica e da biodiversidade da área de influência e contribuir para a sustentabilidade local.

Os trabalhos visam, fundamentalmente, acondicionar numa modelação única, na área mineira de A-do-Cavalo, os materiais de escombreira que se encontram dispersos pelas áreas mineiras. Pretende-se, igualmente, assegurar a monitorização ambiental nas fases de obra e pós-obra.

Ao nível do impacto radiológico, por si só já reduzido, os trabalhos propostos visam a sua forte redução, mediante o acondicionamento ordenado dos depósitos expostos e o seu confinamento.

Em 2021 foram investidos 377.706,56 euros.



Antiga Área Mineira de A-do-Cavalo – situação existente



*Modelação final proposta para a área mineira de A-do-Cavalo.*

#### 4.2.2. Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção

As ações de segurança, projetos não cofinanciados e manutenção são realizadas através de verbas consignadas para o efeito e estão condicionadas ao montante de financiamento disponível.

Neste sentido, estes tipos de ações enquadram-se essencialmente em três grupos:

- atuações de segurança, que correspondem a atuações com vista a diminuir os riscos imediatos para a segurança e saúde pública;
- ações de intervenção em áreas mineiras que não reúnam condições para enquadramento em candidaturas aos Fundos Estruturais;
- ações de monitorização e manutenção que consistem em todas as ações que são necessárias efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente de monitorização, manutenção e conservação, beneficiação e tratamento de águas contaminadas, que cada vez mais representam um peso maior no esforço financeiro da EDM, uma vez que são consideradas despesas não elegíveis nos projetos cofinanciados por fundos estruturais.



## Atuações de Segurança

As intervenções de segurança consistem em todas as ações com vista a assegurar a minimização dos riscos de segurança e saúde pública para pessoas e animais em antigas áreas mineiras abandonadas e podem integrar a seguinte tipologia de ações:

- atuações de minimização de riscos de segurança em antigas áreas mineiras, designadamente através de intervenções de selagem de poços, chaminés, galerias e proteção de taludes, infraestruturas e outras cavidades com riscos para pessoas, animais e bens,
- atuações para minimização dos riscos de saúde pública em infraestruturas de anexos mineiros de antigas áreas mineiras e
- controlo de acessos e segurança nas antigas áreas mineiras, em que serão implementados sistemas de controlo de intrusão, vedações, placas de sinalização entre outras intervenções necessárias.

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional dos ex-mineiros, deu-se continuidade ao programa de descontaminação daquele Parque Habitacional.

Em 2021, foram investidos 337.334,60 euros.

## Intervenção não cofinanciada

### Subsídências na antiga área mineira de Jales

Em 1 de março de 2021 foi celebrado o Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre a EDM e o Fundo Ambiental, para a Intervenção na área mais crítica da antiga exploração mineira de Jales, concelho de Vila Pouca de Aguiar, e que permitiu a caracterização e concretização da empreitada para consolidação dos solos na área dos abatimentos verificados em zona habitacional, de forma a que fosse garantida a segurança da população, da via de acesso e do edificado, nomeadamente, logradouro e troço da estrada municipal contigua ao logradouro.

A intervenção no âmbito das ocorrências de subsidências registadas na antiga área mineira de Jales, decorre da solicitação de atuação da DGEG à EDM, resultante da identificação de abatimentos significativos registados em zona habitacional localizada em Campo de Jales, na antiga área mineira de Jales, situação reportada pela autarquia.

A complexidade e dimensão do fenómeno levou a que se considerasse o assunto como uma área de atuação da EDM pelo seu domínio, mas com necessidade de se identificar e estudar a fundo a natureza e o comportamento geológico e geotécnico das subsidências recorrentes naquela área. Tanto mais que não existe informação específica aquando do encerramento daquela mina e dos trabalhos de enchimento das galerias abandonadas, com a agravante de nesta mina se ter verificado uma exploração de minério em galerias superficiais no tempo dos Romanos, ainda com menor informação da tipologia dos trabalhos e dos materiais usados no seu enchimento.

Tratando-se as subsidências de um fenómeno evolutivo, foram identificadas no âmbito dos estudos efetuados, 14 subsidências na área abrangida pelo Plano de Ação, como se demonstra no Mapa de Ocorrência.



*Mapa de Ocorrência das subsidências com sobreposição às galerias mineiras*

Definiu-se como premente a resolução da subsidência localizada no logradouro de casa particular e troço da EM1172-1 contíguo ao logradouro e que levou à sua interdição por questões de segurança.

Após um conjunto de estudos geológicos e geofísicos realizados e a análise da sua correlação com as galerias de exploração conhecidas que se estendem por cerca de 3 Km e atingem a profundidade de cerca de 600m, foi implementado um Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico (ainda em curso) que consolidou conhecimento para a elaboração do projeto técnico de execução e consequente empreitada para a resolução desta subsidiência.

Terminada a obra em dezembro de 2021, foi retomada, em segurança, a utilização do logradouro e troço da EM1172-1. Mantem-se a monitorização naquela área específica e a identificação da necessidade de manter monitorização a longo prazo com estabelecimento de níveis de alerta e consequentes ações preventivas para as restantes subsidiências, uma vez que o Plano de Ação definido para aquela antiga área mineira prevê ações de segurança mais abrangentes que as já executadas.

O Plano de Ação engloba as seguintes componentes:

- EIXO I - PLANO DE MONITORIZAÇÃO

Integra o Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico, que ainda se encontra em curso. A sua implementação, foi ação chave, pois permitiu uma análise de estabilidade em tempo real com a emissão de alertas caso fossem atingidos elevados níveis de perigosidade geotécnica.

Com a instalação de instrumentação adequada à monitorização das grandezas físicas de interesse, foram obtidos dados que complementados com topografia de precisão, registo de patologias nos edifícios e infraestruturas de águas, análise geotécnica do subsolo e sondagens (com recolha de testemunho e colocação de instrumentação), asseguraram a monitorização do comportamento do solo através de medições sistemáticas, que indicaram de forma precisa a grandeza dos deslocamentos e avaliação da influência dos fenómenos hidrológicos nas subsidiências, provocando à superfície assentamentos graduais.

- EIXO II – INTERVENÇÃO IMEDIATA

O resultado do Plano de Instrumentação e Monitorização, em particular da informação dos testemunhos de sondagens sobre a natureza dos vazios e composição dos solos, permitiu aos técnicos definir a tipologia de intervenção e medidas a adotar na zona identificada como de maior risco (quintal particular e troço da estrada municipal). Assim foi elaborado o projeto

de execução e a contratação pública para a execução da obra que terminou em dezembro de 2021 com a reposição da utilização do logradouro e do troço da estrada municipal com a definição de algumas restrições ao nível da circulação devidamente sinalizadas.



*Troço da Estrada Municipal com o trânsito retomado após intervenção*

- EIXO III – INTERVENÇÃO ESTRUTURAL A LONGO PRAZO

A tipologia de intervenções e medidas a adotar nas restantes zonas de risco identificadas no “corredor” à superfície correspondente às galerias conhecidas depende da evolução das subsidiências já identificadas, do resultado do Plano de Instrumentação e Monitorização a implementar nesta área e de disponibilidade financeira.

Em 2021, foram investidos 187.834,03 €.

#### 4.2.3. Trabalhos de Monitorização

Na área dos radioativos, no período de 2021, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina.

Estes trabalhos ganham cada vez mais relevância financeira e técnica no acompanhamento das áreas mineiras contempladas na Concessão, por parte da EDM. Tratam-se de ações desenvolvidas antes, durante e na fase de pós-remediação das antigas áreas mineiras, em contínuo e a longo curso. Os dados obtidos são remetidos anualmente para a APA, no âmbito do DL 108/2018 de 3 de dezembro.



#### 4.2.4. Investigação, Promoção e Parcerias

Na remediação ambiental levada a cabo pela EDM, a empresa concluiu em 31 de março de 2021 a sua participação no projeto de Investigação e Desenvolvimento LIFE No-WASTE “Management of biomass ash and organic waste in the recovery of degraded soils: a Pilot Project set in Portugal”, iniciado em 2016. Este projeto teve como objetivo principal a valorização de cinzas de queima de biomassa florestal residual na recuperação de solos degradados, no campo de ação da sustentabilidade e economia circular da empresa.

No âmbito do Projeto LIFE No-WASTE procedeu-se no primeiro trimestre de 2021 à conclusão do desenvolvimento do segundo ensaio piloto realizado na mina de São Domingos e que incluiu a aplicação dos aditivos do solo (grânulos de cinzas e composto de lamas de ETAR) que apresentaram os resultados científicos e técnicos mais adequados no primeiro Projeto Piloto, numa área mais extensa, de terreno natural com 1250 m<sup>2</sup>, e em condições de aplicação mais próximas das reais. O desenvolvimento deste segundo ensaio permitiu reforçar o carácter de demonstração do projeto, assim como o potencial de replicação da aplicação dos aditivos selecionados na recuperação *in situ* dos solos afetados pela drenagem ácida de mina.



*Imagens da aplicação dos aditivos do solo selecionados no segundo ensaio piloto na área mineira de São Domingos e evolução temporal do crescimento da vegetação autoctone (novembro 2020 - março 2021)*



Por fim, decorreu em julho o evento Final Webinar que assinalou o término do projeto LIFE No-WASTE e a apresentação ao público dos resultados alcançados no projeto, que contou com a colaboração dos representantes das instituições que integram a equipa do projeto, Universidade de Aveiro, Navigator Company, EDM, IPBeja e RAIZ. Foi apresentado o vídeo de divulgação dos resultados do projeto e realizada uma mesa redonda de diálogo sobre o tema “After LIFE NoWASTE” em que intervieram diversos representantes de entidades convidadas e a equipa do projeto.

Foi dada continuidade ao projeto ITN PANORAMA no qual a EDM participa como entidade parceira. O projeto “*EuroPean trAining NetwOrk on Rare eArth elements environMental trAnsfer: from rock to human*” submetido na Call H2020-MSCA-ITN-2019 (*Call Marie Sklodowska-Curie Actions ITN Project Innovative Training Networks*) é coordenado pela Universidade de Rennes 1 (França), inclui a participação de 14 universidades parceiras, nas quais se inclui a nível nacional o IST da Universidade de Lisboa (IST-C2TN). O projeto financia o desenvolvimento das teses de doutoramento de 15 Bolseiros no âmbito do estudo dos comportamentos ambientais, transferência e ecotoxicidade das terras raras (*Rare Earth Elements*) no meio ambiente de forma a prever potenciais riscos da sua disseminação no meio ambiente. Em 2021 foram realizados os estágios coordenados pelo IST-C2TN, que incluíram a de visitas de campo com a supervisão dos técnicos da EDM dos três bolseiros que desenvolvem as suas teses nas áreas mineiras do Lousal, São Domingos e Quinta do Bispo para a amostragem dos meios águas, solos e plantas.

A EDM iniciou em 2021 a colaboração no âmbito do Projeto RAWMINA “*Integrated innovative pilot system for Critical Raw Materials recovery from mines wastes in a circular economy context*”, submetido ao Programa de investigação e inovação Horizonte H2020 da UE, coordenado pelo LEITAT *Technological Center*, com duração de 42 meses (2021-2024). O objetivo principal do projeto consiste em desenvolver e demonstrar um sistema piloto inovador para a produção limpa e sustentável de matérias-primas críticas (*raw materials*) a partir de resíduos mineiros na União Europeia. A EDM proporcionará o necessário acesso aos depósitos de resíduos mineiros em antigas minas que integram o seu plano de recuperação ambiental no âmbito da conceção atribuída. Numa fase inicial que decorreu em setembro foi providenciada a recolha e envio de materiais da escombreira de Covas para caracterização química e ensaios laboratoriais a realizar pelos parceiros no projeto.



No âmbito do Projeto de I&D FRIENDS “*Frota de drones para inspeção radiológica, comunicação e salvamento*” coordenado pelo Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear (IPFN) do IST, foi solicitado à EDM a disponibilização de acesso a antigas áreas mineiras de radioativos para ensaios e testes de monitorização radiológica. Em novembro os técnicos da EDM acompanharam os levantamentos radiométricos de campo com drones que decorreram na área mineira da Carrasca.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias, a diversos títulos, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Nova de Lisboa; o Departamento de Geociências e Departamento de Ambiente e Ordenamento / Universidade de Aveiro; o Instituto Superior de Agronomia / Universidade de Lisboa; o Departamento de Ciências da Terra / Universidade de Coimbra; o Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear (IPFN) / Instituto Superior Técnico (IST); o Instituto de Ciências da Terra (ICT) / Universidade de Évora.

No ano de 2021 registaram-se participações em representação da EDM em eventos internacionais organizados pela *International Atomic Energy Agency* (IAEA), que decorreram de forma virtual, em iniciativas de formação, informação, debate e esclarecimento, de que se podem nomear as seguintes, por ordem cronológica:

- IAEA *Annual Meeting of the Coordination Group for Uranium Legacy Sites (CGULS)*, 4-7 Maio;
- IAEA *Interreregional Training Course on Environmental Remediation Site Characterization*, 11-21 Outubro;
- IAEA *Technical Meeting of the International Working Forum on Regulatory Supervision of Legacy Sites on the identifications and prioritization of Sites for remediation (RSLs)*, 15-19 Novembro;
- IAEA *57th Meeting of the Joint OECDNEA-IAEA Uranium Group / RedBook Edition 2022*, 3-5 Novembro;
- IAEA *Joint Regional Workshop of the International Working Forum on RSLs and CGULS on Licensing for Remediation Projects*, 14-16 Dezembro.

### 4.3. Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

#### 4.3.1. Enquadramento

A derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no dia 19 de novembro de 2018, expôs a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes em todo o território continental, a fim de permitir a avaliação da necessidade de intervenção, tendo sempre como objetivo essencial a proteção de pessoas e bens e do ambiente.

Esta necessidade resultou na aprovação da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

Considerando o levantamento efetuado e que consta da referida Resolução, existem, em Portugal, cerca de 2500 pedreiras, das quais 57% são licenciadas pela Administração Pública central e 43% são licenciadas pela Administração Pública local. Das 1426 pedreiras na esfera de competências da Administração Pública central, 402 (28%) encontravam-se em situação de incumprimento das obrigações administrativas que sobre elas impendem e 305 (21%) encontravam-se em regularização extraordinária ou em adaptação à legislação vigente (em licenciamento). Existem igualmente antigas explorações que cessaram a sua atividade há mais de 40 anos, em data anterior a qualquer obrigação de licenciamento, e um número desconhecido de potenciais explorações ilegais.

Neste contexto, em 2019, o Governo aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), para um período de 3 (três) anos, no qual se identificaram as pedreiras que comportam um ou mais fatores de criticidade para pessoas e bens e para o ambiente, resultantes da sua atividade e do seu impacto na envolvente, independentemente do estado atual de licenciamento ou de atividade e se definem as medidas prioritárias, urgentes e extraordinárias, com vista a evitar ou, pelo menos, reduzir a situação potencial de criticidade detetada.

O âmbito do Plano de Intervenção restringiu-se às pedreiras das classes 1 e 2 que comportam situações críticas para pessoas e bens e para o ambiente, independentemente da sua atual situação de licenciamento ou de exploração.

Através da referida RCM, da qual consta o PIPSC, pretendeu-se, desde logo e em primeira linha, intimar os exploradores dessas pedreiras ou os proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizam, para o cumprimento das responsabilidades e obrigações que a lei lhes atribui. Sem prejuízo do referido e com vista a garantir, em qualquer circunstância, a proteção de pessoas e bens e do ambiente, afigurou-se urgente e de imperioso interesse público nacional determinar, por um lado e desde logo, a sinalização na envolvente das pedreiras em situação crítica e, por outro lado e a título subsidiário, estabelecer os procedimentos de atuação das entidades com atribuições neste domínio, dentro da esfera pública, para as intervenções de vedação, sinalização e realização de estudos prévios e ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos exploradores e ou proprietários.

Por estas razões, urgentes e inadiáveis e de manifesto e imperioso interesse público nacional, a execução das medidas previstas no Plano de Intervenção, reconhecidas pela Resolução, tornaram-se necessárias, bem como habilitar e dotar as referidas entidades, através do Fundo Ambiental, dos recursos indispensáveis e prever a adoção dos procedimentos contratuais admitidos na lei para situações de manifesta urgência.

Assim, a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, determinou que a EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), executasse, no que se refere às 191 pedreiras identificadas pela DGEG como em situação crítica, referenciadas no mapa abaixo, o seguinte conjunto de medidas:

- Sinalização dos perigos identificados na envolvente de 150 das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando, quando se justifique, propostas de interdição dos caminhos, com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e a diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes;
- Colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não apliquem;
- Realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das

escombrelras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem.

Para o efeito, no dia 20 de março de 2019, foi celebrado um “*Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.*”, que regula os termos e condições de natureza técnica e financeira para a colaboração entre estas entidades, no contexto referido, totalizando o apoio de 6,310 milhões de euros.

A 28 de novembro de 2019 procedeu-se à primeira adenda ao Protocolo que autorizou a transferência de verbas entre as rubricas correspondentes à aquisição de serviços para sinalização na envolvente das pedreiras e a aquisição de serviços para vedação das pedreiras em situação crítica.

A 11 de dezembro de 2019 foi celebrada a segunda adenda ao Protocolo de Colaboração que autorizou a transferência antecipada de €2.090.880,00 correspondentes à rubrica para aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, correspondentes aos anos 2020 e 2021.

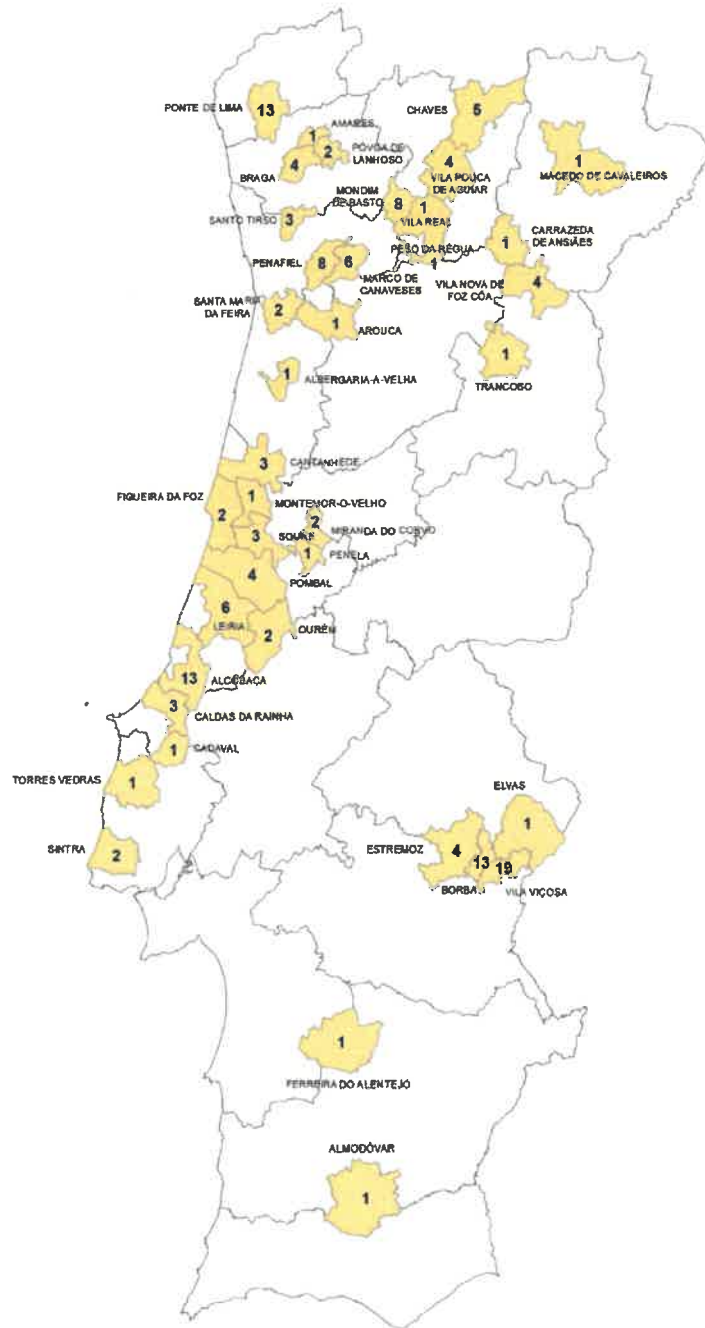
A 31 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução de Concelho de Ministros nº 201/2021, que vem prorrogar pelo prazo de um ano, o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica de Classes 1 e 2, aprovado na RCM n.º 50/2019, de 5 de março. A referida RCM irá igualmente permitir que a EDM continue a sua intervenção durante o ano de 2022, com vista à conclusão da implementação das medidas impostas pela DGEG, nas pedreiras em situação crítica que se encontram em incumprimento, através da presença dos técnicos da DGEG, como autoridade fiscalizadora.





### 4.3.2. Sinalização na Envolvente das Pedreiras em Situação Crítica

Do universo das 191 pedreiras, a DGEG identificou 150 (cento e cinquenta) pedreiras com necessidade de sinalização na sua envolvente, referenciadas no mapa abaixo, cuja implementação foi efetuada pela EDM por determinação da RCM n.º 50/2019, de 5 de março.



Distribuição espacial das 150 pedreiras com sinalização na envolvente.

Neste sentido, foi considerada a urgência inadiável e de manifesto e imperioso interesse público e nacional para a proteção de pessoas e bens e do ambiente, a necessidade de execução de medidas de sinalização na zona envolvente dessas pedreiras, com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes.

O Plano de Ação desenvolvido pela EDM para a execução das medidas de sinalização na zona envolvente das pedreiras em situação crítica, necessitou da prévia elaboração de Planos de Sinalização, que não se encontravam previstos na RCM, envolvendo visitas às pedreiras identificadas.

Após a sua elaboração, a EDM procedeu à notificação das entidades gestoras das vias (Municípios e Infraestruturas de Portugal, S.A.), para a aprovação dos respetivos Planos de Sinalização. Os 150 (cento e cinquenta) Planos de Sinalização que foram remetidos a essas entidades para aprovação, foram aprovados na sua totalidade, tendo sido colocados no terreno todos os sinais constantes dos Planos de Sinalização aprovados, no total de 1253 sinais e 2931 ml de marcações horizontais, descritos no quadro seguinte, que apresenta a tipologia de sinalização e com a repartição pelos respetivos concelhos.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Concelhos	Planos Sinalização (nº)	Planos Sinalização Implementados (nº)	Sinalização prevista nos planos iniciais apresentados		Sinalização implementada - Planos Finais Aprovados	
			sinais (nº)	marcações (ml)	sinais (nº)	marcações (ml)
Albergaria-a-Velha	1	1	12	0	12	0
Alcobaça	13	13	140	0	90	0
Almodôvar	1	1	9	0	10	0
Amares	1	1	6	0	7	0
Arouca	1	1	23	0	27	482
Borba	13	13	67	0	177	490
Braga	4	4	25	0	25	0
Cadaval	1	1	8	0	14	0
Caldas da Rainha	3	3	17	0	9	0
Cantanhede	3	3	20	0	20	0
Carraceda de Ansiães	1	1	6	0	12	0
Chaves	5	5	50	0	52	0
Elvas	1	1	10	0	10	0
Estremoz	4	4	33	1305	38	1519
Ferreira do Alentejo	1	1	10	0	10	0
Figueira da Foz	2	2	5	0	5	0
Leiria	6	6	40	0	50	0
Macedo de Cavaleiros	1	1	16	0	77	0
Marco de Canaveses	6	6	33	0	33	0
Miranda do Corvo	2	2	34	0	34	0
Mondim de Basto	8	8	64	0	64	0
Montemor-o-Velho	1	1	10	0	10	0
Ourém	2	2	4	0	8	0
Penafiel	8	8	46	0	46	0
Penela	1	1	14	0	14	0
Peso da Régua	1	1	15	0	15	0
Pombal	4	4	29	0	33	0
Ponte de Lima	13	13	43	0	36	0
Póvoa de Lanhoso	2	2	8	0	8	0
Santa Maria da Feira	2	2	7	0	7	0
Santo Tirso	3	3	29	0	25	0
Sintra	2	2	22	0	25	0
Soure	3	3	15	0	21	0
Torres Vedras	1	1	21	0	20	0
Trancoso	1	1	8	0	14	0
Vila Nova de Foz Côa	4	4	26	0	24	0
Vila Pouca de Aguiar	4	4	34	0	34	0
Vila Real	1	1	20	0	30	0
Vila Viçosa	19	19	89	0	107	440
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>150</b>	<b>1068</b>	<b>1305</b>	<b>1253</b>	<b>2931</b>

Quadro da Sinalização prevista e implementada, a 31 de dezembro de 2019

A implementação no terreno dos Planos de Sinalização teve lugar em 2019, condicionada pela apreciação e aprovação desses mesmos planos pelas Autarquias e pela Infraestruturas de Portugal, SA.

Em 2020, foram realizados e entregues os respetivos relatórios de verificação. Conforme previsto no procedimento inicial, durante os meses de janeiro a março, foi realizada a revisitação às pedreiras, para observação dos planos de sinalização implementados no terreno, tendo-se concluído que parte da sinalização implementada em 2019 tinha sido furtada ou vandalizada.



Neste sentido, resultante dos referidos relatórios de verificação, concluiu-se a necessidade de repor 119 sinais, em 49 planos de sinalização, com a distribuição conforme tabela *infra*:

Concelhos	Relatório Visita / Plano Sinalização	Plano com necessidade de Reposição	N.º Sinais Repostos
Albergaria-a-Velha	1	1	1
Alcobaça	13	6	9
Arouca	1	1	3
Borba	13	3	4
Cantanhede	3	3	12
Elvas	1	1	10
Leiria	6	4	16
Macedo de Cavaleiros	1	1	2
Marco de Canaveses	6	1	3
Miranda do Corvo	2	1	2
Penafiel	8	7	10
Penela	1	1	3
Peso da Régua	1	1	4
Pombal	4	1	12
Ponte de Lima	13	1	2
Póvoa de Lanhoso	2	2	2
Santo Tirso	3	3	7
Soure	3	2	4
Torres Vedras	1	1	6
Trancoso	1	1	1
Vila Pouca de Aguiar	4	4	4
Vila Real	1	1	1
Vila Viçosa	19	2	1
<b>Total Geral</b>	<b>108</b>	<b>49</b>	<b>119</b>

*Quadro síntese de reposição de sinalização por Município*

Assim, através de um novo procedimento contratual, que não se encontrava inicialmente previsto, procedeu-se à recolocação da sinalização em falta nos restantes 23 Municípios, respeitante a 49 de 108 planos, devido a furto ou danificação/vandalização de sinais, finalizando assim, definitivamente, o processo da 1ª fase, e tendo sido entregue a gestão e manutenção da sinalização às respetivas entidades gestoras, com comunicação à DGEG.

Até ao final desse ano foi reposta toda a sinalização em falta identificada, conforme quadro *supra*, tendo sido enviado as respetivas notificações a todas as entidades gestoras das vias em causa, passando a ser as entidades responsáveis pela sua manutenção, tendo sido dado conhecimento à DGEG.

### 4.3.3. Colocação de sinalética e vedação nas Pedreiras e realização de Estudos e/ou Projetos

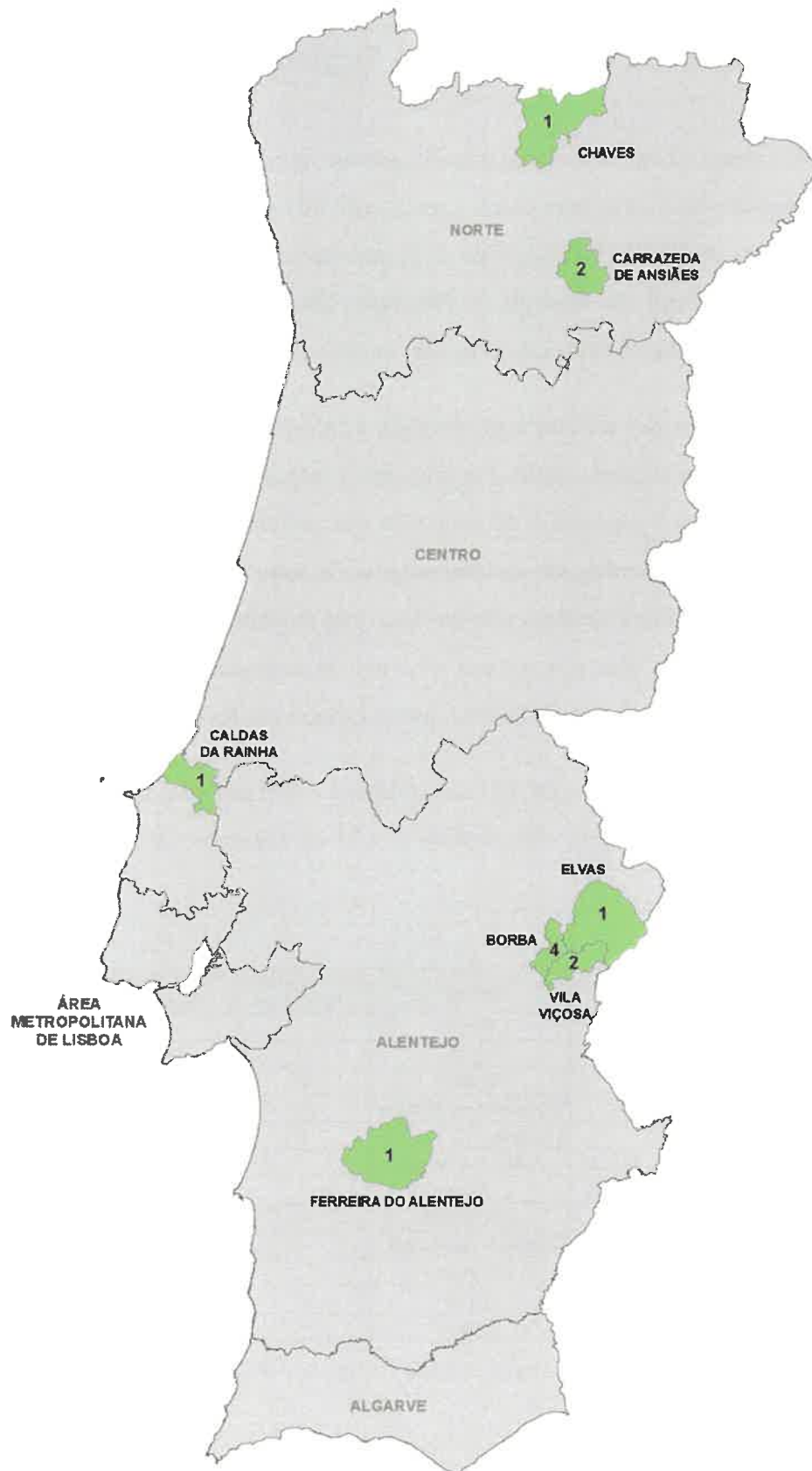
A RCM determinou que a EDM procedesse à realização de intervenções para colocação de sinalética e vedações de segurança, bem como a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução, em caso de incumprimento dos exploradores e/ou proprietários, mediante informação da Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), sendo posteriormente desencadeado o processo judicial tendente ao ressarcimento das verbas utilizadas.

O universo das pedreiras em que a EDM está obrigada à colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e a proceder à respetiva vedação, bem como da realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreyras, está dependente da comunicação da DGEG das situações a intervir, que, por sua vez, depende da resposta dos exploradores e/ou proprietários dos terrenos à intimação da DGEG que se iniciou em fevereiro de 2019.

Entre setembro e dezembro de 2019 a DGEG comunicou à EDM um conjunto de pedreiras (que foi variando ao longo do tempo), encontrando-se a 31 de dezembro de 2021 apenas 12 pedreiras em incumprimento.

	N.º da pedreira	Denominação	Concelho	Incumprimento «Sinalética»	Incumprimento «Vedação»	Incumprimento «Estudos»
1	3508	Poço Bravo nº 4	Borba			✓
2	5470	Herdade Salgada	Borba	✓	✓	✓
3	5014	Nova Cerâmica nº 1	Chaves	✓	✓	
4	5250	Cabeça Gorda	Carrazeda de Ansiães	✓	✓	✓
5	6525	Luzelos	Carrazeda de Ansiães	✓	✓	
6	20457	Sr.ª de Todo o Mundo	Caldas da Rainha		✓	✓
7	5532	Courela dos Baixareis	Elvas			✓
8	5188	A Vigária ER2	Vila Viçosa	✓		✓
9	6194	Figueirinha	Ferreira do Alentejo	✓	✓	✓
10	4131	Lagoa PL	Vila Viçosa			✓
11	862-0703012	Encostinha 2	Borba	✓	✓	✓
12	5787	PB - Poço Bravo	Borba	✓	✓	✓

Quadro das 12 pedreiras em incumprimento por Concelho e Tipologia, a 31 de dezembro de 2021



*Distribuição por Concelho das 12 pedreiras identificadas pela DGEG como estando em incumprimento, a 31 de dezembro de 2021*

Em 2021, procedeu-se ao acompanhamento das identificações e notificações realizadas pela DGEG, com visitas às várias pedreiras em incumprimento, tentando chegar a acordo com os proprietários, no sentido de cumprirem supervenientemente as medidas impostas.

A dificuldade reconhecida pela DGEG, em identificar os proprietários de algumas pedreiras em situação crítica, nomeadamente, as localizadas na região Norte do País, levou à necessidade de elaborar “Levantamentos Cadastrais” em 3 pedreiras para identificação das matrizes prediais e respetivos proprietários dos prédios nos quais se situam.

Foram igualmente realizadas reuniões *in loco*, entre a EDM e a DGEG, bem como com os proprietários de algumas pedreiras e entidades locais (câmaras municipais, juntas de freguesia e CCDR’s), com vista ao esclarecimento de medidas impostas pela DGEG no âmbito do PIPSC e das intervenções propostas pela EDM, bem como avaliar a forma mais ágil de as colocar em prática, com a colaboração profícua das entidades locais. Nas áreas das pedreiras em incumprimento que foi possível chegar a acordo, procedeu-se ao cumprimento das medidas impostas pela DGEG e desenvolveram-se os procedimentos relacionados com as vertentes de:

- sinalética de perigo no interior das pedreiras e colocação da respetiva vedação nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019, nomeadamente a vedação e sinalética da pedreira nº 20457, denominada “Senhora de Todo o Mundo”, localizada no concelho de Caldas da Rainha e pertencente ao Distrito de Leiria, cujo início foi em dezembro de 2020;
- e de preparação para a realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, também nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019.

Dos contactos constantes com a DGEG e sempre que possível com os exploradores ou os proprietários das pedreiras em incumprimento, cujo universo se revelou dinâmico variando de 14 pedreiras para 12, a 31 de dezembro de 2021, conclui-se existir uma dificuldade em obter as informações previstas na RCM sobre a tipologia concreta das ações a executar implicou a necessidade de implementação de um modelo alternativo que obrigou à elaboração de “levantamentos topográficos” e “Relatórios de Diagnóstico” em substituição das “memórias descritivas” previstas na RCM. Os constrangimentos relacionados com as autorizações de acesso aos terrenos condicionaram a implementação das ações e trabalhos em particular das vedações que apenas foi possível concretizar em 2 pedreiras;

A 31 de dezembro de 2021, foi publicada a RCM n.º 201/2021, estendendo o prazo de implementação do PIPSC por mais um ano, introduzindo uma nova ferramenta legal, de



forma a permitir a intervenção da EDM em terrenos particulares.

#### 4.3.4. Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental

No quadro seguinte, apresenta-se a dotação máxima a transferir pelo Fundo Ambiental nos termos da RCM n.º 50/2019, repartida pela tipologia de despesas que a EDM venha a assumir como necessárias, bem como a execução e previsão financeira entre 2019 e 2022, após o terceiro aditamento do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, resultante da publicação da RCM n.º 2021/2021, de 31 de dezembro.

	2019		2020		2021		2022		Total Final		
	Previsão inicial com aditamentos	Executado	Saldo de 2019	Previsão inicial com aditamentos	Executado	Saldo para 2021	Previsão inicial com aditamentos	Executado	Disponibilidade	Orçamento	Com aditamento
1. Aquisição de serviços na modalidade de tarefa, assegurando o acompanhamento in loco das intervenções a realizar	346 500,00 €	195 627,15 €	160 872,85 €	346 500,00 €	158 926,53 €	348 446,32 €	346 500,00 €	2 929,00 €	692 117,32 €	504 497,23 €	851 879,91 €
2. Aquisição de serviços de aluguer de equipamento informático, de sistemas de servidores não tripulados e aquisição de equipamento de proteção individual	35 150,00 €	2 862,97 €	32 287,03 €	0,00 €	5 724,44 €	26 562,59 €	0,00 €	8 173,75 €	20 388,84 €	25 000,00 €	39 761,16 €
3. Aquisição de serviços, em regime de renting, de três viaturas todo-o-terreno	35 000,00 €	6 971,68 €	28 028,32 €	35 000,00 €	2 386,02 €	60 663,30 €	35 000,00 €	48 393,45 €	47 582,85 €	80 000,00 €	137 417,15 €
4. Aquisição de serviços para sinalizar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção	239 782,00 €	232 367,48 €	6 714,52 €	0,00 €	84 229,79 €	-37 515,27 €	0,00 €	0,00 €	-37 515,27 €	112 515,27 €	389 812,54 €
5. Aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM	3 045 938,00 €	0,00 €	3 045 938,00 €	0,00 €	3 433,40 €	3 040 304,60 €	0,00 €	11 572,49 €	3 028 752,15 €	3 028 752,15 €	3 045 938,00 €
6. Aquisição de serviços para realizar estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à remoção de zonas de defesa e à estabilização de escorregões para as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos do n.º 8 da RCM	615 000,00 €	0,00 €	615 000,00 €	615 000,00 €	125 980,34 €	1 104 059,66 €	615 000,00 €	29 755,60 €	1 692 304,06 €	1 692 304,06 €	1 845 000,00 €
<b>Total</b>	<b>4 317 379,00 €</b>	<b>429 529,28 €</b>	<b>3 888 849,72 €</b>	<b>996 500,00 €</b>	<b>362 619,92 €</b>	<b>4 542 521,20 €</b>	<b>996 500,00 €</b>	<b>39 391,25 €</b>	<b>5 443 629,95 €</b>	<b>5 443 068,71 €</b>	<b>6 309 808,76 €</b>
Despesa de deslocação - EDM (nos termos do n.º 3, cláusula oitava, do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o FA, DQES e EDM)	30 000,00 €	3 977,31 €		30 000,00 €	3 089,89 €		30 000,00 €	10 720,20 €	72 212,89 €	72 212,89 €	90 000,00 €
<b>Total (c/ despesa de deslocação EDM)</b>	<b>4 347 379,00 €</b>	<b>432 506,59 €</b>	<b>3 888 849,72 €</b>	<b>1 026 500,00 €</b>	<b>365 709,81 €</b>	<b>4 542 521,20 €</b>	<b>1 026 500,00 €</b>	<b>106 111,45 €</b>	<b>5 515 842,84 €</b>	<b>5 515 281,60 €</b>	<b>6 399 808,76 €</b>

Quadro plurianual de execução e previsão financeira 2019-2022

A intervenção da EDM, persistente e constante, tem-se relevado extremamente relevante no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PIPSC, sendo que grande parte da sua ação, direta e indireta, tem permitido que exploradores e/ou proprietários realizem as medidas para os quais têm sido notificados, o que tem levado a uma execução financeira abaixo do que o inicialmente previsto.

Até ao final de 2021 foram reembolsados (repostos no saldo disponível) os valores, correspondentes às intervenções executadas em duas pedreiras, totalizando o montante €16.132,44 mais IVA a 23%.

Além destes valores, não foram reembolsados mais quaisquer valores, quer a nível voluntário, quer de eventuais cobranças coercivas.

Ao referido acresce o facto de, não obstante, a EDM se encontrar a encetar todos os esforços no sentido de vir a salvaguardar futuros processos judiciais para obtenção do reembolso dos valores despendidos e a despende, ao abrigo do disposto no n.º 8 da RCM.

## 5. SUSTENTABILIDADE E DIGITALIZAÇÃO

No domínio da sustentabilidade e digitalização da EDM, as ações desenvolvidas foram:

- Garantir a adoção das modernas práticas de gestão que proporcionem tomadas de decisão atempadas e fundamentadas, maximizando o quadro de competências da empresa;
- Garantir a otimização dos ativos da empresa.
- o reforço das ações de arquivo documental com suporte eletrónico;
- o aprofundamento do estudo de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular as relacionadas com a certificação do uso dos solos e a avaliação do radão nos edifícios;
- que proporcionem novas origens de rendimentos como projetos agro-silvo-ambientais e instalação de projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras já recuperadas;
- e a implementação do ECO.AP 2030, iniciando-se o estabelecimento de objetivos, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões).

Atentas as linhas de desenvolvimento definidas, foram desenvolvidas as ações descritas nos pontos seguintes.

### 5.1. Sustentabilidade Territorial

É um dos objetivos da Concessão e da empresa, colocar ao serviço das comunidades locais as áreas mineiras recuperadas ambientalmente.

Assim, prosseguiram-se as ações de colaboração com os municípios das áreas abrangidas, mediante Acordos de Parceria, os quais visam a valorização cultural, turística, geológica e mineira das áreas recuperadas.

Por outro lado, foi redefinida a estratégia da empresa relativamente às áreas remediadas, cuja titularidade seja da EDM/EDMI, no sentido de serem criadas áreas de produção de energia através de fonte renovável solar contribuindo assim para a transição energética, beneficiando as comunidades locais e mitigando as alterações climáticas.

Tendo em conta as intervenções da EDM concluídas estão já estabelecidos Acordos de Parceria com os municípios de Mértola, Nelas, Mangualde e Gouveia e com a ADENE - Agência para a Energia e AdP – Águas de Portugal para a produção de energia através de fonte renovável solar.

## 5.2. Estrutura e Organização

Relativamente a este domínio a aposta centrou-se na simplificação e desmaterialização, destacando-se as seguintes ações:

- Prosseguiu o desenvolvimento de um sistema de informação geográfica, ajustado às necessidades e dados de prospeção disponíveis (sondagens, geofísica, análises químicas, etc.), no sentido de permitir rápidas análises dos projetos;
- Prosseguiu o desenvolvimento da página de internet capaz de responder aos novos desafios de comunicação, devidamente adaptada para plataformas móveis e com uma navegação mais amigável do utilizador, ao mesmo tempo que é capaz de disponibilizar mais informação e mais detalhada;
- Implementou-se o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), aprovado em 2018, estando disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A, que no contexto das suas atribuições, procede ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que recolhe e trata, comprometendo-se com o cumprimento das exigências do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, designado por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);
- Implementou-se o Plano para a Igualdade de Género, bianual 2022/2023, estando o mesmo disponível no sítio da EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A.



### 5.3. Capital Humano

Mantiveram-se as ações de valorização de competências através de formação contínua, servindo de base ao crescimento da empresa e iniciou-se o procedimento para a realização de um diagnóstico ao quadro e política de recursos humanos.

### 5.4. Novas Áreas de Negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa, prosseguiram os trabalhos referentes aos seguintes domínios:

#### Certificação de Uso de Solos

A experiência e conhecimento técnico da EDM neste tema coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços nas suas mais variadas vertentes aos proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais, serviços em que poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, podendo abranger a quase totalidade dos solos existentes.

É uma área em que se mantém a aposta que se admite possa ser reforçada nos próximos anos.

#### Avaliação de Radão nos Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º108/2018, de 3 de dezembro, irá levar a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presença de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista da concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que posteriormente, muitas destas

mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m<sup>3</sup>).

A EDM encontra-se numa posição privilegiada para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que prosseguiu a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do quadro legal a aplicar, aprofundando sinergias com a Universidade de Coimbra e APA. É um objetivo poder contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um núcleo de excelência no que respeita à investigação científica, bem como no apoio laboratorial a prestadores de serviços que venham a ser constituídos por via da aplicação da legislação sobre a matéria. Foram encetados contactos com as entidades referidas para a criação do Centro de excelência do radão a instalar eventualmente na Urgeiriça, nas instalações da EDM.

## Projeto Solar Fotovoltaico

A recuperação das áreas mineiras degradadas é uma atividade fundamental pois visa a valorização ambiental, cultural, patrimonial, social e económica, tendo em vista, além do mais, permitir a utilização futura dessas áreas recuperadas pela comunidade, em função da sua aptidão específica em cada caso concreto. E, na verdade, justifica-se plenamente que, após a recuperação dos passivos ambientais, esses locais, outrora fonte de valor económico, sejam aproveitados de forma útil para a Sociedade.

Embora com uso limitado, fruto do tipo e técnicas de remediação aplicados, as áreas propriedade da EDM têm na sua grande maioria um potencial valorativo que permite e cativa a ponderação para a concretização de projetos de produção de energia renovável a partir de painéis fotovoltaicos.

Por outro lado, impõe-se garantir a sustentabilidade das áreas recuperadas com o objetivo de garantir a viabilidade futura da gestão, operação e manutenção das respetivas antigas áreas mineiras.

Neste contexto, em dezembro de 2021, foi assinado um protocolo de colaboração, entre a EDM, as Águas de Portugal e a ADENE – Agência para a Energia com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

Através deste protocolo, numa primeira fase, será analisada a viabilidade técnica e económica para a utilização de cerca de 61 hectares de áreas mineiras já ambientalmente

remediadas nos concelhos de Mangualde, Nelas, Pinhel, Gouveia e Mêda. Esta área corresponde a um potencial de instalação máxima de energia que pode ir aos 60MW e de produção máxima que pode atingir os 99MWh/ano, num investimento estimado de 42 milhões de euros.

A implementação deste projeto apresenta um conjunto de vantagens, nomeadamente a possibilidade de constituição de comunidades de energia renovável e o aproveitamento das antigas áreas mineiras. Estas, apresentam constrangimentos de uso de longo prazo (por exemplo agroflorestal) devido ao processo de remediação ambiental, monitorização e manutenção das células de confinamento.

O protocolo assinado facilitará a concretização dos objetivos dos programas de descarbonização das três empresas, contribuindo diretamente para as metas nacionais previstas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, no Plano de Energia e Clima 2030 e no ECO.AP 2030.

### Projetos Agro-Silvo-Ambientais

No âmbito da participada EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, S.A., foram desenvolvidas ações no sentido de realizar um diagnóstico e uma atualização exaustiva do património existente, no sentido de desenvolver projetos de valorização ambiental e otimização de rendimentos nos prédios rústicos existentes, face às despesas para manutenção e de limpeza florestal gastos anualmente.

## 5.5. ECO.AP2030

Foi publicada, a 24 de novembro de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, que vem aprovar o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, o ECO.AP 2030, o qual vem substituir o anterior Programa de Eficiência Energética na Administração Pública. Com este Programa o Estado coloca-se na linha da frente, como modelo na adoção de medidas de melhoria de eficiência energética e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas que contribuam para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado.

O ECO.AP 2030 é mais ambicioso e apresenta medidas para a redução dos consumos de energia, água e materiais, e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas,

incluindo infraestruturas de mobilidade elétrica, e à capacidade de produção de energia e soluções de armazenamento de energia, sob gestão ou utilização pelas entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos.

Até 2030, o Estado tem que cumprir um conjunto de metas:

- Reduzir em 40% os consumos de energia primária;
- Contribuir para que 10% do consumo de energia seja assegurado por soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
- Reduzir em 20% o consumo de água;
- Reduzir materiais em 20%;
- Alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica dos edifícios abrangidos pelo ECO.AP (ou seja, das Entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos).

Para o cumprimento destas metas, as quais serão monitorizadas com o suporte do Barómetro ECO.AP, é criada uma estrutura consolidada de Coordenadores de Energia e Recursos (CER), estes como representantes dos ministérios e de Gestores de Energia e Recursos (GER), como figuras predominantes para o Estado dar o exemplo na melhoria de eficiência dos recursos mas também testar soluções inovadoras que possam ter um efeito multiplicador na sociedade, podendo ser igualmente beneficiária das poupanças decorrentes da adoção de melhores práticas de gestão.

A EDM cumpriu já com a sua designação do seu GER, quadro da empresa, e iniciou a elaboração do seu Plano de Eficiência ECO.AP2030, onde serão calculados e registados indicadores referente a energia nas instalações, energia nas frotas, água e materiais (impressões/cópias; papel; plásticos uso único), sendo algumas desagregadas como na Energia Elétrica – iluminação interior; aquecimento, ventilação e ar condicionado; equipamentos de informática e audiovisuais ou na água – torneiras; autoclismos e similares, com ano de referência 2019 e estabelecidas as metas e objetivos, as designadas Medidas de Eficiência de Recursos (MER) a implementar para o triénio 2022-2024.



## 6. STOCK DE URÂNIO

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o Stock de Urânio que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U3O8, que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A última inspeção foi realizada pela EURATOM em 15 de outubro de 2021, que decorreu com normalidade e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

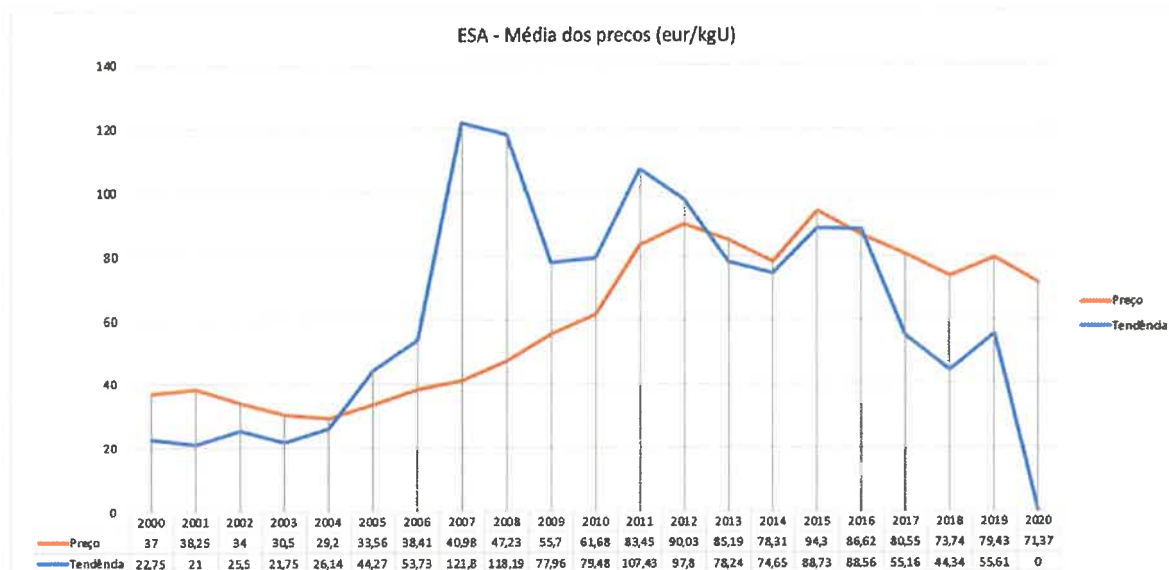
Durante o ano de 2021 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U3O8, condições que haviam sido reforçadas em 2015 e em 2021, ao nível da vigilância e segurança, com a presença de pessoal da empresa de segurança, que assegura presença física e por videovigilância, 24 horas durante 365 dias.

O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27 de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM ([http://ec.europa.eu/euratom/observatory\\_price.html](http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html)), considerando os preços spot”, critério que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de €13.731.185,00.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no

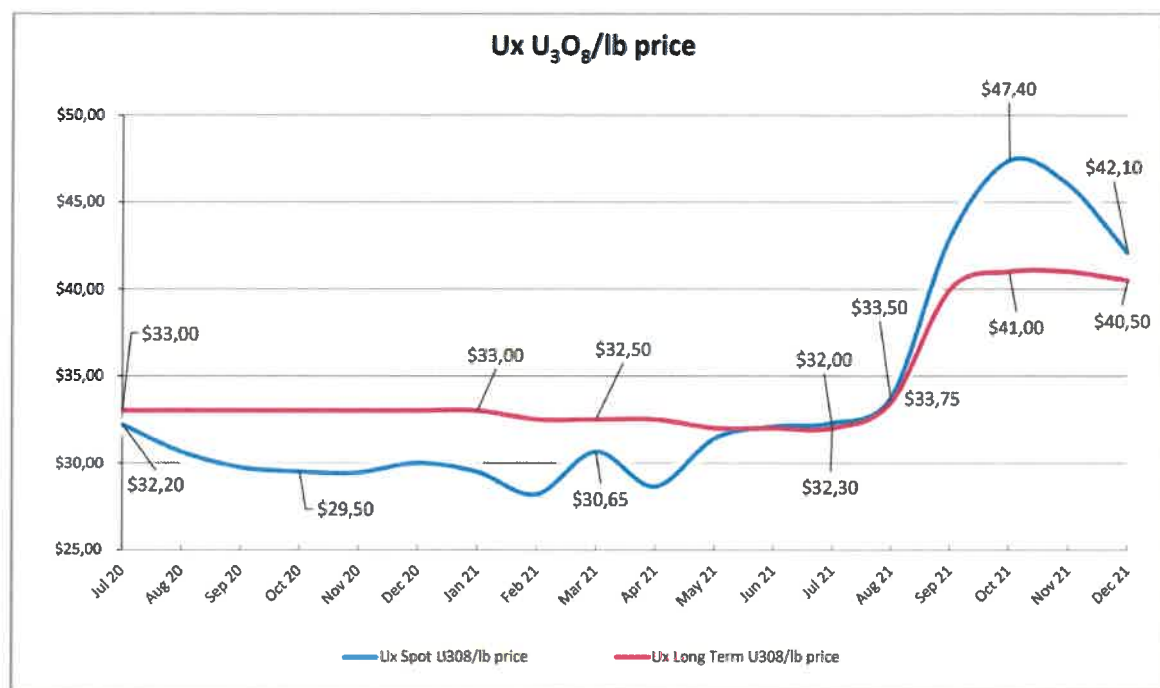
observatório da Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84€/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,123€/kgU, sendo que as informações de 2021 da mesma Euratom apontam para uma projeção de preços a longo prazo muito próximo dos valores da avaliação.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

(\*\*\*) Em 2020, o preço de tendência da ESA U3O8 não foi calculado porque não houve transações suficientes (menos de 3) para calcular o índice.

As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio que apontam para uma contínua valorização, com uma retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, verificada pela referência do Euratom sobre a perspetiva dos \$40,50/lb U3O8, e os \$42,10/lb U3O8 para preços de curto prazo (spot price), superior em quase 40% quando comparado com o mesmo valor de 2020, evidenciado no gráfico seguinte, justificando assim a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço de mercado o valor de avaliação atualizado seria superior ao preço do inventário, justificando assim a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço o valor do stock se pode aproximar do valor do inventário. Atualmente, o valor calculado cifra-se nos €11.125.569,00, média dos últimos 7 anos (2014-2020). Este valor justifica-se pelo facto da média dos últimos 7 anos já não contemplaram os picos de 2010 a 2012.



Quarterly Uranium market report 2nd quarter 2020-Euratom Supply Agency

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas leader do setor, cujas projeções se apresentam no quadro seguinte e que colocam o valor do inventário em €16.308.421,27.

### Spot Price

	2018	2019	2020	2021	2022
Jan	21.88	28.90	24.63	29.63	43.08
Feb	21.38	28.00	24.80	27.98	48.75
Mar	21.05	25.33	27.35	30.95	-
Apr	21.00	25.20	33.25	28.90	-
May	22.73	24.05	33.93	31.40	-
Jun	22.65	24.60	32.80	32.25	-
Jul	25.78	25.38	32.45	32.40	-
Aug	26.30	25.30	30.85	34.25	-
Sep	27.50	25.68	29.93	42.60	-
Oct	27.95	24.25	29.70	45.20	-
Nov	29.10	26.05	29.68	45.75	-
Dec	27.75	24.93	30.20	42.05	-

## 7. SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2021, incluindo a comparação com a programação constante do plano para 2021, aprovado pelo acionista através de deliberação social unânime por escrito de 18 de outubro de 2021.





Investimentos em 2021-Plano e Execução									
Domínio de Intervenção	Áreas de Atuação	Ações	Investimentos acumulados até 2020	milhares de euros				COMPARAÇÃO O Realizado-PLANO Direito pela EDM	
				2021 (PAO 2021)		REALIZADO 2021			
				Direito pela EDM	Induzido	Direito pela EDM	Induzido		
I-Mineira	A - Prospeção e Pesquisa	<b>Avaliação Contínua do Potencial Nacional</b>							
		A1 - Avaliação do Potencial de Prospeção de Minerais Críticos	0	20	20			-20	
		A1 - Elaboração de Portefólio de Oportunidades	0	30	30			-30	
		<b>Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa</b>							
		A2 - Argozelo	986	100	100	34	34	-66	
		A2 - Escádia Grande	779	50	50	15	15	-35	
	A2 - Douro Superior ( Fonte Santa)	0	100	100			-100		
	A3 <b>Participação em Projetos de Pesquisa e Prospeção</b>								
	A3 - Rosário	738	350	1.000			-350		
	A3 - Lagoa salgada (b) <i>Induzido e confirmar</i>	0	0	500			0		
	A3 - Barigão (dependente da abertura de concurso)	0	75	500			-75		
	B1 <b>Participação em Proj. com Potencial Mineiro</b>								
	B1 - Gavião (c) <i>Induzido e confirmar</i>	6900	0	1.500	23		23		
B1 - Semblana (d) <i>Induzido e confirmar</i>	0	0	2.000			0			
B1 - Gralheira (dependente abertura de concurso)	0	225	1.500			-225			
C1 <b>Investigação nas Áreas da P&amp;P e do Trat. de Minérios</b>									
C1 - Projeto UNEXMIN/outro	44	20	20			-20			
C2 <b>Dinamização e Cooperação</b>									
C2 - Cooperação e Internacionalização	5	6	6	5	5	-1			
C3 <b>Promoção do Património Geológico-Mineiro</b>									
C3 - Roteiro de Minas	543	35	35	32	32	-3			
C3 - Ações de Promoção, Imagem e Inovação	43	10	10	4	4	-6			
<b>Subtotal (I)</b>			<b>10.038</b>	<b>1.021</b>	<b>7.371</b>	<b>113</b>	<b>91</b>	<b>-908</b>	
II- Ambiental	D - Projetos cofinanciados	<b>1.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2015-26</b>							
		D1 - Urgeiriça - Fase Final	13.395	20	20	60	60	40	
		D1 - S. Domingos - Fase 1	3.911	20	20			-20	
		<b>2.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2016-66</b>							
		D2 - Mondego Sul	3.466	20	20	20	20	0	
		D2 - S. Domingos - Fase 2	3.236	505	505	341	341	-164	
		<b>3.º Aviso-Convite POSEUR (2017)</b>							
		D3 - fase complementar - Descontaminação Radlativos	649	785	785	743	743	-42	
		D3 - Mortórios	1.968	2.013	2.013	2.992	2.992	979	
		D3 - Quinta do Bispo - Fase 1	2.984	1.479	1.479	1.105	1.105	-374	
	D3 - Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	618	2.153	2.153	1.697	1.697	-456		
	<b>4.º Aviso-Convite POSEUR (2019)</b>								
	D4 - fase complementar - Aljustrel e Iousal	72	1.000	1.000	39	39	-961		
	D4 - fase complementar - Covas e Jales	126	1.500	1.500	5	5	-1.495		
	D4 - Ferreiros, Reboleiro, Barroco O., A cavalo, Q Seixas, Lenteiros	0	3.000	3.000	378	378	-2.622		
D5 <b>Novos Avisos-Convite POSEUR/PT2030/OUTRO</b>									
D5 - Candidaturas a determinar (5.000,000 c/10%+40%+50%)	0	500	500			-500			
D5 - Candidaturas a determinar (15.000,000 c/40%+40%+20%)	0					0			
D5 - Candidaturas a determinar (15.000,000 c/20%+50%+30%)	0					0			
E1 <b>Segurança</b>									
E1 - Atuações em Poços, Galerias, Chaminés e Abatimentos	0	10	10	21	21	11			
E1 - Parque Habitacional da Urgeiriça	1.894	240	240	316	316	76			
E2 <b>Projetos n/ cofinanciados e pós-remediação</b>									
E2 - Ocorrências em antigas áreas mineiras situação crítica	2.325	1.738	1.738	0	0	-1.738			
E2 - Subsídências na antiga área mineira de Jales (a)	108	500	500	187		-313			
E2 - Pós-Remediação e Monitorizações	0	10	10	15	15	5			
F1 <b>Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos</b>									
F1 - Projeto LIFE NO_WASTE/outro	102	20	20	5	5	-15			
F2 <b>Promoção e Parcerias</b>									
F2 - Valorização dos Ativos Recuperados	0	10	10			-10			
<b>Subtotal (II)</b>			<b>34.854</b>	<b>15.523</b>	<b>15.523</b>	<b>7.923</b>	<b>7.736</b>	<b>-7.600</b>	
III-PIPSC	G-PIPSC	G1 <b>Plano Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica</b>							
		- Protocolo Fundo Ambiental/ EDM DGE (RCM nº 50/2019)	779	2.246	2.246	106	106	-2.140	
<b>Subtotal (III)</b>			<b>779</b>	<b>2.246</b>	<b>2.246</b>	<b>106</b>	<b>106</b>	<b>-2.140</b>	
IV- Sustentabilidade de	H - Estrutura	H1 investimentos correntes	0	200	200			-200	
	I - Novas Áreas	I1 Certificação de Solos Contaminados e avaliação Radão edifícios	0	15	15			-15	
<b>Subtotal (IV)</b>			<b>0</b>	<b>215</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-215</b>	
<b>TOTAL (Subtotais I+II+III+IV)</b>			<b>45.671</b>	<b>19.005</b>	<b>25.355</b>	<b>8.143</b>	<b>7.933</b>	<b>-10.862</b>	

\* projetos novos em cada ano

(a) incluído para efeitos comparativos; não contabilizado como investimento

## 8. PARTICIPADA EDM – EMPRESA DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS

A EDM, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2021, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios não tendo sido possível realizar qualquer venda. A empresa melhorou a sua situação económica em consequência do arrendamento de uma parcela do Cabeço da Mua, em Torre de Moncorvo, e dos proveitos resultantes do abate de árvores relativo ao contrato de arrendamento que tem com a Navigator Company.

Relativamente às contas do exercício de 2021 destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.480.373,14), Resultados Líquidos positivos (€57.390,66) e Capital Próprio (€1.309.903,84). O valor do Passivo (€5.170.469,30) engloba o valor da dívida ao acionista EDM (€5.052.608,67), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

## 9. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2021 foi de 17, repartidos entre 9 mulheres e 8 homens, todos no quadro de efetivos.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que só parcialmente foi aceite, com a autorização para contratar apenas 1 técnico. O Conselho de Administração apresentou em 3 de outubro de 2019 nova proposta para o recrutamento de 4 técnicos superiores à Tutela Setorial que emitiu parecer favorável remetido ao gabinete do Secretário de Estado do Tesouro por carta de 14 de outubro de 2019, tendo sido autorizada a contratação de 2 técnicos com a aprovação do “PAO\_2020” na Assembleia Geral de 31 de março de 2020. Assim foram autorizadas 3 contratações tendo sido contratados dois técnicos superiores no final de 2020.

Em 2021, saíram 2 trabalhadores por motivo de reforma, um dos quais em 31 de dezembro pelo que em 1 de janeiro de 2022 o nº de trabalhadores era, e ainda é, de 16.

No exercício e dadas as condicionantes para o setor empresarial do Estado, não foi efetuada qualquer atualização salarial nem quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

No contexto da pandemia, grande parte dos trabalhadores estiveram em teletrabalho durante o ano de 2021.

## 10. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação de pandemia que se continuou a viver durante 2021 apesar de não ter tido impactos significativos na atividade da EDM no que diz respeito a proveitos e custos, condicionou de alguma forma a realização de algumas atividades, nomeadamente os trabalhos de campo dos projetos de prospeção bem como o ritmo de execução dos projetos de recuperação ambiental, no que se refere às empreitadas e prestação de serviços.

Durante os períodos dos diversos estados de emergência e de calamidade declarados os trabalhadores mantiveram-se, na generalidade, em teletrabalho reduzindo a atividade presencial.

Foi adquirido diverso material de proteção (máscaras, gel desinfetante, luvas e testes).

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2021 foram os seguintes:

- Aplicação dos resultados líquidos de 2020, no montante de €507.278,71, em resultados transitados conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 31 de março de 2021;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de €7.378.999,90;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança pós remediação, destacando-se as intervenções com os trabalhos de descontaminação dos ex-anexos mineiros na Urgeiriça, e outros no valor de €393.189,86;
- Realização de gastos relativamente a subsidências na antiga área mineira de Jales, no montante de €187.834,03 com financiamento do Fundo Ambiental;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de €72.569,73;
- Realização de gastos relativos à intervenção nas pedreiras (PIPSC) no montante de €106.111,45 muito abaixo do orçamentado dado que foram resolvidas pelos arrendatários e proprietários muitas situações de incumprimento;
- Recebimento do montante de €6.343.508,19 do POSEUR, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de €147.756,70 relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações do Capital Próprio e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de €1.056.534,89;
- Prestações de serviços no montante de €6.965,00 relativos a serviços técnicos no âmbito de contrato com a Movhera;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de €1.014.204,22 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;
- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de €669.061,65, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€197.779,22); vigilância e segurança (€114.671,77); de energia e fluidos (€75.199,50) de rendas e alugueres (€68.648,03), comunicação (€44.052,00) e de conservação e reparação (€32.742,99);
- Gastos com pessoal, no montante de €1.061.759,48, repartido entre as remunerações e encargos dos membros dos órgãos sociais no montante de €295.166,21 e as remunerações e encargos do pessoal no montante de €766.593,27. Durante o ano verificaram-se 3 saídas: a saída do Presidente do Conselho de Administração na segunda semana de julho que só foi substituído na terceira semana de novembro, e a saída de 2 trabalhadores por motivo de reforma, um em 31 de março e outro em 31 de dezembro;
- Ganhos em subsidiárias de €57.390,66 relativamente à empresa participada EDMI;
- Reversão de imparidades no montante de €378.675,91;
- Outros rendimentos no montante de €5.020.936,38 que compreendem rendimentos suplementares de €7.856,76, outros rendimentos e ganhos de €1.162.809,83 no qual está incluído o montante de €1.080.000,00 relativos à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada nesta subconta por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010, rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros no montante de €3.780.000,00 relativo à cedência dos direitos no projeto da Semblana e outros de €70.269,79;
- Outros Gastos no montante de €3.638.587,77 dos quais €6.437,79 relativos a impostos, gastos e perdas em investimentos não financeiros de €3.539.257,50 relativos a abates por desreconhecimento de ativos e outras perdas com projetos



em parceria, alienação dos títulos da Lusitânia no montante de €33.359,56 e outros no montante de € 59.532,92 onde se incluem correções de períodos anteriores, donativos, quotizações e outros não especificados;

- Gastos de amortizações, no montante de €45.218,33;
- Juros e rendimentos similares obtidos de €755,56 relativos a rendimentos duma aplicação financeira feita no IGCP no final de dezembro de 2021 e vencida no dia 3 de janeiro de 2022;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de €7.765,61 relativo a IRC no montante de € 8.975,68 e a ajustamento dos passivos por impostos diferidos de -€1.210,07;
- Ativo não corrente, no valor de €10.682.785,54 no qual se incluem crédito sobre a EDMI (€5.016.608,67) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€3.352.031,53);
- Ativo corrente no montante de €48.250.888,47;
- Passivo não corrente de €1.218.497,98 no qual se incluem provisões no montante de €1.083.163,07 relativas a encargos com pensões de ex-trabalhadores da extinta ENU, que havia sido reforçada em 2018 em €743.308,01 decorrente da atualização atuarial dessas responsabilidades, conforme divulgado no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Passivo corrente de €5.668.599,62, dos quais €4.281.543,11 contabilizados em dívidas a pagar que se referem em grande parte a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar para a intervenção nas pedreiras em situação crítica;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2021 é de €58.933.674,01 e o Capital Próprio de €52.046.576,41.

## 11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

*(estrutura do capítulo de acordo com as orientações comunicadas pela DGTF)*

### 11.1. “1-Objetivos de Gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento”

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais:

- uma de **recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas**, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão;
- e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de **prospecção, pesquisa e valorização de recursos minerais**, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.

Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período do mandato 2019-2021, a derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba evidenciou a necessidade de **apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional** que evidenciou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 199 pedreiras a exigir intervenção de carater prioritário, relativamente às quais a RCM nº 50/2019 atribuiu diversas tarefas à EDM.



## Investimentos em 2021-Plano e Execução

milhares de euros

Domínio de Intervenção	Áreas de Atuação	Ações	Investimentos acumulados até 2020	2021 (PAO 2021)		REALIZADO 2021		COMPARAÇÃO O Realizado-PLANO	
				Direto pela EDM	Induzido	Direto pela EDM	Induzido		
I-Mineira	A - Prospeção e Pesquisa	A1	<b>Avaliação Contínua do Potencial Nacional</b>						
			- Avaliação do Potencial de Prospeção de Minerais Críticos	0	20	20		-20	
			- Elaboração de Portefólio de Oportunidades	0	30	30		-30	
		A2	<b>Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa</b>						
			- Argozelo	986	100	100	34	34	-66
			- Escádia Grande	779	50	50	15	15	-35
			- Douro Superior ( Fonte Santa)	0	100	100			-100
		A3	<b>Participação em Projetos de Pesquisa e Prospeção</b>						
			- Rosário	738	350	1.000			-350
	B - Avaliação e Exploração Mineira	B1	<b>Participação em Proj. com Potencial Mineiro</b>						
			- Gavião (c) - induzido e confirmar	6900	0	1.500	23		23
			- Semblana (d) - induzido a confirmar	0	0	2.000			0
	C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	C1	<b>Investigação nas Áreas da P&amp;P e do Trat. de Minérios</b>						
			- Projeto UNEXMIN/outro	44	20	20			-20
		C2	<b>Dinamização e Cooperação</b>						
		- Cooperação e Internacionalização	5	6	6	5	5	-1	
	C3	<b>Promoção do Património Geológico-Mineiro</b>							
	- Roteiro de Minas	543	35	35	32	32	-3		
	- Ações de Promoção, Imagem e Inovação	43	10	10	4	4	-6		
		<b>Subtotal (I)</b>	<b>10.038</b>	<b>1.021</b>	<b>7.371</b>	<b>113</b>	<b>91</b>	<b>-908</b>	
II- Ambiental	D - Projetos cofinanciados	D1	<b>1.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2015-26</b>						
			- Urgeiça - Fase Final	13.395	20	20	60	60	40
			- S. Domingos - Fase 1	3.911	20	20			-20
		D2	<b>2.º Aviso-Convite POSEUR Nº 17-2016-66</b>						
			- Mondego Sul	3.466	20	20	20	20	0
			- S. Domingos - Fase 2	3.236	505	505	341	341	-164
		D3	<b>3.º Aviso-Convite POSEUR (2017)</b>						
			- fase complementar - Descontaminação Radiativos	649	785	785	743	743	-42
			- Mortórios	1.968	2.013	2.013	2.992	2.992	979
			- Quinta do Bispo - Fase 1	2.984	1.479	1.479	1.105	1.105	-374
		- Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	618	2.153	2.153	1.697	1.697	-456	
	D4	<b>4.º Aviso-Convite POSEUR (2019)</b>							
		- fase complementar - Aljustrel e Iousal	72	1.000	1.000	39	39	-961	
		- fase complementar - Covas e Jales	126	1.500	1.500	5	5	-1.495	
		- Ferreiros, Reboleiro, Barroco O., A cavalo, Q Seixas, Lenteiros	0	3.000	3.000	378	378	-2.622	
D5	<b>Novos Avisos-Convite POSEUR/PT2030/OUTRO</b>								
	- Candidaturas a determinar (5.000,000 c/10%+40%+50%)	0	500	500			-500		
	- Candidaturas a determinar (15.000,000 c/40%+40%+20%)	0					0		
	- Candidaturas a determinar (15.000,000 c/20%+50%+30%)	0					0		
E - Segurança, Projetos não cofinanciados e Manutenção	E1	<b>Segurança</b>							
		- Atuações em Poços, Galerias, Chamínés e Abatimentos	0	10	10	21	21	11	
		- Parque Habitacional da Urgeiça	1.894	240	240	316	316	76	
		<b>Projetos n/ cofinanciados e pós-remediação</b>	2.325						
	E2	- Ocorrências em antigas áreas mineiras situação crítica		1.738	1.738		0	-1.738	
	- Subsídências na antiga área mineira de Jales (a)	108	500	500	187		-313		
	- Pós-Remediação e Monitorizações		10	10	15	15	5		
F - Investigação, Promoção e Parcerias	F1	<b>Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos</b>							
		- Projeto LIFE NO_WASTE/outro	102	20	20	5	5	-15	
	F2	<b>Promoção e Parcerias</b>							
	- Valorização dos Ativos Recuperados	0	10	10			-10		
		<b>Subtotal (II)</b>	<b>34.854</b>	<b>15.523</b>	<b>15.523</b>	<b>7.923</b>	<b>7.736</b>	<b>-7.600</b>	
III-PIPSC	G-PIPSC	G1	<b>Plano Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica</b>						
			- Protocolo Fundo Ambiental/ EDM/ DGE/ RCM nº 50/2019)	779	2.246	2.246	106	106	-2.140
			<b>Subtotal (III)</b>	<b>779</b>	<b>2.246</b>	<b>2.246</b>	<b>106</b>	<b>106</b>	<b>-2.140</b>
IV- Sustentabilidade de	H - Estrutura	H1	investimentos correntes	0	200	200			-200
	I - Novas Áreas	I1	Certificação de Solos Contaminados e avaliação Radão edifícios	0	15	15			-15
			<b>Subtotal (IV)</b>	<b>0</b>	<b>215</b>	<b>215</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-215</b>
			<b>TOTAL (Subtotais I+II+III+IV)</b>	<b>45.671</b>	<b>19.005</b>	<b>25.355</b>	<b>8.143</b>	<b>7.933</b>	<b>-10.862</b>

\* projetos novos em cada ano

(a) incluído para efeitos comparativos; não contabilizado como investimento

Em agosto de 2019 o Conselho de Administração apresentou uma “Proposta de Contrato de Gestão” que incluía as *Orientações Estratégicas e Específicas* para o mandato e que mereceram parecer favorável da TUTELA SETORIAL (despacho de 21/8/2019 do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Energia), e em julho de 2020 foi remetido à EDM pela DGTF a minuta de contrato aprovada pelas tutelas que incluía objetivos, metas e indicadores diferentes dos propostos pelo Conselho de Administração. Foram enviados os textos dos contratos de gestão assinados pelos membros do Conselho de Administração conforme texto remetido pela DGTF e foi também solicitada a revisão dos objetivos para 2020 e 2021. O Conselho de Administração manteve a sua atuação desde a sua eleição estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou, em 2021, 11 dos 14 objetivos e estratégias propostas, cujo cumprimento se comprova pela descrição detalhada das atividades desenvolvidas e pela medição dos indicadores de desempenho incluídos na proposta de “contratos de Gestão”, indicadores que se decidiu manter uma vez que ainda não foram formalmente estabelecidos outros em sua substituição e estes constavam do Plano Estratégico 2019-2021, e cujos cálculos se apresentam no quadro seguinte:

↓

INDICADORES DE DESEMPENHO										
Objetivos de Desempenho	Área de atuação/natureza	notas	Designação do indicador	meta 2019	real 2019	meta 2020	real 2020	meta 2021	real 2021	Ponderação
Qualitativos	CONTRATO DE CONCESSÃO	1	Superfície total de áreas mineiras interveniáveis (há) acumulada face ao valor global identificado em 2003 (estado de hierarquização)	54%	58%	57%	59%	59%	59%	10%
		2	População potencialmente beneficiada pela diminuição de vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente ( acumulada)	780 000	778 928	800 000	802 334	830 000	831 400	5%
	VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS GEOLÓGICOS	3	Contratos de prospeção e concessão celebrados ou prorrogados, autonomamente ou em consórcio (valores acumulados)	1	1	2	2	2	3	5%
		4	Quantidade de quilómetros de perfis de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	15	20,7	20	24,2	25	24,2	10%
		5	Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	300	736	300	1.249	800	1836	5%
		6	Quantidade de metros de sondagens geológicas caroteadas ou destruídas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	5 000	9 296	7 000	15.860	8 000	17 560	10%
Financeiros	EFICIÊNCIA	7	Costes operacionais/rendimentos	75,00%	66,30%	85,00%	63,90%	86,00%	26,70%	10%
	RENTABILIDADE	8	Rentabilidade do capital empregue (ROCE-Retorn on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no ICGP	>30	145	>30	4.254	>30	1.282	5%
		9	Margem de EBITDA	25,00%	24,20%	15%	26,3%	15,0%	17,1%	5%
	EQUILÍBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO	10	Autonomia financeira	>50%	84,54%	>50%	87,02%	>50%	88,3%	10%
	EFICÁCIA	11	Grau de concretização dos investimentos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios face aos valores contratados	90%	187%	90%	165%	90%	43,5%	5%
		12	Grau de concretização dos investimentos em contratos autónomos de prospeção e pesquisa face aos valores contratados	80%	63%	80%	86%	80%	136%	5%
		13	Grau de concretização dos investimentos das candidaturas aprovadas ao POSEUR	85%	76%	85%	73%	85%	74%	5%
PAG FORNECEDORES	14	PMP (Prazo médio de pagamentos)	24	19	24	16	24	24	10%	

100%

NOTAS

- 1 quociente entre a área ( em ha) acumulada das áreas mineiras reabilitadas e com intervenções em curso e o valor global identificado no estado de hierarquização relativo aos 60 locais prioritários
- 2 somatório acumulado de população residente em cada município potencialmente beneficiada por intervenções de recuperação ambiental ( censos de 2011)

base de referência dos dados reportados a final de 2015

descrição	locais	hectares	população
áreas mineiras prioritárias (definidas no estado de hierarquização de 2003)	60	1 927	1 070 000
áreas mineiras interveniáveis	39	904	688 000

- 3 número de propostas de contratos de prospeção, concessão de exploração experimental ou de exploração apresentados à DGEG e em negociação e prorrogação
- 4 extensão (em km) de perfis de geofísica realizados
- 5 número de amostras analisadas geoquimicamente
- 6 extensão (em metros) de sondagens geológicas realizadas
- 7 quociente entre os custos operacionais (FSE+Despesas c/Peçoas+CMVMC)/rendimentos (vendas+Prestação serviços+trabalhos p/própria empresa+outros rend a genhos)
- 8 quociente entre a rentabilidade do capital empregue (ROCE\_EBIT/capital social) e a remuneração das aplicações financeiras ao ICGP( taxa de remuneração média anual)
- 9 quociente entre o EBITDA/rendimentos (vendas+Prestação serviços+trabalhos p/própria empresa+outros rend a genhos)
- 10 quociente entre o capital próprio e o ativo líquido de empresa
- 11 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios ( de acordo com o cronograma)
- 12 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em contratos de prospeção e pesquisa autónomos ( de acordo com o cronograma)
- 13 quociente entre o valor dos investimentos executados e o valor dos previstos em candidaturas ( de acordo com o cronograma) ajustado caso não exista abertura de candidaturas
- 14 de acordo com a RCM nº34/2008, em dias úteis;

De salientar o cumprimento dos principais objetivos financeiros que dão a solidez e a sustentabilidade necessárias, nomeadamente ao nível da eficiência, da autonomia e da rentabilidade.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2021 não houve qualquer atualização salarial anual, nem quaisquer valorizações remuneratórias.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2021 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação aplicável.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

2021  




### 11.1.1. Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2021

O mapa seguinte compara os valores realizados em 2021 com o PAO\_2021 c/ adenda aprovado.

Rubricas	(€)	
	2021 Execução	PAO 2021
<b>Rendimentos</b>	<b>6.478.172,17</b>	<b>2.476.682,00</b>
Vendas		
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços	6.965,00	140.000,00
Ganhos em subsidiárias	57.390,66	
Variação nos Inventários da Produção		
Trabalhos própria entidade	1.014.204,22	934.000,00
Reversões (dívidas a receber)	378.675,91	
Ganhos por aumentos de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	5.020.936,38	1.402.682,00
<b>Gastos</b>	<b>5.369.408,90</b>	<b>1.685.674,00</b>
Custo Mercadorias vend. e Matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	669.061,65	510.700,00
Serviços especializados	355.692,92	272.200,00
Materiais	12.576,29	17.000,00
Energia e Fluidos	75.199,50	50.000,00
Deslocações, Estadas e Transportes	8.271,47	8.000,00
Outros Serviços	217.321,47	163.500,00
Gastos com pessoal	1.061.759,48	1.156.474,00
Órgãos sociais -Remunerações e encargos	295.166,21	307.306,00
Pessoal – Remunerações e encargos	766.593,27	849.168,00
Perdas por imparidade		
Perdas por redução de justo valor		
Provisões do período		
Perdas em empresas participadas		
Outros gastos e perdas	3.638.587,77	18.500,00
Impostos	6.437,79	6.000,00
Outros	3.632.149,98	12.500,00
<b>Resultados antes dep. gastos fin. e impostos</b>	<b>1.108.763,27</b>	<b>791.008,00</b>
Depreciações e amortizações	45.218,33	50.000,00
<b>Resultado operacional</b>	<b>1.063.544,94</b>	<b>741.008,00</b>
Juros e rendimentos similares	755,56	200,00
<b>Resultados antes de Impostos</b>	<b>1.064.300,50</b>	<b>741.208,00</b>
Imposto sobre o rendimento do período	7.765,61	163.066,00
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1.056.534,89</b>	<b>578.142,00</b>

A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, que já consta

também do capítulo 6 do relatório, evidencia o seguinte, em comparação com o “PAO\_2021”:

- Nos “rendimentos” o desvio positivo resulta, da concretização da cedência dos direitos de participação no projeto Semblana e outras áreas, situação excepcional e não repetível;
- Os “Gastos” situaram-se acima do previsto no PAO\_2021, justificado pelo desreconhecimento de ativos correspondentes a projetos de prospeção e outros projetos que foram concluídos;
- Os “resultados líquidos” obtidos foram significativamente superiores ao previsto no PAO\_2021 aprovado, devido à cedência da participação da EDM na parceria com a Somincor relativa ao projeto de prospeção da Semblana.

### 11.1.2. Princípios Financeiros de Referência

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação “princípios financeiros de referência” encontra-se apresentada no ponto 7.13 “13-Medidas de redução de gastos operacionais” do capítulo 7 deste relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados pela DGTF regista-se:

		2021 Execução	PAO 2021
(0) EBITDA	(€)	1.108.763,27	791.008
(1) CMVMC	(€)		
(2) FSE	(€)	669.061,65	510.700
(3) Gastos com o pessoal	(€)	1.061.759,48	1.156.474
(4) Indemnizações pagas por rescisão	(€)		
(5) Impacto das valorizações remuneratórias	(€)		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	(€)	1.730.821,13	1.667.174
(7) Volume de negócios	(€)	6.478.172,17	2.476.682
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)		26,72	67,32
Gastos com Pareceres e Consultorias	(€)	12.360,54	11.200
Gastos com Deslocações/Alojamento	(€)	8.271,47	8.000
Gastos com Ajudas de custo	(€)	0	0
Gastos com as viaturas	(€)	36.889,80	38.780
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		20	23
N.º Órgãos sociais (OS)		4	4
N.º Cargos de Direção (CD)		1	1
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)		15	18
N.º Trabalhadores/N.º CD		15	18
N.º de viaturas		7	7

Nota: No quadro acima já não foi considerado o trabalhador que saiu em 31 de dezembro.

- **EBITDA** - regista-se um valor €1.108.763,27 que é bastante superior ao orçamentado, em consequência do rendimento obtido da alienação dos direitos na participação no projecto Semblana, e também superior ao registado em 2020 (€651.815,40);
- Relativamente aos **gastos operacionais** estes situaram-se abaixo do previsto no PAO, sublinhando-se:
  - que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental atendendo a que, devido à pandemia, alguns trabalhos especializados não tinham sido executados em 2020 transitaram para 2021, à necessidade acrescida de reparações e trabalhos de manutenção e também ao aumento dos valores da energia;
  - e que *Gastos com Pessoal* foram inferiores em 8,2% relativamente ao previsto na adenda ao PAO, registando-se a saída de um administrador em meados de julho e a sua substituição só na terceira semana de novembro, a saída por reforma de um trabalhador e a licença sem vencimento de outro trabalhador; em 2021 não foram admitidos novos trabalhadores nem foi feita qualquer atualização ou valorização salarial. A deliberação social unânime por escrito que aprovou o PAO\_2021 foi feita tendo em consideração a adenda ao PAO de 27 de março de 2021, na qual o montante previsto de *Gastos com Pessoal* era de €1.156.474, tal como consta também do aditamento 2 datado de 15 de abril de 2021 ao relatório de análise nº260/2020 da UTAM, condicionou essa aprovação ao montante global de 1.061 milhares de euros com a neutralização do montante estimado de €95.000 relativo a 1 administrador.
- Constatase uma redução para 26,7% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2020 (63,9%) e também abaixo da previsão do orçamento do “PAO\_2021 (67,3%) em consequência da obtenção do rendimento resultante da cedência dos direitos de participação da EDM no projeto Semblana, rendimento que não estava considerado. Na adenda havia sido considerada a hipótese de cedência dos direitos na concessão do Gavião mas essa operação não se concretizou.

- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
  - que os **gastos com o conjunto das rubricas** “*deslocações e estadas*”, “*ajudas de custo*” e “*gastos com a frota automóvel*” apresentam um decréscimo de 5,5% face ao estimado para 2021 no PAO e um aumento de 8,1% face ao executado em 2020.

Unidade do valor : €

	2021	2021-PAO	2020	Variação		Variação 2021/2020	
	real		real	2021/2021_PAO			
	Executado	Estimativa	Executado	valor	%	Valor	%
Deslocações /Estadas	8.271,47	8.000,00	5.059,05	271,47	3,4	3.212,42	63,5
Ajudas de Custo	0	1.000,00	0	-1.000	-100	0	
Gastos e/Frota Automóvel	36.889,80	38.780,00	36.691,54	-1.890,20	-4,9	198,26	0,5
<b>SOMA</b>	<b>45.161,27</b>	<b>47.780,00</b>	<b>41.750,59</b>	<b>-2.618,73</b>	<b>-5,5</b>	<b>3.410,68</b>	<b>8,1</b>

Evolução das rubricas específicas dos FSE

- que os **gastos com o conjunto de rubricas** de “*Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria*” apresentam um aumento de 10,4% face ao estimado para 2021 (PAO\_2021) e também superior em 10,7% face ao executado em 2020, aumento amplamente justificado pela necessidade de apoio jurídico no âmbito das negociações quer para a cedência dos direitos de participação no projeto da Semblana, que se veio a refletir nos resultados do exercício dada a concretização desta transação, quer para a transferência dos direitos de concessão do Gavião, processo que ainda se encontra a decorrer.

Unidade do valor: €

	2021	2021	2020	Variação		Variação	
	real	PAO	real	2021/2021_PAO		2021/2020	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	12.360,54	11.200,00	11.161,09	1.160,54	10,4	1.199,45	10,7

Evolução dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria

- e que o **número de veículos (7)** é igual ao registado em 2020. Sublinha-se, como se tem vindo a referir nas propostas de Plano de Atividades e Orçamento anuais, em particular no PAO\_2021 com justificações mais detalhadas, a necessidade de equacionar a substituição de 3 viaturas cuja elevada quilometragem e gastos de



conservação se revelam desajustados, comprometendo igualmente a segurança. A urgência desta substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;

### 11.1.3. Investimento

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 4 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 4.6 do relatório, os investimentos realizados em 2021 ficaram aquém do que foi previsto no orçamento, designadamente em resultado de não ter sido aberto um novo aviso de candidaturas para apresentação de projetos de recuperação ambiental. Recorde-se que os projetos de remediação ambiental só podem avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários pelo PO SEUR no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários, no pressuposto da manutenção do compromisso do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Nos projetos de Prospecção e Pesquisa que estão previstos desenvolver em parceria a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos.

Uma referência, também, aos investimentos das PIPSC cuja previsão havia sido baseada em pressupostos definidos pela DGEG de um muito maior número de pedreiras em incumprimento, o que não se veio a verificar.

### 11.1.4. Quadro de Pessoal

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2021 foi de 17, tendo iniciado o ano com 18 trabalhadores tendo ocorrido uma saída em 31 de março e outro que saiu em 31 de dezembro pelo que o ano de 2022 começou com 16 trabalhadores.

	2021		2020		2019		variação 2021/2020
	início	fim	início	fim	início	fim	
<b>EFETIVOS</b>	18	16a)	16	18	16	16	-2

a) Reformaram-se 2 trabalhadores, um em 31 de março e outro em 31 de dezembro, e 1 trabalhador encontra-se em licença sem retribuição mas está considerado no quadro

*Movimentos de pessoal*



### 11.1.5. Nível de Endividamento

A EDM não tem passivo bancário e também no orçamento não estava previsto qualquer endividamento.

### 11.2. “2-Gestão do Risco Financeiro”

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 88,3%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2021	2020	2019	2018	2017
Encargos Financeiros (€)	0	0	0	0	0
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

### 11.3. “3-Limite de Crescimento do Endividamento”

Variação do endividamento (execução)	2021	2020
	Valores(€)	
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	0	
Capital Social/Capital Estatutário		
Novos Investimentos em 2021 (com expressão material)		
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	0-	-

### 11.4. “4-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)”

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em

2021 e 2020 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta a no quadro abaixo.

Não existem pagamentos em atraso.

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	24	16	8	50,0

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

### 11.5. “5-Diligências Tomadas e Resultados Obtidos no Âmbito do Cumprimento das Recomendações do Acionista na Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020”

Na assembleia geral de aprovação das contas de 2020 realizada no dia 31 de março de 2021 foram feitas as seguintes recomendações: i) recomendando-se ao Órgão de Administração que diligencie no sentido de suprir a reserva emitida pelo Revisor Oficial de Contas; ii) o representante do acionista Estado recomendou, ainda, que aquando da elaboração do próximo relatório de gestão deverá o mesmo conter um capítulo específico e detalhado sobre as ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade, ou em alternativa ser elaborado um relatório autónomo, organizado de acordo com as boas práticas da Global Reporting Initiative (GRI).

Relativamente à reserva que consta da Certificação Legal de Contas emitida pelo Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas e também do relatório de auditoria resulta do facto da empresa ter registado em “Resultados transitados” uma imparidade no montante de €1.295.033, seguindo o entendimento das normas contabilísticas, em particular da “NCRF 4 - Norma Contabilística e de Relato Financeiro n.º 4” “Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros”, em alternativa à contabilização em resultados do exercício de 2020. A proposta de aplicação dos resultados aprovada na Assembleia Geral

determinou que os resultados de 2020 fossem transferidos para a conta de Resultados transitados, pelo que com esta aprovação considera-se suprida a reserva efetuada, dado que conduziu à mesma situação contabilística.

De referir que a partir de 1 de janeiro de 2021 qualquer dos procedimentos, contabilização da imparidade em Resultados transitados (como consta do Relatório e Contas) ou em Resultados do exercício (como proposto pelo Fiscal Único), se traduz na mesma situação contabilística não distorcendo a situação de Balanço da EDM, que se apresenta idêntica.

O reconhecimento da imparidade no montante de €1.295.033,77 não teve impacto fiscal nas contas da EDM relativas ao exercício de 2020 e no IRC pago em 2021.

Relativamente à recomendação de se incluir no relatório de gestão um capítulo específico e detalhado sobre as ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade, o mesmo consta neste relatório, capítulo 5. “Sustentabilidade e Digitalização”.

## 11.6. “6-Remunerações/Honorários (apêndice 1)”

### 11.6.1. Órgãos Sociais

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no Relatório do Governo Societário apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E CONTAS DE 2021. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2019-2021 foram eleitos na sessão da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, tendo na ocasião o Conselho de Administração sido composto apenas com o Presidente e uma Vogal. Em 2020 o Conselho foi completado com a eleição dum vogal, por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de janeiro de 2020. Em 9 de julho de 2021 verificou-se a saída do Presidente por atingimento do limite de idade, tendo-se verificado a sua substituição em 19 de novembro de 2021 com a eleição de novo Presidente através de deliberação social unânime por escrito.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes, nos termos das instruções da DGTF.

## Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 10 de maio de 2019.

Relativamente à assembleia geral de 31 de março de 2021 foram pagos os seguintes valores:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019-2021	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	500,00
2019-2021	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00
				850,00

## Conselho de Administração

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019 foram eleitos, para o triénio 2019-2021, os membros do Conselho de Administração, o Presidente e um Vogal, que transitaram do mandato anterior. Já em 2020 por deliberação social unânime por escrito de 27 de janeiro de 2020 foi eleito o segundo Vogal do Conselho de Administração. Em julho de 2021 o Presidente cessou funções por aposentação por limite de idade, tendo sido substituído em 19 de novembro de 2021 por deliberação social unânime por escrito dessa data.

Mandat o  (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidad e de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificaç ão da data da autorizaçã o e Forma	
2019- 2021	President e	Rui da Silva Rodrigues a)	AG	10/05/201 9	N	DGEG		D	3b)
2019- 2021	President e	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus c)	DUE	19/11/202 1	N	IMPIC		D	
2019- 2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	AG	10/05/201 9	N	ISS		D	2d)
2019- 2021	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	DUE	27/01/202 0	n.a.	n.a.			1e)

a) saiu em 11 de julho de 2021

b) mandatos 2010-2013, 2016-2018 e 2019-2021

c) nomeado em 19 de novembro de 2021

d) mandatos 2016-2018 e 2019-2021

e) mandato 2019-2021

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os membros do Conselho de Administração da EDM exerceram, à exceção do Presidente eleito em 19 de novembro de 2021, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Rui da Silva Rodrigues a)	EDMI	Presidente	Público	DUE 21/06/2019
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal	Público	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDMI	Vogal	Público	DUE 4/05/2020

a) cessou funções em 11 de julho de 2021

Na sessão da Assembleia Geral realizada no dia 10 de maio de 2019 o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor



Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conforme se segue:

*“Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano;*

*Vogal: Valor mensal ilíquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.*

*Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:*

- *Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- *O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;*
- *Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.*

*Não é permitida:*

- *A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e*
- *O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.”*

Assim, evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2021 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
[nome]	[S/N]	[A/B/C]		
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	S	C	3.662,56	1465,02

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2021(€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues a)	50.243,18	0	50.243,18	2.512,16	47.731,02
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus b)	9.512,63	0	9.512,63	475,63	9.037,00
Zélia do Rosário do Vale Estevão	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino a)	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
			197.467,97	9.873,43	187.594,54

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

a) correspondente ao período de 1 de janeiro a 11 de julho de 2021

b) correspondente ao período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2021

Nota: Foram ainda pagas ao Presidente cessante as remunerações correspondentes ao fecho de contas.

Foi ainda pago o valor de €7.725,81 relativo a pensão provisória da CGA por determinação daquela entidade, situação contestada pela EDM à qual a CGA veio posteriormente dar razão, pelo que a EDM aguarda o ressarcimento desta verba pela DGEG

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2021 aos membros do CA

## Fiscal Único/ROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal Fixado (€)	Nº Mandatos
			Forma <sup>(3)</sup>	Data		
2019-2021	FU Efetivo	Cascais, Pêga, Magro & Roque, SROC 125 representada por Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	AG	10.05.2019	Remuneração anual ilíquida com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia global mensal ilíquida atribuída ao Presidente Conselho de Administração	1 mandato 2019-2021
2019-2021	ROC Suplente	Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC 1265	AG	10.05.2019		

## 11.6.2. Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2021	2020
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

## 11.6.3. Restantes Trabalhadores

Em 2021 não foi feita qualquer atualização salarial nem quaisquer valorizações remuneratórias.

## 11.7. “7-Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público”

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Rui da Silva Rodrigues	80,00	274,52	
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	80,00	29,78	
Zélia do Rosário do Vale Estevão	80,00	553,69	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	80,00	475,82	
		1.333,81	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Rui da Silva Rodrigues	434,93	437,27	991,34	1.428,61	
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	434,93	329,60	212,43	542,03	
Zélia do Rosário do Vale Estevão	347,94	2.296,33	1.699,40	3.995,73	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	347,94	1.667,89	1.699,40	3.367,29	
				9.333,66	

### **11.8. “8-Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP”**

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

### **11.9. “9-Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014”**

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres relativo a 2019, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet ([www.edm.pt](http://www.edm.pt)). De acordo com o ponto 2. da RCM nº 18/2014, de 7 de março, este relatório deve ser elaborado de três em três anos.

### **11.10. “10-Elaboração e Divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção”**

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2021, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, [www.edm.pt](http://www.edm.pt).

Foram enviados ao Conselho de Prevenção da Corrupção o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas atualizado em dezembro de 2020 e o Relatório de Acompanhamento relativo a 2021.

### **11.11. “11-Contratação Pública, indicando o Modo de Aplicação das Normas, os Procedimentos Internos e os Atos e Contratos de Valor Superior a 5M€”**

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMÍ segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

Não se celebraram em 2021 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

### 11.12. “12-Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas”

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2015, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP sendo que em sequência foi celebrado contrato para o fornecimento de serviços de eletricidade e de abastecimento de combustíveis ao abrigo de concursos efetuados pela ESPAP que terminou entretanto.

### 11.13. “13-Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais”

A EDM, nos últimos anos, tem vindo a implementar medidas de redução dos gastos operacionais visando a otimização da sua atividade.

Em 2021 houve necessidade de realizar trabalhos que por motivo da pandemia foram adiados no ano anterior.

A estratégia de redução de custos mantém-se como decorre da análise dos Planos de Atividade e Orçamentos para o horizonte 2019-2021 apresentados para aprovação, se considerarmos o cenário de neutralização dos efeitos dos encargos de pessoal decorrentes dos pedidos de recrutamento e da eleição do vogal do CA.

Nesta linha de orientação a EDM tem registado uma evolução decrescente do rácio de peso dos “gastos operacionais/Volume de negócios” e tem mantido a obtenção de resultados positivos e EBITDA favorável.

Nas rubricas objeto de **orientações específicas do acionista**, em particular no decreto-lei de execução orçamental, a EDM tem vindo a otimizar a sua intervenção nos seguintes termos:

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rúbricas de “deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”*

A empresa tem procurado otimizar esta tipologia de gastos apesar da dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. A empresa apenas atribui ajudas de custo quando existem deslocações ao estrangeiro. A empresa tem vindo a -



racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e respetiva especialização aos projetos a estes associados. Neste contexto tem vindo a reduzir os gastos com deslocações e ajudas de custo com descrito no ponto específico deste relatório, assim como com todas as componentes dos gastos com a frota automóvel à exceção das reparações condicionadas pela antiguidade e quilometragem da frota, também já explicitada.

O conjunto destes gastos reduziu-se 5,5% face a 2020.

- Medidas no âmbito da redução dos *gastos com o conjunto de rubricas de “contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”*

Neste âmbito a EDM tem vindo ao longo dos anos igualmente a promover uma adequada racionalização e otimização. No entanto em 2021 foi necessário recorrer a apoio jurídico extraordinário no âmbito das negociações tendentes à cedência dos direitos de concessão do Gavião e também à cedência de 15% dos direitos de participação detidos no projeto Semblana. Este acréscimo verificado em 2021 já teve contrapartida nos resultados do exercício uma vez que se concretizou a transação com a Somincor relativa à Semblana. Em 2021 registou-se a contratação de consultoria jurídica, uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades.

- Também o *“peso dos gastos operacionais no volume de negócios”* se reduziu face ao ano de 2020 (passou de 63,9% para 26,7% em 2021) em particular em consequência do acréscimo de rendimentos como já explicitado neste relatório.

## Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	1.109	791	652	562	457	70,0	547	97,3
(1) CMVMC								
(2) FSE	669	511	546	568	123	22,5	101	17,8
(3) Gastos com o pessoal	1.062	1.156	1.035	973	27	2,6	89	9,1
i. Indemnizações pagas por rescisão								
ii. Valorizações remuneratórias								
iii. Impacto da aplicação dos IRCT								
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i, ii e iii	1.062	1.156	1.035	973	27	2,6	89	9,1
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais <sup>a)</sup>								
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional= (1)+(2)+(3)-(5)	1.731	1.667	1.581	1.541	150	9,5	190	12,3
(7) Volume de negócios (VN)	6.478	2.476	2.473	2.323	4.005	161,9	4.155	178,8
Subsídios à exploração								
Indemnizações Compensatórias								
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 <sup>a)</sup>								
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	6.478	2.476	2.473	2.323	4.005	161,9	4.155	178,8
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9) a)	26,7	67,3	63,9	66,3				
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	8	8	5	8	3	60,0	0	0
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	0	1	0	1	0	0	-1	-100
iii. Gastos associados à frota automóvel <sup>b)</sup>	37	39	37	39	0	0	-2	-5,1
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	45	48	42	48	3	7,1	-3	-6,3
(12) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	12	11	11	11	1	9,0	1	9,0
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	20	23	22	19	-2	-9,1	1	5,3
N.º Órgãos Sociais (OS)	4	4	4	3	0	0	1	33,3
N.º Cargos de Direção (CD)	1	1	1	1	0	0	0	0
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	15	18	17	15	-1	-5,9	1	6,6
N.º Trabalhadores/N.º CD	15	18	17	15	-1	-5,9	1	6,6
N.º de viaturas	7	7	7	7	0	0	0	0

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável).

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Notas: Volume de negócios - Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Outros Rendimentos

Nº órgãos sociais inclui o Fiscal único

Peso dos Gastos V/N ADENDA s/ ganhos participadas e com neutralização de 1 Administrador -63;9%

Na sequência das autorizações obtidas para 3 novas contratações, uma autorizada pelo despacho nº 1065/18 do SET de 21 de dezembro e 2 autorizadas com a aprovação do PAO\_2020 na Assembleia Geral de 31 de março de 2020, e tendo sido efetuado o procedimento prévio de consulta ao INA em 8 e 9 de abril de 2019 e obtida a resposta em 15 de abril de 2019 de que não haviam trabalhadores com o perfil indicado, foram contratados 2 técnicos no final do mês de dezembro de 2020 com o perfil de jurista e de geólogo por se revelarem mais urgentes face aos trabalhos em curso, remetendo a 3ª contratação para o 1º trimestre de 2021, o que não se veio a concretizar.

Os gastos de pessoal decorrentes das duas contratações que ocorreram em 29 de dezembro de 2020 ascenderam em 2021 a 61.000 euros, não se tendo efetuado novas admissões.

Na adenda ao PAO\_2021 foi considerado a neutralização dos gastos estimados no montante de €95.000 (realizado cerca de 81.000 euros) relativamente a um Administrador, o que se reflete na previsão da diminuição do peso dos gastos V/N para 63,9%.

Os efeitos da pandemia relativamente a rendimentos e gastos foram marginais, com impacto nulo nos rendimentos e com um valor reduzido ao nível dos gastos, cerca de 3 mil euros.

#### **11.14. “14-Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”**

Em 2021 registou-se a contratação de consultoria jurídica uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades.

#### **11.15. “15-Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado”**

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM tinha em 31 de dezembro de 2021 uma aplicação financeira no IGCP, no montante de €20.000.000,00, onde estão também as suas disponibilidades.

Ainda se manteve a conta no Santander Totta, que esteve associada a guarda de títulos que acabaram por ser alienados em 2021, mas que por dificuldades administrativas ainda não foi encerrada embora já tenha sido pedido o seu encerramento. Entretanto a EDM havia pedido

em 28 de outubro de 2020, o excepcionamento do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria, relativamente aos montantes necessários ao pagamento das comissões e impostos relacionados com aquele serviço de guarda, pedido que foi autorizado pelo IGCP para os anos de 2021 e 2022, comunicado por informação nº 629/2021 de 24 de agosto de 2021 (inserida em SIRIEF em 28 de setembro de 2021).

IGCP*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	27.734.037,42	26.637.204,84	25.692.151,37	7.318.543,41
Aplicações financeiras	0	0	0	20.000.000,00
<b>Total</b>	<b>27.734.037,42</b>	<b>26.637.204,84</b>	<b>25.692.151,37</b>	<b>27.318.543,41</b>

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Santander Totta	26,18	86,18	186,18	0,00
<b>Total</b>	<b>26,18</b>	<b>86,18</b>	<b>186,18</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros auferidos**a)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

\* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

\*\* - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

a) Não existem aplicações na Banca Comercial;

### 11.16. “16-Divulgação das Recomendações Dirigidas à Empresa Resultantes de Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas”

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.

A EDM submete a informação relativa aos documentos de prestação de contas anuais através da plataforma econtas do Tribunal de Contas.

### 11.17. “17-Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade”

A EDM elaborou em 2020 o Plano para a Igualdade para 2020/2021 (pela dimensão da empresa, definiu-se um Plano bianual) e em janeiro de 2022 o Plano para 2022/2023 disponibilizado no sítio da internet da empresa, e que foi enviado a:

- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

- SIOE- Sistema de Informação da Organização do Estado.

### 11.18. “18-Elaboração e divulgação da demonstração não financeira”

Não aplicável.

### 11.19. “19-Divulgação da Informação no Site da DGTF”

Informação referente a 31/12/2021

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	
Caracterização da Empresa	S	2017	
Função de tutela e acionista	S	2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	-	--	
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2021	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2021	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2021	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2021	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2021	
Esforço Financeiro Público	S	2021	
Ficha Síntese	S	2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	2020	
Princípios de Bom governo	-	-	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2020	
- Outras transações	S	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2020	
Económico	S	2020	
Social	S	2020	
Ambiental	S	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2020	
-Código de Ética e Conduta	S	2018	

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios anuais e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e



orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet [www.edm.pt](http://www.edm.pt) a informação referida anteriormente.

## 11.20. “20-Apêndices”

### 11.20.1. Apêndice 1

#### “1-Mesa da Assembleia Geral”

Relativamente à Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2021, foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores relativos a senhas de presença:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019-2021	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	500,00	500,00
2019-2021	Secretária	Maria Manuela Salvador	350,00	350,00
				850,00

## “2-Conselho de Administração”

Os membros do Conselho de Administração para o mandato 2019-2021 foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:

Mandato  (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2019-2021	Presidente	Rui da Silva Rodrigues a)	AG	10/05/2019	N	DGEG		D	3b)
2019-2021	Presidente	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus c)	DUE	19/11/2021	N	IMPIC		D	
2019-2021	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estevão	AG	10/05/2019	N	ISS		D	2d)
2019-2021	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	DUE	27/01/2020	n.a.	n.a.			1 e)

a) saiu em 11 de julho de 2021

b) mandatos 2010-2013, 2016-2018 e 2019-2021

c) nomeado em 19 de novembro de 2021

d) mandato 2016-2018 e 2019-2021

e) mandato 2019-2021

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os membros do Conselho de Administração da EDM exerceram, à exceção do Presidente eleito em 19 de novembro de 2021, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDM sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação data autorização e forma
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Rui Silva Rodrigues a)	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração	DUE 21/06/2019.
Zélia do Rosário Vale Estevão	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDM	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração	DUE 04/05/2020

a) Cessou funções em 11 de julho de 2021

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas de representação
Rui da Silva Rodrigues	S	C	4.578,20	1.831,28
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	S	C	4.578,20	1.831,28
Zélia do Rosário do Vale Estevão	S	C	3.662,56	1.465,02
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	S	C	3.662,56	1.465,02

Os valores de remuneração anual processados em 2021 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual 2021(€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Rui da Silva Rodrigues a)	50.243,18	0	50.243,18	2.512,16	47.731,02
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus b)	9.512,63	0	9.512,63	475,63	9.037,00
Zélia do Rosário do Vale Estevão	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino a)	68.856,08	0	68.856,08	3.442,82	65.413,26
			197.467,97	9.873,43	187.594,54

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

a) correspondente ao período de 1 de janeiro a 11 de julho de 2021

b) correspondente ao período de 19 de novembro a 31 de dezembro de 2021

Nota: Foram ainda pagas ao Presidente cessante as remunerações correspondentes ao fecho de contas e férias não gozadas.

Foi ainda pago o valor de €7.725,81 relativo a pensão provisória da CGA por determinação daquela entidade, situação contestada pela EDM à qual a CGA veio posteriormente dar razão, pelo que a EDM aguarda o ressarcimento desta verba pela DGEG

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargos anual Seguro de Saúde	Encargos anual Seguro de Vida	Outros	
[Nome]	Valor/dia	Montante pagos ano	[identificar]	Encargos anual			[identificar]	Valor
Rui da Silva Rodrigues	15,00	1.980,00	CGA	10.623,89	730,38	(a)		
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	15,00	435,00	SS	2.216,74	309,77	810,33		
Zélia do Rosário do Vale Estevão	15,00	3.780,00	SS	16.147,90	1.898,98	810,33		
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	15,00	3.795,00	SS	16.150,33	2.507,31	810,33		
		9.990,00		45.138,86	5.446,44	2.430,99		

(a) Não se concretizou a adesão ao seguro

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Rui da Silva Rodrigues		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011	0	0	0
Zélia do Rosário do Vale Estevão		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino		N	35.023	ALD/contrato terminado	2010	2014	0	0	0

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas pela empresa nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Rui da Silva Rodrigues	1.268,44		0			1.268,44
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	107,85		0			107,85
Zélia do Rosário do Vale Estevão	1.233,53		0			1.233,53
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	525,92		0			525,92
						3.135,74

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento

### “3-Fiscalização”

#### ROC/Fiscal Único

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma <sup>(b)</sup>	Data	Data do Contrato		
2019-2021	FU/ROC/ Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC ,rep. por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC – 125 ROC- 828	SROC- 20161443 ROC- 20160456	AG	10.05.2019	23.05.2019	1	1-
2019-2021	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	10.05.2019	-	-	-

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	12.361,20		12.361,20	-	-	-	-

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.



## "4-Auditor Externo"

Identificação do Auditor Externo			Data da contratação	Duração do contrato	Nº anos funções exercidas no grupo	Nº anos funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	17 (EDM)	17

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados ROC	16.440,00	-	16.440,00	-	-	-	-

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.

## 11.20.2. Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas apresenta-se, de seguida, o quadro síntese:

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPNF
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
<b>Objetivos de Gestão</b>			
Objetivo de gestão 1 <sup>(a)</sup>			Capítulo 11 ponto 11.1.
<b>Metas a Atingir constantes no PAO 2021</b>			
Investimento	S		
Nível de endividamento			
<b>Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE</b>	n.a.		
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	S		Não há endividamento
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>	S		Não há endividamento
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>	S	24	Capítulo 11 ponto 11.4.
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>	n.a.		Não há pagamentos em atraso
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
Recomendação - Supressão de reserva	S.		Capítulo 11 ponto 11.5
Recomendação - Capítulo Sustentabilidade	S		Capítulo 5 ponto
<b>Remunerações/Honorários</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não há prémios de gestão

CA - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	€9.873,43	Lei 12-A/2010
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
<b>EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP</b>			Capítulo 11 ponto 11.7
Não utilização de cartões de crédito	S		Não existem cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não existem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Plafond cumprido
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Plafond cumprido
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e artigo 11.º do EGP</b>			Capítulo 11 ponto 11.8.
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem.
<b>Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	<a href="https://edm.pt/wp-content/uploads/2020/03/reldsh2019.pdf">https://edm.pt/wp-content/uploads/2020/03/reldsh2019.pdf</a>	Capítulo 11 ponto 11.9

Elaboração do relatório anual sobre Prevenção da Corrupção		<a href="https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pprcic2021.pdf">https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pprcic2021.pdf</a>	Capítulo 11 ponto 11.10.
<b>Contratação Pública</b>			Capítulo 11 ponto 11.11.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	Não houve	
<b>Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas</b>	S		Capítulo 11 ponto 11.12
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>	S	Preenchido quadro PRC	Capítulo 11 ponto 11.13- Medidas de otimização dos Gastos operacionais
<b>Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art.º 49.º DL 2019)</b>	S	uma contratação em 2021	Capítulo 11 ponto 11.14-
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Capítulo 11 ponto 11.15
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S		Capítulo 11 ponto 11.15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Capítulo 11 ponto 11.15
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			Capítulo 11 ponto 11.16.
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	<a href="https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pig2022-2023.pdf">https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pig2022-2023.pdf</a>	Capítulo 11 ponto 11.17.
<b>Apresentação da demonstração não financeira</b>	n.a.		Capítulo 11 ponto 11.18.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

## 12. PERSPETIVAS FUTURAS

### Posicionamento Estratégico

A sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. desenvolve a sua atividade no setor mineiro cujo enquadramento estratégico relevante para o caso específico da EDM, se encontra caracterizado pelos seguintes aspetos:

- i. **O potencial geológico-mineiro** do território nacional é muito considerável a justificar a promoção do aproveitamento dos recursos geológicos numa ótica de compatibilização das vertentes económica, ambiental, de ordenamento do território e social. Desta forma e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO DOS RECURSOS MINEIROS), as orientações definidas são:
  - a) A EDM deve prosseguir a atividade de investigação da infraestrutura e da base de recursos geológicos, essencial para a definição de uma estratégia sólida de exploração de recursos geológicos, de forma racional e sustentável, conhecendo as características, estruturações e utilizações dos diversos recursos existentes, atividade na qual o papel da EDM, face às suas competências, pode ser relevante, devendo privilegiar:
    - a identificação de ocorrências com potencial;
    - o desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa, autonomamente ou em consórcios;
    - e a avaliação da viabilidade económica e financeira de depósitos entretanto identificados, preferencialmente em consórcios.
  - ii. A intensa atividade mineira do passado sem as preocupações sociais e ambientais que norteiam a moderna atividade extrativa, deixou um **legado de passivos mineiros** diversos que é urgente anular ou mitigar, quer pelos impactos na saúde e segurança das populações quer pelas interfaces com a imagem do próprio setor mineiro. Para além disso a atividade da EDM está, neste âmbito, enquadrada pelo “Contrato de Concessão do Exercício da Atividade de Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas” aprovado pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, o que constitui, também, uma referência fundamental na prossecução da sua missão.

Assim e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ANTIGAS ÁREAS MINEIRAS ABANDONADAS), as orientações definidas são:

- a) A EDM deve proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, devendo privilegiar
- a concretização atempada das candidaturas aprovadas nos Fundos Estruturais, designadamente o POSEUR no Portugal 2020 e no futuro no Portugal 2030, maximizando o aproveitamento dos financiamentos aí disponíveis;
  - a reapreciação dos projetos de recuperação ambiental previstos no “Contrato de Concessão” e no documento enquadrador, em atualização para o PT 2030 das prioridades a prosseguir, no sentido de dotar a empresa de potenciais candidaturas com maturidades avançadas;
  - o estabelecimento de Acordos de Parcerias com os Municípios e outras entidades locais a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro, e outros das áreas e ativos recuperados;
- iii. Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período do mandato 2019-2021, a derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba evidenciou a necessidade de **apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional** que evidenciou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 199 pedreiras a exigir intervenção de caráter prioritário. Assim e no que respeita a este domínio (DOMÍNIO PLANO DE INTERVENÇÃO EM PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA), as orientações definidas são:
- a) A EDM no âmbito da RCM nº 50/2019 de 5 de março que aprovou o **Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)**, deve desenvolver o conjunto de medidas preventivas, aí definidas relacionadas com a “sinalização”, “vedação” e realização de “estudos e projetos de execução” em 190 pedreiras qualificadas como pedreiras em Situação Crítica prioritária,

nas quais está prevista a intervenção da EDM dadas as suas competências em situações análogas nas minas degradadas e abandonadas privilegiando:

- a SINALIZAÇÃO DA ENVOLVENTE das pedreiras em Situação Crítica identificadas pela DGEG, que obriga a visitas a todas as pedreiras identificadas, à elaboração dos respetivos Planos de Sinalização a submeter à apreciação e aprovação das entidades gestoras das vias e posterior colocação dos sinais nas rodovias (ação concluída, estando em curso a elaboração dos relatórios de conformidade a entregar à DGEG);
- a colocação de SINALÉTICA de perigo no interior das pedreiras e instalando a respetiva VEDAÇÃO nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem, nos termos do nº 8 da RCM nº 50/2019;
- a realização de ESTUDOS PRÉVIOS E PROJETOS DE EXECUÇÃO que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização de escombreliras, nas pedreiras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem.

## Estratégia e Objetivos Específicos

No quadro das linhas de orientação definidas a **estratégia** a desenvolver pela EDM visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção eficiente que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir eficiência no desenvolvimento das ações relacionadas com o PIPSC;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

No âmbito da missão antes referenciada, e na perspetiva que a empresa constitui mais um instrumento do Governo em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, as ações e atividades a prosseguir pela EDM orientam-se para a consecução dos seguintes **objetivos**:

- a) *No domínio da valorização dos recursos mineiros*



- i. Conceber e executar, por si só ou em consórcio, projetos de prospeção e pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base Nacional de Recursos, tendo em consideração o seu elevado potencial geológico-mineiro;
- ii. Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.

*b) No domínio da recuperação ambiental das antigas áreas mineiras*

- i. Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado;
- ii. Monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio de molde a cumprir as normas internacionais e legislação que regulam o setor;
- iii. Maximizar o aproveitamento dos fundos comunitários nos projetos de recuperação ambiental;
- iv. Estabelecer com as entidades locais e outras acordos de parceria que permitam um enquadramento e uso futuro dos espaços, entretanto reabilitados, colocando-os quanto possível ao serviço das populações, de uma forma sustentável e maximizadora do esforço de reabilitação realizado.

*c) No domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)*

- i. Sinalizar os perigos (definidos pela DGEG) na envolvente das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando quando se justifique propostas de interdição dos caminhos;
- ii. Assegurar a introdução de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não apliquem;
- iii. Assegurar a realização de estudos prévios e projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombrelas, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem.

*d) No domínio da gestão sustentável da empresa*

- i. Diversificar áreas de negócio que potenciem os rendimentos da empresa designadamente na fase de transição dos investimentos de prospeção e pesquisa para a fase de exploração;
- ii. Conter o crescimento dos seus custos totais de forma manter rácios económicos e financeiros equilibrados;
- iii. Maximizar a criação de valor dos ativos da empresa e da sua participada EDM - Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

## Projeções Económico-Financeiras

No Plano Estratégico para o mandato incluíram-se as projeções de rendimentos, gastos e investimentos e respetivas fontes de financiamento no horizonte do mandato (2021), tendo como pressuposto as linhas estratégicas anteriormente apresentadas.

A sua análise permite concluir pela sustentabilidade da empresa no quadro das orientações estratégicas definidas na condição

- de serem asseguradas as fontes de financiamento dos investimentos necessários ao prosseguimento da missão da empresa, em particular através das dotações dos fundos estruturais no que se refere ao domínio da remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e Fundo Ambiental no que se refere ao PIPSC.
- A par da consignação de verbas nacionais para fazer face à contrapartida nacional eventualmente através do reforço da afetação dos royalties das empresas mineiras em atividade, como nos anos recentes.

Em termos sintéticos constata-se os seguintes elementos:

- i. A evolução dos **investimentos** programados evidencia a continuação numa forte aposta no desenvolvimento do programa de remediação ambiental das áreas mineiras abandonadas, em que nos últimos 5 anos (2017 a 2021) se realizaram ou têm em curso projetos no valor já realizado de cerca de 42 milhões de euros que compara com os 88 milhões de euros despendidos desde 2001 até 2015 (16 anos).

Unidade do valor: milhares de €

	2017	2018	2019	2020	2021b)	2022 a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Investimento Ambiental	6.300	6.854	10.519	10.742	7.923	14.548
Investimento total	6.886	7.174	10.748	11.612	8.037	17.499
PIPSC			433	346	106	2.000

(a)-valores do PAO 2022

(b)-inclui o valor relativo a subsidiária Jales

*Evolução dos investimentos*

- ii. A empresa apresenta sempre **Resultados** positivos, que em 2021 tiveram um aumento significativo devido à concretização da alienação de direitos no projeto Semblana que estava prevista para 2022, aquando da apresentação do PAO\_2022.

Unidade do valor: €

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Resultados Operacionais	482.651	508.650	513.777	607.201	1.063.545	1.001.153
Resultados Líquidos	405.056	407.868	419.387	507.279	1.056.535	780.900

(a)-valores do PAO 2022

*Evolução dos resultados*

- iii. A **situação económica e financeira** da empresa apresenta indicadores fortemente favoráveis como se verifica pelo quadro.

Unidade do valor: milhares de €

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Autonomia Financeira	85,8%	84,3%	82,4	87,0	88,3	94,1
Ativo Total	59.742	60.572	60.855	58.154	58.934	54.912
Capital Próprio	51.247	51.037	50.154	50.608	52.046	51.863

(a)-valores do PAO 2022

*Evolução da situação financeira*

Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos realizar em 2022, e no horizonte 2024, constam do Plano de Atividades para 2022

apresentado em 13 de setembro de 2021. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar, com particular relevância na área da concessão de reabilitação ambiental.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2022 ascende a €17.498.700 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Ambiental - €14.547.700,00
- Mineira - €621.000,00
- Modernização e Sustentabilidade - €330.000,00
- PIPSC (Pedreiras) - €2.000.000,00

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2022 e respetivas contribuições são as seguintes:

- PORTUGAL 2020 (POSEUR) e outros Fundos Comunitários - €8.602.385,00
- Verbas consignadas - €3.094.615,00
- Meios Próprios - €789.000,00
- Fundo Ambiental - €5.012.700,00

### 13. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Considerando o elevado impacto nos Resultados Transitados do reforço, efetuado em 2018, da provisão para pagamento dos encargos com pensões de ex-trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear, que a EDM paga mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações, face à atualização do cálculo do valor atual dessas responsabilidades e atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de €1.056.534,89 (um milhão, cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €1.056.534,89 (um milhão, cinquenta e seis mil, quinhentos e trinta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos) seja transferido para “resultados transitados”



## 14. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2021, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos bem como dos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento ao Presidente do Conselho de Administração que cessou funções em julho de 2021 por todo o seu esforço e empenhamento na condução das atividades da empresa bem como aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções neste período tão difícil com as nossas vidas condicionadas pela pandemia.

Lisboa, 10 de março de 2022

### O Conselho de Administração



Gonçalo da Rocha de Jesus, Presidente



Zélia do Rosário do Vale Estevão, Vogal



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, Vogal

## 15. Mapas das Demonstrações Financeiras

Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Funções

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

W  
28 // 10/21

## Balço

Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>A T I V O</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	633.562,37	664.050,62
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	3.352.031,53	6.402.070,16
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.309.903,84	839.861,67
Participações financeiras - outros métodos	8	24.400,10	57.441,99
Créditos a receber	9	5.152.223,46	5.196.695,82
Ativos por impostos diferidos	10	210.664,24	241.693,15
		10.682.785,54	13.401.813,41
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	12	3.942.278,81	160.164,14
Estado e outros entes públicos	13	65.807,60	
Capital subscrito e não realizado			
Outros créditos a receber	14	3.131.324,63	1.636.066,82
Diferimentos	15	61.729,21	30.566,25
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	16	27.318.563,22	29.194.315,36
		48.250.888,47	44.752.297,57
<b>Total do ativo</b>		58.933.674,01	58.154.110,98
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.891.926,03	1.891.926,03
Resultados transitados	21	-651.200,58	-1.132.002,55
Ajustamentos em ativos financeiros	22	-54.754,77	-467.406,28
Excedente de revalorização	23	72.885,84	77.438,01
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		50.990.041,52	50.101.140,21
Resultado líquido do período		1.056.534,89	507.278,71
Interesses que não controlam		52.046.576,41	50.608.418,92
<b>Total do capital próprio</b>		52.046.576,41	50.608.418,92
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	24	1.083.163,07	1.230.919,77
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	25	115.960,19	115.960,19
Passivos por impostos diferidos		19.374,72	20.584,79
		1.218.497,98	1.367.464,75
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	26	417.301,85	1.005.163,34
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	13	969.099,93	504.598,04
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	25	4.281.543,11	4.667.811,20
Diferimentos	15	654,73	654,73
		5.668.599,62	6.178.227,31
<b>Total do passivo</b>		6.887.097,60	7.545.692,06
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		58.933.674,01	58.154.110,98

Contabilista Certificado


  
António Serrano

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


  
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus


  
Zélia do Rosário do Vale Estevão


  
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	27	6.965,00	140.496,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	57.390,66	48.030,01
Subsídios à exploração			
Trabalhos para a própria entidade	28	1.014.204,22	935.575,76
Fornecimento e serviços externos	29	-669.061,65	-545.802,75
Gastos com o pessoal	30	-1.061.759,48	-1.035.426,46
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31	378.675,91	
Provisões (aumento/reversões)	24		174.943,60
Imparidade de invest.não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	32	5.020.936,38	1.174.764,38
Outros gastos	34	-3.638.587,77	-240.765,14
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.108.763,27</b>	<b>651.815,40</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-45.218,33	-44.614,62
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>1.063.544,94</b>	<b>607.200,78</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	36	755,56	138,89
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>1.064.300,50</b>	<b>607.339,67</b>
Imposto sobre o rendimento do período	37	-7.765,61	-100.060,96
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1.056.534,89</b>	<b>507.278,71</b>
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.056.534,89	507.278,71
Interesses que não controlam		1.056.534,89	507.278,71
Resultado por ação básico		0,1761	0,0845

Contabilista Certificado

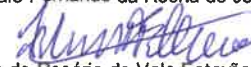


António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Estevão



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

## Demonstração de Resultados por Funções

Euros


RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	27	6.965,00	140.496,00
Custo das vendas e dos serviços prestados			
<b>Resultado bruto</b>		6.965,00	140.496,00
Outros rendimentos	31/28/32	6.471.207,17	2.333.313,75
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	29/30/35	-1.776.039,46	-1.625.843,83
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	34	-3.638.587,77	-240.765,14
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		1.063.544,94	607.200,78
Gastos de financiamento (líquidos)	36	755,56	138,89
<b>Resultado antes de impostos</b>		1.064.300,50	607.339,67
Imposto sobre o rendimento do período	37	-7.765,61	-100.060,96
<b>Resultado líquido do período</b>		1.056.534,89	507.278,71
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		1.056.534,89	507.278,71
Interesses minoritários		1.056.534,89	507.278,71

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Estevão



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino



## Demonstração de Fluxos de Caixa

Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2021	2020
Fluxos de Caixa das atividades operacionais - método direto			
<b>Recebimentos de clientes</b>		890.203,14	184.585,51
<b>Pagamentos a fornecedores</b>		-673.831,71	-566.654,68
<b>Pagamentos ao pessoal</b>		-1.072.557,01	-1.032.758,58
Caixa gerada pelas operações		-856.185,58	-1.414.827,75
<b>Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento</b>		-105.062,11	-89.195,31
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>		-1.536.756,11	-3.201.658,59
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-2.498.003,80	-4.705.681,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-14.730,00	-40.103,03
Ativos intangíveis		-6.714.017,55	-8.644.092,38
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		7.350.999,21	8.128.198,69
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			1.250,00
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento(2)		622.251,66	-554.746,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento(3)		0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-1.875.752,14	-5.260.428,37
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		29.194.315,36	34.454.743,73
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		27.318.563,22	29.194.315,36

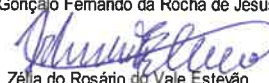
Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


  
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus


  
Zélia do Rosário do Vale Estevão


  
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristiano



## 16. ANEXO às Demonstrações Financeiras

### “1. Identificação”

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

### “2. Referencial Contabilístico”

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e ajustadas nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho. A EDM adota as normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF).

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho – encontramos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao

investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação do previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

### “3. Principais Políticas Contabilísticas”

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 47 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 15 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 5 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

### **Ativos intangíveis**

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

### **Investimentos em empresas subsidiárias**

O investimento da EDM na sua única empresa subsidiária detida a 100% está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.

### **Inventários**

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM). Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

### **Transações em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

### **Ativos e passivos financeiros**

*Handwritten signature and date: 28/09*



No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e, portanto, líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando a Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

### **Impostos correntes e diferidos**

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados. O ajustamento dos ativos por impostos diferidos é reconhecido nos capitais próprios. O ajustamento dos passivos por impostos diferidos é registado nos resultados. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis futuras.

✓  
23/11/21

## **Locações**

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

## **Reconhecimento do rédito**

O rédito compreende o justo valor a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

## **Benefícios a empregados**

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

## **Provisões**

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo,

razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

### Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

### Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

## “4. Fluxos de Caixa”

Os fluxos de caixa ocorridos em 2021 constam do quadro resumo que se segue:

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-2.498.003,80	-4.705.681,65
Fluxos de caixa das atividades de investimento	622.521,67	-554.746,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	-1.875.752,14	-5.260.428,37
Caixa e seus equivalentes no início do período	29.194.315,36	34.454.743,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27.318.563,22	29.194.315,36

A desagregação do saldo da conta Caixa e seus equivalentes encontra-se desagregada na nota 16.

## “5. Partes Relacionadas”

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDM I – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2021 a EDM I apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos - €57.390,66

Ativo Total – €6.480.373,14

Capital Próprio - €1.309.903,84

À data de 31 de dezembro de 2021 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de €5.052.608,67.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

## “6. Ativos Fixos Tangíveis”

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2021, em base individual, são analisados como segue:

<b>Ativos tangíveis</b>	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.474,36		4,00			279.478,36
Edifícios outras construções	812.436,13		2.948,46			815.384,59
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	259.577,78					259.577,78
Ferramentas e utensílios	3.350,55					3.350,55
Equipamento administrativo	529.711,96		8.242,73			537.954,69
Outros ativos tangíveis	139.048,97		3.534,89			142.583,86
Ativos fixos tangíveis curso						
<b>Total</b>	<b>2.178.859,75</b>	<b>0,00</b>	<b>14.730,08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.193.589,83</b>

## Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	528.986,10	17.552,86		546.538,96
Equipamento básico	131.798,63	3.121,64		134.920,27
Equipamento transporte	256.799,65	2.778,13		259.577,78
Ferramentas e utensílios	2.921,01	151,60		3.072,61
Equipamento administrativo	462.495,30	16.950,73		479.446,03
Outros ativos tangíveis	131.808,44	4.663,37		136.471,81
<b>Total</b>	<b>1.514.809,13</b>	<b>45.218,33</b>	<b>0,00</b>	<b>1.560.027,46</b>

Em 2010, foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## “7. Ativos Intangíveis / Em Curso”

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2021, são analisados como segue:

Ativos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	2.976.078,75	7.378.999,90		-7.980.281,32	2.374.797,33
Projectos Verbas consignadas	0,00	393.189,86		-393.189,86	0,00
Projecto Gavião e Outros	3.425.991,41	77.283,34		-2.526.040,55	977.234,20
Ativos em curso					0,00
<b>Total</b>	<b>6.402.070,16</b>	<b>7.849.473,10</b>	<b>0,00</b>	<b>-10.899.511,73</b>	<b>3.352.031,53</b>

## “8. Outros Investimentos Financeiros”

A participação financeira na EDMI, detida a 100%, está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajusta	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	839.861,67		470.042,17		1.309.903,84
Titulos e outras aplic.flnanc.	57.441,99		628,92	33.670,81	24.400,10
<b>Total</b>	<b>897.303,66</b>	<b>0,00</b>	<b>470.671,09</b>	<b>33.670,81</b>	<b>1.334.303,94</b>

## “9. Créditos a Receber”- não corrente

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI. O montante global é, em 31 de dezembro de 2021, de €5.052.608,67, sendo considerado ativo não corrente o montante de €5.016.608,67 e o remanescente €36.000,00 em ativo corrente. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados em anos anteriores. A avaliação recente destes imóveis permite concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.



	2021	2020
IVA	0,00	0,00
Outros devedores	135.614,79	60.170,29
Participadas	5.016.608,67	5.136.525,53
<b>Total</b>	<b>5.152.223,46</b>	<b>5.196.695,82</b>

### “10. Ativos por Impostos Diferidos”

	2021	2020
Activos por impostos diferidos	210.664,24	241.693,15
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.003.163,07	1.150.919,77
Taxa: IRC - 21%	210.664,24	241.693,15
Taxa: Derrama		

### “11. Inventários - Mercadorias”

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84€/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,123€/kgU, sendo que as informações de 2021 da mesma Euratom apontam para uma projeção de preços a longo prazo muito próximo dos valores da avaliação.

As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio que apontam para uma contínua valorização, com uma retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, verificada pela referência do Euratom sobre a perspetiva dos \$40,50/lb U3O8, e os \$42,10/lb U3O8 para preços de curto prazo (spot price), superior em quase 40% quando comparado com o mesmo valor de 2020, justificando assim a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço de mercado o valor de avaliação atualizado seria superior ao preço do inventario, justificando assim a opção do Conselho de Administração de manter o valor de

contabilização do stock de urânio, uma vez que a esse preço o valor do stock se pode aproximar do valor do inventário. Atualmente, o valor calculado cifra-se nos €11.125.569,00, média dos últimos 7 anos (2014-2020). Este valor justifica-se pelo facto da média dos últimos 7 anos já não contemplaram os picos de 2010 a 2012.

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas leader do setor, cujas projeções se apresentam no quadro seguinte e que colocam o valor do inventário em €16.308.421,27.

## “12. Clientes”

	2021	2020
Clientes c/corrente	3.942.278,81	160.164,14
Total	3.942.278,81	160.164,14

Em 2021 foram cedidos os direitos de participação no projeto Semblana no montante de €3.780.000 acrescido do IVA, com o pagamento em 6 prestações. Em dezembro de 2021 foi recebida a primeira prestação, tendo ficado em saldo de clientes o montante remanescente.

## “13. Estado e Outros Entes Públicos”

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a recuperar	65.807,60	0,00
Retenções impostos s/ rendimento		14.572,50
IVA		936.608,14
Contribuições segurança social e outros		17.919,29
Total	65.807,60	969.099,93

### “14. Outros Créditos a Receber”- corrente

	2021	2020
Juros a receber	0,00	
Devedores diversos	14.965,86	142.321,49
Entidades financiadoras de projectos	3.080.358,77	888.161,85
Devedores por acordos de parceria	0,00	605.583,48
Participadas	36.000,00	
<b>Total</b>	<b>3.131.324,63</b>	<b>1.636.066,82</b>

### “15. Diferimentos”

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de €61.729,21 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de €654,73.

### “16. Caixa e Depósitos Bancários”

	2021	2020
Caixa/Cheques a depositar	19,81	0,96
Depósitos à ordem	7.318.543,41	29.194.314,40
Outros depósitos bancários	20.000.000,00	
<b>Total</b>	<b>27.318.563,22</b>	<b>29.194.315,36</b>

Os valores de Caixa e Depósitos Bancários não se encontram sujeitos a restrições, estando disponíveis para uso.

### “17. Capital Subscrito”

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

## “18. Outros Instrumentos de Capital Próprio”

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

## “19. Reserva Legal”

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

## “20. Outras Reservas”

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

## “21. Resultados Transitados”

Os resultados transitados apresentam um saldo de €-651.200,58. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2021, foi transferido para esta conta o montante de €507.278,71 referente à aplicação de resultados do exercício de 2020, o montante de €5.762,24, resultante da regularização parcial de excedente de revalorização relacionada com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi também reajustada a conta Resultados

Transitados por ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de €32.238,98.

Em 2020 havia sido contabilizado o montante de €1.295.033,77, relativo à imparidade da dívida da Almada Mining, reclamada pela EDM na sequência do pagamento da comparticipação daquela empresa no âmbito do processo movido pela Drillcon Iberia. Em 6 de setembro de 2021 a EDM teve conhecimento da declaração de insolvência da Almada Mining.

Em 2018 havia sido contabilizada em Resultados Transitados um reforço da provisão para encargos com a Caixa Geral de Aposentações/ENU, no montante de €743.308,01, resultante de estudo de avaliação atuarial.

## “22. Ajustamentos em Ativos Financeiros”

O valor negativo de €54.754,77 resulta de ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial. Em 2020 o valor era negativo em €467.406,28 tendo-se verificado em 2021 um ajustamento positivo, no montante de €412.651,51.

## “23. Excedente de Revalorização”

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em €161.407,55 e ajustado durante o exercício de 2021 no montante de € 5.762,24 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

## “24. Provisões”

Nesta conta encontram-se registados:

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Foram feitas em 2021 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações no montante de €147.756,70;
- Provisão para encargos resultantes de danos em áreas recuperadas.



Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularização	Reforço	Saldo final
Provisão encargos CGA/ENU	1.150.919,77	-147.756,70		1.003.163,07
Outras provisões	80.000,00			80.000,00
<b>Total</b>	<b>1.230.919,77</b>	<b>-147.756,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.083.163,07</b>

## “25. Outras Dívidas a Pagar “

	2021	2020
<b>Passivo não corrente</b>		
Credores diversos	115.960,19	115.960,19
<b>Passivo corrente</b>		
Remunerações a liquidar	103.777,71	105.983,18
Outros acréscimos custos	17.718,79	25.873,14
Credores diversos	576.750,89	574.267,67
Verbas recebidas para investimentos a realizar	3.583.295,72	3.961.687,21
<b>Total</b>	<b>4.397.503,30</b>	<b>4.783.771,39</b>

## “26. Fornecedores“

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2021	2020
Fornecedores c/correntes	417.301,85	1.005.163,34
<b>Total</b>	<b>417.301,85</b>	<b>1.005.163,34</b>

## “27. Vendas e Prestação de Serviços“

	2021	2020
<b>Vendas</b>		
Prestação de serviços	6.965,00	140.496,00
<b>Total</b>	<b>6.965,00</b>	<b>140.496,00</b>

### “28. Trabalhos para a Própria Entidade”

	2021	2020
Investimento no âmbito ambiental	962.832,19	871.311,51
Outros projetos	51.372,03	64.264,25
<b>Total</b>	<b>1.014.204,22</b>	<b>935.575,76</b>

### “29. Fornecimentos e Serviços Externos”

	2021	2020
Trabalhos especializados	197.779,22	100.047,27
Vigilância e segurança	114.671,77	113.755,55
Honorários	10.208,34	10.851,28
Conservação e reparação	32.742,99	63.052,61
Outros	290,60	316,55
Materiais	12.576,29	14.747,94
Energia e Fluidos	75.199,50	57.470,16
Deslocações e estadas	8.271,47	5.059,05
Rendas e Alugueres	68.648,03	62.268,39
Comunicação	44.052,00	38.130,71
Seguros	26.901,91	26.765,17
Contencioso e notariado	5.473,37	5.990,58
Despesas de representação	611,50	491,80
Limpeza, higiene e conforto	19.061,26	19.486,45
Outros fornecimentos e serviços	52.573,40	27.369,24
<b>Total</b>	<b>669.061,65</b>	<b>545.802,75</b>

### “30. Gastos com Pessoal”

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	237.154,02	242.778,39
Remunerações do pessoal	524.391,90	497.210,12
Encargos sobre remunerações	164.422,91	166.745,51
Benefícios pós emprego	69.388,79	72.023,20
Indemnizações		
Seguro acidentes de trabalho	12.239,88	12.239,89
Gastos de acção social	37.157,29	29.230,90
Outros gastos	17.004,69	15.198,45
<b>Total</b>	<b>1.061.759,48</b>	<b>1.035.426,46</b>

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2021 foi de 17 trabalhadores, 3 Administradores e Fiscal Único. Em 31 de dezembro de 2021 o número de trabalhadores foi -

reduzido para 16.

### “31. Imparidades”

	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes	32.988,28	32.988,28	0,00
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	1.295.033,77	1.295.033,77	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
<b>Total</b>	<b>1.700.427,86</b>	<b>1.700.427,86</b>	<b>0,00</b>

Imparidade	Imparidades acumuladas a 01/01/2021	Reforço de imparidades no exercício	Reversão de imparidades no exercício	Imparidades acumuladas a 31/12/2021
Clientes	32.988,28	0,00	0,00	32.988,28
Estado e outros entes públicos	212.790,48	0,00	0,00	212.790,48
Devedores e credores	1.673.709,68	0,00	378.675,91	1.295.033,77
Outros investimentos financeiros	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33
<b>Total</b>	<b>2.079.103,77</b>	<b>0,00</b>	<b>378.675,91</b>	<b>1.700.427,86</b>

A reversão de imparidades para devedores e credores respeita a imparidade constituída relativamente a transferência de uma área de prospeção denominada Malhadinha cujo contrato caducou.

### “32. Outros Rendimentos e Ganhos”

	2021	2020
Rendimentos suplementares	7.856,76	13.736,02
Descontos obtidos		
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3.780.000,00	
Outros rendimentos e ganhos	82.809,83	72.281,89
Outros	70.269,79	8.746,47
<b>Total</b>	<b>5.020.936,38</b>	<b>1.174.764,38</b>

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2021, à semelhança dos anos anteriores, o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

### “33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas”

	2021	2020
Ganhos em subsidiárias	57.390,66	48.030,01
Perdas em subsidiárias		

### “34. Outros Gastos”

	2021	2020
Impostos diretos	4.293,55	4.317,69
Impostos indiretos	1.296,92	1.296,21
Taxas	847,32	
Gastos e perdas em investimentos financeiros	33.359,56	
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	3.539.257,50	
Outros	59.532,92	235.151,24
Total	3.638.587,77	240.765,14

A rubrica “Gastos e perdas em investimentos não financeiros” inclui os abates e outros gastos e perdas relativos ao desreconhecimento dos ativos dos projetos de prospeção próprios e em parceria que foram concluídos sem que tenham sido obtidos resultados geológicos que pudessem evidenciar a sua viabilidade.

### “35. Gastos de Depreciação e Amortização”

	2021	2020
Ativos tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.552,86	17.258,01
Equipamento básico	3.121,64	4.567,66
Equipamento de transporte	2.778,13	3.702,70
Equipamento administrativo	16.950,73	14.474,16
Outros ativos tangíveis	4.814,97	4.612,09
Total	45.218,33	44.614,62

### “36. Juros e Outros Rendimentos Similares”

	2021	2020
Juros obtidos	755,56	138,89
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	755,56	138,89

Os juros obtidos referem-se a uma aplicação financeira no montante de €20.000.000,00 efetuada no IGCP em dezembro de 2021.

### “37. Imposto sobre o Rendimento”

	2021	2020
IRC		93.293,87
Tributação autónoma	8.975,68	7.977,16
Derrama		
Passivo por imposto diferido	-1.210,07	-1.210,07
<b>Total</b>	<b>7.765,61</b>	<b>100.060,96</b>

O valor total de € 8.975,68 corresponde ao IRC liquidado no exercício. A demonstração de resultados apresenta o imposto sobre o rendimento no montante de €7.765,61 respeitando a diferença de €-1.210,07 ao ajustamento dos passivos por impostos diferidos.

### “38. Compromissos”

Durante o exercício de 2021 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de €69.388,79. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2021 as responsabilidades relativas a cauções estão cobertas por depósitos caução, tendo sido canceladas as garantias bancárias anteriormente existentes.

Assim, existem os seguintes depósitos caução a favor das entidades abaixo indicadas:

Secretaria Geral/ Ministério da Economia	€15.079,00
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€897,84
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€179,57
DGEG/Ministério da Economia (área do Gavião)	€9.975,96
DGEG/Ministério da Economia (área de Gralheira Jales)	€1.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área da Escádia Grande)	€10.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€1.000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€10.000,00



### “39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal”

Não há conhecimento, nesta data, de quaisquer ações em tribunal.

### “40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental”

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

h

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09
2017	6.885.900,86	6.300.075,86	4.069.819,98
2018	7.174.451,72	5.277.456,31	3.397.872,77
2019	10.747.883,43	8.605.025,00	6.190.650,60
2020	11.611.514,07	9.934.799,28	6.529.530,95
2021 (a)	7.955.584,55	7.378.999,90	6.343.508,19

a) Na coluna investimentos realizados está considerado o valor relativo ao PIPSC no montante de €106.111,45

Em 2021 o saldo das verbas para financiamento da contrapartida nacional e despesas não elegíveis dos projetos da Concessão é devedor pelo que o mesmo se encontra refletido no Ativo em outros créditos a receber.

#### “41. Acontecimentos após a data de balanço”

Não foram recebidas informações nem ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que dariam lugar a ajustamentos.

#### “42. Impactos da pandemia COVID-19 em 2020 e 2021a data de balanço”

A situação vivida em 2020 e 2021 foi afetada pela pandemia COVID-19 que impactou toda a atividade económica mundial como referido logo no início deste relatório.

Na atividade da EDM, apesar de ter sido necessário efetuar alguns ajustamentos, quer ao nível da organização do trabalho quer ao nível de execução dos diversos projetos em curso, a situação de pandemia acabou por se refletir no adiamento de alguns trabalhos de 2020 para 2021, tendo tido apenas efeitos marginais. A adoção de novos métodos de trabalho, com

grande parte dos trabalhadores em teletrabalho, e algumas alterações nos cronogramas da execução de projetos e trabalhos de campo, constituíram desafios que foram superados, pois foi possível cumprir com as obrigações a que a empresa está sujeita e executar as atividades previstas no PAO 2021.

A nível de rendimentos e gastos apenas se registou um gasto marginal, cerca de 3 mil euros, com material de desinfeção e de proteção para os colaboradores e de desinfeção das instalações.

Em 2021, após um agravamento da situação pandémica no mês de janeiro, com níveis de infeções e mortalidade elevados, a que se seguiram períodos de algum alívio alternados com outros de agravamento, decorreu um intenso programa de vacinação da população. Este programa de vacinação, até ao presente, tem-se mostrado eficaz no combate à pandemia, com a diminuição da mortalidade associada. Nesta data, além dos gastos com testes, material de proteção e desinfeção, não se prevê que a pandemia possa impactar significativamente a atividade da empresa.





## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da  
**EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Administração da **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2021.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Administração merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Verificámos ainda que foi:

- Cumprida a exigência da apresentação anual do relatório de boas práticas do governo societário;
- Foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2021.

Lisboa, 14 de março de 2022

**Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.**

Representada por:

**Pedro Nuno Ramos Roque, ROC n.º 828**  
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

**CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA**

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 201614431 | OROC. 125

**SEDE**

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc.125.pt

**DELEGAÇÃO**

Rua Soneiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc.125.pt







## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 58 933 674,01 EUR e um total de capital próprio de 52 046 576,41 EUR, incluindo um resultado líquido de 1 056 534,89 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Em conformidade com o disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foram transferidos para a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., concentrados de urânio (U308) a título de prestação acessória de capital do Estado Português, que se encontram refletidos no Balanço na rubrica de Inventários, pelo montante de 13 731 185,00 EUR (valorizados ao custo, à data da realização da prestação acessória, tendo por base o valor médio de mercado das publicações especializadas do observatório de preços do EURATOM). De acordo com as indagações efetuadas, a Administração da Entidade considera que o valor escriturado é recuperável, motivo pelo qual não foi reconhecida imparidade deste ativo.

**CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA**  
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMM: 20161443 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

Na rubrica de Investimentos em curso, nomeadamente em Ativos intangíveis em curso, encontram-se capitalizadas as despesas referentes aos projetos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, no âmbito do contrato de Concessão, no montante de 2 374 797,33 EUR. Este montante encontra-se registado provisoriamente nesta rubrica, até ao momento da apresentação do pedido de reembolso das respetivas despesas, passando posteriormente a figurar na rubrica de Outros créditos a receber.

Em Ativos intangíveis em curso encontram-se igualmente escriturados projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (Gavião e Argozelo), no montante global de 960 767,16 EUR, a 31 de dezembro de 2021. Considerando que o benefício económico futuro destes investimentos se encontra dependente da viabilidade de exploração mineira das áreas acima mencionadas e, dada a incerteza quanto à sua recuperação, em conformidade com o disposto nos §18 a 20 da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, estes ativos devem ser avaliados periodicamente quanto à sua imparidade. Importa salientar que em 2021 a entidade procedeu ao abate e regularização de saldos referentes aos projetos próprios de prospeção e reconhecimento mineiro (nomeadamente Escádia Grande e Rosário), no montante global de 3 111 960,10 EUR.

Os desenvolvimentos da Pandemia COVID-19 têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na Nota 42 do Anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão são divulgados e relatados os principais impactos presentes e incertezas futuras resultantes da Pandemia COVID-19, estimados pelo Conselho de Administração para a Entidade, com base na informação disponível à data, considerando o Conselho de Administração, nesses termos, que a continuidade das operações estará assegurada.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2022

**Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.**

Representada por:

**Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828**  
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

**CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA**  
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 - 2º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de € 58 933 674 e um total de capital próprio de € 52 046 576, incluindo um resultado líquido de € 1 056 535), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

1. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso. De referir que relativamente à componente nacional dos financiamentos, nos termos protocolados com a Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG), encontram-se por receber cerca



de € 2 060 000. Desta forma, está em curso o procedimento para a definição e formalizar com a DGEG e o Acionista dos mecanismos necessários para o financiamento da componente nacional dos investimentos, executados e previstos executar.

2. A Empresa considera como efetuadas por conta e em substituição do Estado as despesas suportadas no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, no montante de € 885 000 (2020: € 780 000).

3. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2021, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário, cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 400 000 (2020: € 6 000 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para a prestação daquela informação financeira. Contudo, refere-se que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

4. No âmbito das medidas de adaptação da orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG), aos objetivos do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, o Estado transferiu para a EDM os ativos de urânio (U308) do LNEG, valorizados em € 13 700 000, a título de prestação acessória de capital do Estado. Aplicando critérios idênticos aos utilizados no relatório emitido nos termos do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais que determinou o valor de reconhecimento inicial daqueles ativos, os mesmos seriam, agora, valorizados em € 11 000 000 (2020: € 12 000 000). Não fazendo o consumo e/ou venda de urânio (U308) parte de atividade operacional da EDM e não existindo previsão da sua venda no médio/longo prazos, tem sido entendimento da Empresa manter estes ativos ao custo de aquisição. De referir ainda que os objetivos do parqueamento daqueles ativos de urânio (U308) na Empresa e a forma como os mesmos foram registados e se encontram valorizados, a título de prestações acessórias de capital, deverão ser enquadrados e analisados na perspetiva do Estado, acionista único da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## **Outras matérias**

A certificação legal das contas referentes ao exercício de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, incluía uma reserva por desacordo, devido ao reconhecimento de uma imparidade, identificada naquele exercício, diretamente ao capital próprio e não nos resultados do exercício.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii)

obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de opinião que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2022



---

João Guilherme Melo de Oliveira  
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 2016494),  
em representação de BDO & Associados - SROC



## Relatório e Parecer do Fiscal Único Sobre o Desempenho dos Gestores Executivos

### Introdução

Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e em conformidade com o Manual veiculado pelo Ministério das Finanças para a elaboração do Relatório do Governo Societário, cumpre ao Órgão de Fiscalização da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas do governo societário adotadas pela Empresa, que aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

### Responsabilidades

As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização. É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração e apresentação anual do relatório de boas práticas de governo societário, do qual conste informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A nossa responsabilidade consiste em analisar e apreciar o conteúdo do referido relatório no que se refere às boas práticas do governo societário.

### Observações

Os membros do Conselho de Administração apresentaram ao Acionista as propostas de contratos de gestão para o mandato 2019-2021, conforme decorre da legislação em vigor. Em 22 de outubro de 2020, foram enviados os textos dos contratos de gestão assinados pelos membros do Conselho de Administração, conforme texto remetido pela DGTF, e foi também solicitada a revisão dos objetivos para 2020 e 2021. Foi também enviada a proposta relativa ao Presidente que entrou em funções em 19 de novembro de 2021. Na presente data aguarda-se ainda a assinatura dos referidos contratos de gestão.

De acordo com deliberação da assembleia geral, foi determinado que não há lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no artigo 18º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

#### CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA

CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 201614431 | OROC: 125

#### SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G  
1600 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

#### DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



## Parecer

Com base no trabalho efetuado, somos da opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., pode considerar-se adequado e que foram aplicadas boas práticas do governo societário, tendo por base (i) a forma como foram desenvolvidas as correspondentes ações durante o período de 2021 e (ii) as mensurações globais aplicadas para a avaliação desse desempenho, sendo atual e completa a informação incluída no documento “Relatório de Governo Societário” referente a 2021.

Lisboa, 14 de março de 2022

**Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda.**

Representada por:

**Pedro Nuno Ramos Roque, ROC n.º 828**  
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

**CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA**  
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC: 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

**SEDE**  
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G  
1600 - 001 Lisboa - Portugal  
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

**DELEGAÇÃO**  
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B  
6300 - 758 Guarda - Portugal  
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt